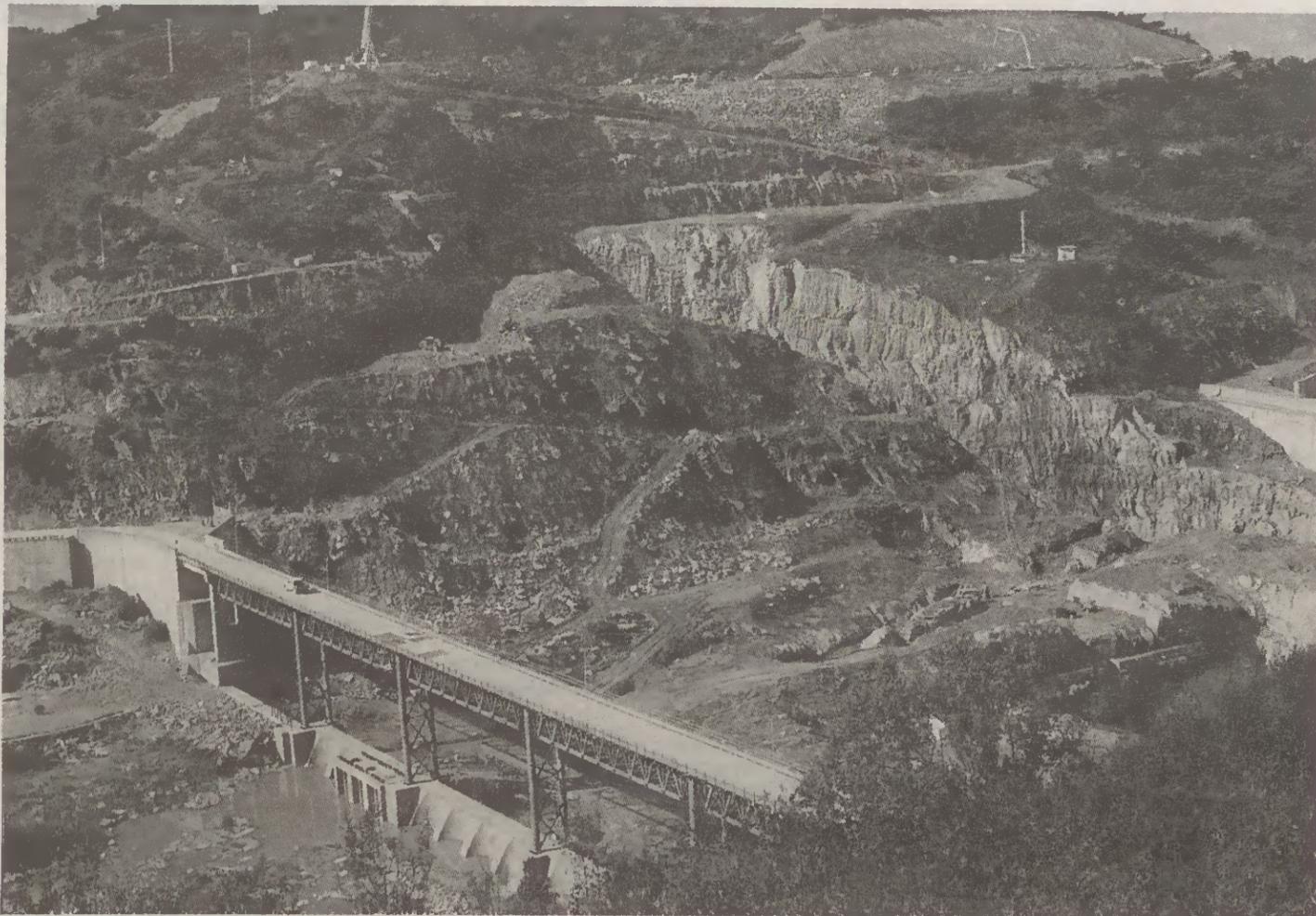


Jornadas parlamentares do PCP analisam Alqueva



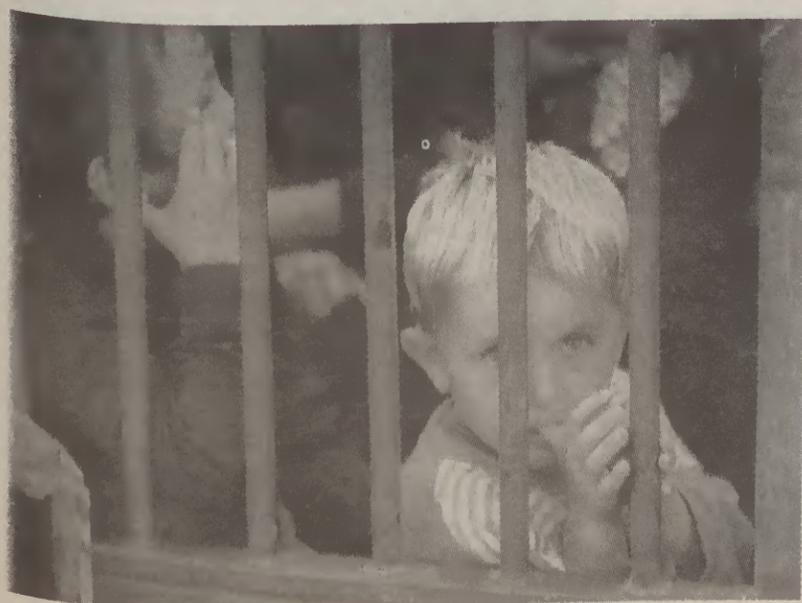
Mais justiça na terra

É no plano agrícola que emergem de modo mais claro os atrasos e a falta de vontade política do Governo para superar os problemas estruturantes que se colocam ao empreendimento do Alqueva. O PCP defende medidas de reestruturação fundiária, visando contribuir para «uma maior justiça na terra» e vai apresentar uma proposta na Assembleia da República.

Págs. 5 a 7

Agressão à Jugoslávia

Tudo começou com uma mentira



«Em tempo de guerra, a mentira e a propaganda são muito fortes. São verdadeiras armas que matam a verdade.» É assim, com esta frase, que termina o corajoso programa do *Monitor* sobre a agressão à Jugoslávia, apresentado pela televisão alemã ARD a 8 de Fevereiro, com o título «Die Story – tudo começou com uma mentira».

Centrais

Candidato à Câmara de Cuba

«É para ganhar!»

Rodeia Machado, deputado comunista, é agora candidato à presidência da Câmara Municipal do concelho alentejano de Cuba. Foi apresentado no passado domingo numa sessão em que assumiu a sua vontade de vencer.

Pág. 19

Pensões suspensas

Seguradoras não pagam

A CGTP decidiu apresentar queixa ao Provedor de Justiça contra as seguradoras que suspenderam o pagamento das pensões aos sinistrados do trabalho. Alguns não recebem um tostão há um ano.

Pág. 14

EUA violam direito internacional

Bombas sobre Bagdad

Norte-americanos e britânicos atacaram Bagdad na sexta-feira passada. Três mortos e trinta feridos constituem o primeiro balanço da nova escalada de guerra no Golfo.

Pág. 22

Avante!
Proletários de todos os países
UNITE-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Iniciam-se as Jornadas Parlamentares do PCP

Resumo

14 Quarta-feira

O Sindicato dos Professores dos Açores (SPRA) adverte que vai entregar uma queixa ao Provedor de Justiça contra o governo regional que «obriga alguns docentes a prestarem mais de 35 horas semanais de trabalho» • O procurador-geral adjunto de Moçambique, Albano Vasco Macamo, é alvejado a tiro em Maputo • O juiz argentino Carlos Liporaci é destituído do inquérito aos casos de corrupção no Senado por incapacidade em justificar um súbito enriquecimento • O parlamento indonésio exorta as forças de segurança a tomarem medidas firmes contra os manifestantes que exigem a demissão do presidente Wahid.

15 Quinta-feira

Carlos Carvalhas afirma que se o Presidente da República promulgar a revisão eleitoral autárquica, o PCP pede ao Tribunal Constitucional a fiscalização da lei • O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses acusa o Ministério da Saúde de discriminação ao encerrar o processo relativo às formas de pagamento pelo trabalho efectuado em folgas e feriados • Ehud Barak aceita a pasta da Defesa no governo de Ariel Sharon • Em El Salvador registam-se mais 307 réplicas de sismo mas sem provocar vítimas ou estragos • O Tribunal de Aveiro condena um jovem, que torturou duas crianças, a três anos de prisão, com pena suspensa por quatro anos.

16 Sexta-feira

As jornadas parlamentares do PCP, em Moura, chamam a atenção para os atrasos nas obras da barragem do Alqueva • Vale e Azevedo, ex-presidente do Benfica, é detido pela Brigada Anticorrupção da Polícia Judiciária • Um soldado israelita morre num atentado perpetrado pelo Hezbollah junto à fronteira israelo-libanesa • Aviões dos EUA e da Grã-Bretanha bombardeiam sem aviso uma zona próxima de Bagdad • Os presidentes de Bulgária, Turquia e Roménia apoiam o governo separatistas albaneses no Sul da Sérvia.

17 Sábado

Após a sua detenção pela Brigada Anticorrupção, Vale e Azevedo fica em prisão domiciliária • O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras detém um cidadão russo que dirige uma rede de exploradores de imigrantes da Europa de Leste • As autoridades francesas revelam que o navio *East Sea* encalhado numa praia de Saint Raphael, na Riviera francesa, transporta 908 refugiados clandestinos curdos.

18 Domingo

Emboscada da UNITA a um veículo da Endiama mata um cidadão português • O Iraque reage aos bombardeamentos e acusa o presidente dos EUA, George W. Bush, classificando-o de «criminoso» • A NASA adia a aterragem do vaivém Atlantis devido aos fortes ventos que afetam o centro da Florida.

19 Segunda-feira

Os juízes portugueses elegem os seus representantes no Conselho Superior de Magistratura • Depois de um encontro com o seu homólogo turco, Ismail Cem, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, apela à «libertação imediata» dos portugueses reféns em Cabinda • Termina o motim nas prisões brasileiras com um balanço provisório de 15 mortos e oito feridos • A ex-primeira dama das Filipinas, Luisa Ejército, formaliza a sua candidatura às legislativas de Maio.

20 Terça-feira

Dois relatórios elaborados por médicos independentes concluem que a morte do 1.º cabo Hugo Paulino se deve à exposição a eventuais tóxicos existentes na zona dos Balcãs • Margarida Botelho, deputada do PCP, acusa o Governo de estar a reduzir o número de auxiliares educativos «numa altura em que se fala tanto» do problema da violência nas escolas • A Amnistia Internacional (AI) denuncia a «política de assassinato de Estado» de Israel contra os palestinianos e apela ao fim da mesma • O governo iraquiano rompe relações com o Canadá e a Polónia por estes apoiarem os recentes ataques americanos a Bagdad.

Aconteceu

Português morto pela UNITA

Um cidadão português morreu vítima de um atentado da UNITA a um veículo da Endiama do qual resultou igualmente a morte de dois angolanos.

A vítima, António Augusto Leitão, era carpinteiro e residia em Angola desde 1982. Segundo a agência missionária MISNA, António Leitão era responsável há anos por uma serração, sendo bastante conhecido e estimado pela população local.

O ataque da UNITA deu-se pelas 16 horas, o que levou um trabalhador de uma organização humanitária que pediu o anonimato a comentar que «viajar do Dundo a N'jazi tornou-se um verdadeiro suicídio».

Rebelião em cadeias brasileiras

O motim dos reclusos brasileiros chegou ao fim na segunda-feira passada. O balanço provisório desta rebelião, nos 29 estabelecimentos prisionais, é de 15 mortos entre os presos e oito pessoas feridas.

Para a polícia, toda esta movimentação terá sido ordenada pelo «Primeiro Comando da Capital» (PCC), organização criminosa criada em 1993 e que dita as regras nas prisões de São Paulo. Este motim teria como motivo a transferência de nove dirigentes do PCC, que se encontravam no estabelecimento prisional de Carandiru, para outros presídios de maior segurança.

É também de salientar que um dos maiores problemas das prisões brasileiras é a sobrelotação. Apesar de já se terem construído mais 40 prisões, são necessárias pelo menos mais 130.

Trabalhadores de Leste explorados

A menos de um mês da entrada em vigor da nova lei sobre a legalização dos imigrantes em Portugal, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) deteve um cidadão russo por exploração de trabalhadores da Europa de Leste.

Manuel Palos, director-geral do SEF, diz que este indivíduo, residente há dois anos em Portugal, «é um dos principais cabecilhas de uma rede de exploradores que ficam com os passaportes dos imigrantes como forma de pressão, e lhes cobram parte dos vencimentos».

Outra fonte do SEF refere acreditar que, apesar de tudo, as redes mafiosas vão continuar a fazer todos os possíveis para evitar que os trabalhadores se legalizem visto que «a manutenção de uma situação de ilegalidade é conveniente e só se torna ruínosa se forem apanhados».



Listas de espera a crescer

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, admitiu que ao abrigo do Programa de Promoção do Acesso (PPA), destinado a diminuir as listas de espera nos hospitais, apenas se realizaram cerca de 17 mil cirurgias.

Apesar de a ministra considerar estes números positivos, o certo é que as listas continuam a crescer. Dados da Administração Regional

de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo revelam que até Setembro foram realizadas apenas 1800 cirurgias, quando tinha sido contratualizado entre hospitais e Agências de Saúde cerca de 7200.

O responsável pela comissão de saúde das misericórdias, Manuel de Lemos, diz que o acordo foi assinado a 12 de Setembro, mas as ARS só começaram a enviar doentes em Novembro, e dos «cerca 600 utentes de todo o país, mandámos para trás 120» afirma Manuel Lemos, sublinhando o facto de «algumas pessoas já terem sido operadas, só que os ficheiros não foram actualizados». Neste momento encontram-se em lista de espera 60 mil utentes, não se sabendo até quando se irá manter a situação.

Parabéns a Carlos Paredes

Carlos Paredes, o grande mestre da guitarra portuguesa, completou 76 anos na passada sexta-feira. Há longo tempo impedido de actuar, atingido por doença, o artista continua, através das gravações, a estar presente entre nós.

Carlos Paredes, cujo nome está ligado à melhor música portuguesa e soou tanto no teatro como no cinema, sendo a sua discografia largamente conheci-

da não somente em Portugal como também no estrangeiro, começou cedo no caminho da arte, tendo aprendido com o pai que o acompanhou durante muitos anos.

Militante do Partido Comunista Português desde jovem, Carlos Paredes enfrentou a prisão e as torturas corajosamente.

O *Avante!* Aqui lhe expressa os melhores votos de parabéns.



Vale e Azevedo está preso

Vale e Azevedo foi detido pela brigada Anticorrupção da Polícia Judiciária e levado para o Tribunal de Instrução Criminal (TIC) para ser interrogado por indícios de eventual crime de peculato.

Depois de 12 horas de detenção e cerca de oito horas de interrogatório, a juíza da Quarta Secção do TIC notificou a GNR de Sintra para manter sob vigi-

lância a residência do ex-presidente do Benfica. Vale e Azevedo encontra-se assim em prisão domiciliária por tempo indeterminado.

A detenção do ex-dirigente encarnado terá a ver com a indevida apropriação de fundos pertencentes ao Benfica, relativos à transferência do guarda-redes russo Ovchinnikov.

Crónica Internacional

• Ângelo Alves

O quarto poder...

Na passada sexta-feira, George W. Bush ordenou o bombardeamento do Iraque. Nas televisões o porta-voz do Pentágono «explicou-nos» que o bombardeamento não passava de uma mera «operação de rotina». Saddam tinha intensificado as operações militares com baterias anti-aéreas aliando a isso o aumento da capacidade de alcance dos seus radares, dizia.

Queria o dito porta-voz «informar-nos» que Saddam estava a pôr em risco os aviões que patrulham ilegalmente as «zonas de exclusão» de voo no Iraque. Os EUA, sem sequer apresentarem quaisquer provas, bombardeiam território iraquiano fora das próprias «zonas de exclusão» dizendo simplesmente: «mera operação de rotina militar». Se em parte esta afirmação é verdadeira - uma vez que a aviação norte-americana bombardeia sistematicamente alvos iraquianos - no que toca aos justificativos da acção a verdade é outra. Bush,

o homem que se rodeou de colaboradores ligados à indústria armamentista e petrolífera e às concepções mais reaccionárias, intervencionistas e militaristas, fazendo jus à sua própria concepção de política externa, utilizou o pretexto da «ameaça iraquiana» para dar o sinal... O sinal de que as sanções ao povo iraquiano não só se manterão como se irão agravar, de que com a política trauliteira e reac-

cionária da nova administração americana o lema mais adequado para a caracterizar será: «atiramos onde e quando quisermos». O sinal de intensificação da velha política de «pólicas, donos e senhores do mundo, a grande América».

Vindo de onde vem não surpreende, mas o que mais uma vez se confirma é a utilização e divulgação mundial pelos *media* de uma afirmação não provada para justificar um acto bélico ilegal sobre um território soberano.

O debate em Portugal, na Europa e nos EUA sobre a utilização de urânio empobrecido nos bombardeamentos da NATO veio mais uma vez por a nu a hipocrisia e a mentira que transborda das esferas militares e políticas dos EUA, da NATO e dos seus mercenários e colaboradores europeus. As provas de que o exército americano é a NATO há muito conheciam os perigos para o ambiente e para a saúde dos militares e populações, decorrentes da utilização de tais munições, são mais que muitas!

Mas a desinformação orientada é muito mais vasta. O urânio e as mentiras a ele associadas, acompanhadas agora de autênticas barragens de aço à informação e ao esclarecimento, são apenas um dos exemplos:

Em 99 fomos «informados» que o governo sérvio tinha efectuado um massacre em Racak em que tinham sido assassinados dezenas de civis. Esta notícia foi então o pretexto para o início dos bombardeamentos à Jugoslávia. Recentes declarações da coordenadora das autópsias às supostas vítimas do massacre, nomeada pela OSCE - Dr.^a Helena Ranta - vieram confirmar que tal massacre nunca existiu.

O relatório das autópsias mantido em segredo durante dois anos por ordem da NATO e do ministro alemão Fischer afirma que as «vítimas» eram militares mortos com balas à distância e alvejados ainda em vida, afastando assim a hipótese de execução ou massacre. Confirmaram-se assim, os fortes indícios de o «massacre de Racak» ter sido na realidade o resultado de um ataque do UCK a um posto de polícia sérvio, como refere o general Heinz Loquai no seu livro «O conflito no Kosovo - uma guerra que se podia ter evitado» e que tal «massacre» foi uma encenação montada pelo UCK e pela CIA em colaboração com a NATO.

Em Agosto de 2000, o jornal britânico «The Guardian» dava conta que a NATO tinha «exagerado nos números dos massacres» da Jugoslávia. Dos 100.000 «informados» por William Cohen - secretário da Defesa dos EUA na altura dos bombardeamentos - rapidamente se passou para 10000, e posteriormente «para um número inferior a 3000» (Agosto de 2000), número divulgado pelos peritos do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia.

São apenas exemplos, não são a história toda. Essa, a «história» da agressão à Jugoslávia há muito que estava escrita, definida e difundida pelos seus responsáveis. A mentira transmitida em «prime time», pelas TVs de todo o mundo, foi parte de leão da estratégia de agressão imperialista nos Balcãs.

O chamado «quarto poder», o poder dos *media*, continua ser utilizado para todo o tipo de ingerências nos assuntos internos dos povos e das nações. Continua a servir para assassinar inocentes e para colorir com tons humanitários e democráticos as matanças imperialistas na Jugoslávia, no Iraque e outros pontos do mundo. Cabe-nos a nós contrariar esta torrente de desinformação. Só assim será possível derrotar a arrogante política agressiva assinalada por Bush com os bombardeamentos de Bagdad.

Editorial

ROTINA

Mais uma vez, aviões norte-americanos e britânicos bombardearam o Iraque. Mais uma vez, depois de utilizarem «armas de grande precisão» e deixando atrás de si a destruição e a morte, «os aviões regressaram em segurança às suas bases». Mais uma vez, foi invocada a tese da «autodefesa face à ameaça crescente de Saddam Hussein» para justificar os bombardeamentos.

Esta foi a primeira medida de política externa tomada pelo novo presidente dos EUA - eleito, recorde-se, na sequência de um processo eleitoral recheado de fraudes e que constituiu uma monumental mascarada - e só surpreenderá quem queira esconder-se por detrás de premeditada distração. Com efeito, de há dez anos para cá, bombardear o Iraque tornou-se como que uma tradição da política externa de todos os governos dos EUA. A última decisão do ex-presidente Bush foi, como se sabe, um bombardeamento sobre o Iraque. Nessa altura, o responsável principal pela bárbara chacina do Golfo - que provocou a morte imediata de mais de 300 mil pessoas, na sua maioria civis - quis deixar claro para toda a gente (governos aliados incluídos) que o imperialismo norte-americano era, de facto, o líder da «nova ordem» nascida na

“Bush limitou-se a demonstrar que, nos EUA, a tradição ainda é o que era...”

sequência desse massacre. E a primeira decisão do presidente Clinton foi semelhante: Bagdad foi bombardeada e milhares de cidadãos iraquianos perderam a vida ou foram feridos. Assim, o actual Bush limitou-se agora a, naturalmente, demonstrar que, nos EUA, a tradição ainda é o que era...

Aliás, os recentes bombardeamentos foram quase que anunciados previamente. O facto de a «nova» administração norte-americana estar recheada de «falções» carregados de culpas no genocídio praticado pelos EUA no Iraque em 1991, era por de mais indiciador do que se perspectivava. Recorde-se que o então secretário de Estado e agora vice-presidente, Dick Cheney, se notabilizou, na altura, por, entre várias outras manifestações de apego à «democracia» e aos «direitos humanos», escrever numa bomba de urânio empobrecido que ia ser lançada sobre o Iraque a bem humorada inscrição: «Para Saddam, com afecto.» Para além disso, antes mesmo de tomar posse, o secretário de Estado, Colin Powell, já ameaçara o Iraque e anunciara o propósito do seu governo de «rever a sua política» em relação àquele país. E o mais do que suspeito «New York Times», cumprindo a tarefa que lhe está cometida, «informara» que o Iraque «teria já reconstruído fábricas destruídas pelos aliados na altura da guerra por suspeita-

rem de que serviriam para produzir armas químicas e biológicas». Ora, convém não esquecer que o Governo dos EUA é o único autorizado - graças a um «mandato divino» outorgado a todos os seus presidentes - a produzir e utilizar armas químicas e biológicas, armas estas que, pelo simples facto de serem pertença norte-americana, adquirem singulares características «humanitárias»...

Uma outra «justificação» é apresentada sempre que os EUA decidem bombardear o Iraque ou prosseguir o cruel bloqueio que é responsável pela morte, nos últimos dez anos, de mais de dois milhões de iraquianos, especialmente crianças: o «imperativo democrático e humanitário» de pôr termo a um regime chefiado por um tirano. E agora, como em situações anteriores, os dirigentes dos EUA sublinham o seu objectivo de derrubar o regime e exibem ostensivamente o seu apoio a sectores pró-norte-americanos da oposição iraquiana - também neste caso assumindo, graças à força de que dispõem, o direito de decidir qual o regime que deve existir no país. Entretanto, vão despejando toneladas de bombas, talvez de urânio empobrecido e de cimento, sobre o martirizado povo do Iraque.

Que Saddam Hussein é um tirano e que o regime que ele lidera nada tem a ver com democracia e tem tudo a ver com opressão e repressão é coisa que não oferece dúvidas a quem quer que seja. Mas é evidente que não é essa a razão dos bombardeamentos e do bloqueio. Quando Saddam, já tirano, era amigo dilecto do governo dos EUA, não existiam preocupações «democráticas» e ninguém falava de violações dos direitos humanos no Iraque nem nos direitos dos curdos. Na realidade, ele passou a ser «tirano» apenas a partir do momento em que deixou de obedecer fielmente aos ditames do imperialismo norte-americano - facto que, juntamente com a necessidade de os EUA exibirem a sua condição de líderes da nova ordem, está na origem dos bombardeamentos e do bloqueio.

Durante cerca de duas horas e meia, vinte e quatro aviões norte-americanos e britânicos bombardearam o Iraque. Trata-se, como afirmou o PCP, de mais uma «violação frontal da soberania de um Estado independente e da legalidade internacional» e, simultaneamente, de «uma afirmação inquietante do curso militarista agressivo que a nova administração norte-americana pretende imprimir à política externa dos EUA». Desta vez, o governo norte-americano nem se deu ao trabalho de avisar previamente os seus aliados na Europa - excepção feita ao fidelíssimo Blair que teve honras de convivência activa no acto criminoso.

A quem persista em defender o carácter «justo», «necessário» e «democrático» destes bombardeamentos, ou em alimentar e difundir dúvidas sobre as suas razões e objectivos reais, ou em «justificá-los» a partir do regime repressivo de Saddam Hussein, relembram-se as declarações do actual presidente dos EUA: «Quero garantir aos que não compreendem a política americana que se tratou de uma operação de rotina.» Da rotina típica da nova ordem mundial imperialista de cariz totalitário, naturalmente.

Actual

O descamisado

● Jorge Cordeiro

Já se sabia que a razão e o papel de Guterres destinou à convocação de mais um congresso do PS, apresentado como clarificador da situação interna e da sua liderança, são sobretudo o de procurar lavar a cara à política do Governo e o de, pela conversa presente, fazer esquecer o passado.

A apresentação por Guterres da sua moção ao Congresso é uma peça exemplar desse objectivo e um exercício exemplar de retórica, na linha daquela torrente verbal herdada dos tempos da oposição, destinado a iludir as dificuldades e a procurar libertar-se das consequências a que a sua política e as opções

que a determinam conduziram. Guterres voltou a repetir os novos desígnios da política nacional, uma vez mais apresentados com um horizonte de concretização à escala do tempo de uma geração, teorizou sobre a governabilidade e as apostas do futuro. Tudo como se agora ao gover-

no tivesse chegado e passado não houvesse. Para que as suas recentes «descobertas» sobre a esquerda e a governabilidade não passem sem resposta, necessário se torna deixar registados dois comentários.

O primeiro para lhe fazer notar que a grave lacuna do sistema político que Guterres identifica não está na incapacidade de diálogo para uma governabilidade à esquerda, nem o paradoxo do sistema político se resume ao facto de 10% dos portugueses serem sistematicamente impedidos de contribuir para a governabilidade. O verdadeiro e comprovado paradoxo reside

em que por força das opções e das orientações do governo e do PS, mais de metade dos eleitores verem ser-lhes impostas políticas que recusaram e uma governabilidade de direita que eleitoralmente rejeitaram. O real problema da vida política nacional não está na incapacidade de mediar o elei-

torado à esquerda como sugere Guterres mas precisamente no facto de a sua representação estar entregue a um mediador sem escrúpulos capaz de a todo o momento o utilizar num sentido inverso àquele para que tinha sido mandatado.

O segundo para, passando ao lado dos apelos à evolução e modernização das forças à sua esquerda e do empenho genético em criar e fazer emergir uma nova força política clonada à sua medida, deixar registado que aqueles que ainda agora classificou como «oposição de bota abaixo» e «populismo descamisado» (referindo-se ao PSD e ao PP) são precisamente não só os que nas questões decisivas e estruturantes de regime o PS escolhe para parceiros como aqueles que a todo o momento anima e apoia com a sua política.

A verdade é que sob as vestes elegantes de uma retórica de esquerda sempre colocadas em vésperas de compromissos eleitorais se descobre por baixo a mais completa nudez de valores e práticas que lhe correspondam.



O «Situacionismo»

● Carlos Gonçalves

Foi Manuel Alegre que ainda agora disse do PS: «Neste momento é um partido muito governamentalizado, muito situacionista, muito de aparelho, muito sem causas, sem projectos e sem rumo.»

Deixando outros qualificativos, fiquemos pelo «situacionismo» porque sintetiza o que se passa com o PS de Guterres, há cinco anos e meio no governo - um partido que se acomodou à «situação» e prosseguiu o essencial das políticas dos interesses dominantes, que se instalou no aparelho de Estado para os servir e para se servir e às suas clientelas e que hoje se desgasta na defesa do seu poder e mordomias.

É este PS que, à pala do Congresso, ensaia a reprise da operação do «novo fôlego» que, neste último ano, já naufragou numa dúzia de demissões e crises.

Até ver, escasseiam as novidades - o voto aos 16 anos e as quotas femininas são temas recorrentes e a tese da «evolução para a governabilidade» à esquerda, como também nota Alegre, é «uma desculpa», para as políticas de direita - dizemos nós.

«E há outras manhas do «situacionismo».

É a proposta dum governo coordenado e com «autoridade», em vez do diálogo e soluções adiadas. Uma tirada tecnocrática - se mudasse o estilo não

mudariam com isso as políticas de direita. Aliás, o governo tem sempre «empaleado» medidas de sentido positivo e decidido sem hesitar medidas decorrentes das políticas de direita.

É a proposta de políticas «fracturantes», em vez de cedência aos interesses. Mas o facto é que os interesses partidários, como na famigerada reunião de Évora dos governadores civis, ou os grandes interesses das transnacionais, como na TAP ou na PT, estiveram quase sempre à frente dos interesses públicos e com o governo PS sempre venerador e agradecido.

É a defesa dum Congresso de «clarificação». Mas clarificar o quê e contra quem se não há alternativa ou sequer alguém disponível para o papel de Alegre no último Congresso - animador à esquerda e atestado da «consciência tranquila» do PS.

Jorge Coelho bem se tem desdobrado em manhas para que Carrilho ou Alegre sejam o *compère* de Guterres no grande número da «clarificação» no Congresso - auge mediático da operação de branqueamento e «novo fôlego» do «situacionismo». Mas não se descortina quem possa e queira ser a peninha no chapéu congressual de Guterres.

Mau presságio. Por este andar ainda não é desta que arriba o «novo fôlego».

Se calhar o melhor é o «situacionismo» ir à bruxa.



Peço desculpa

● Leandro Martins

Em primeiro lugar peço desculpa. Não é meu costume meter-me por caminhos que conheço pouco, sobretudo quando estão saturados por tão imponentes personagens que me parece saberem tanto de tudo, cheios de especialistas, pejados de técnicos, a transbordar de pontífices, acotovelando-se muito para, *ex-cathedra*, tomarem a palavra, ponteiro em riste, olhar verrumante. Porventura a minha timidez tem raízes no tempo em que as crianças que então éramos - e que sorte a nossa no mar analfabeto da nossa geração - estremeciam debaixo das palmatoadas e cantavam o hino de mão esticada sob os olhares severos de Salazar e Carmona pendurados nas paredes da sala de aula. Tempos que já lá vão, que Abril soprou e desvaneceu, mas que terão certamente deixado marcas.

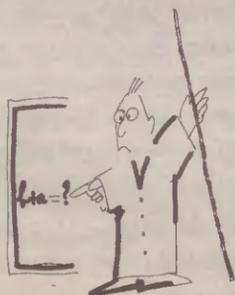
Gostaria apenas de fazer um pequeno comentário, modesto, quase a

sumir-se por entre o alarido de tantas sumidades. É a propósito da educação e do ensino, que vem sofrendo os tratamentos tão contraditórios desde que a democracia se institucionalizou. Sucederam-se as reformas e os reformistas; os ministérios e os ministros; as secretarias e os secretários; mais os grupos de trabalho e os seus grupistas; os números e as suas cláusulas. Têm-se multiplicado as soluções e os números são avalanche. Há universidades por toda a parte, crescem as propinas, sobem as notas para admissão, aumentam os anos dos cursos e os custos dos mesmos e dos livros. Liberalizada, a escola distribui o pensamento único sob o manto multicolor da variedade - quem quer escola melhor, paga-a. Os pobres dos jovens - sobretudo os jovens pobres - vêm-se às aranhas para imaginarem o próximo passo, a exigência seguinte. Os pais espremem as meninges

para tentarem perceber e as bolsas para pagarem. Logo depois, a dança é outra. Ao longo dos anos, os ministérios e os seus especialistas vêm introduzindo mais e mais inovações e olham a educação e o ensino de milhares de jovens como um imenso laboratório onde se pode praticar. Ao longo dos anos, ávidos negociantes, com o apoio destes investigadores encartados, vêm florescer os seus negócios.

Agora, a secretária de Estado Benavente - «autora de vários livros» e que se «doutorou em Ciências de Educação pela Universidade de Genève», segundo o *Diário de Notícias*, - explica em entrevista «as vantagens das aulas de 90 minutos».

Peço desculpa. Há muito se sabe que os 50 minutos são a dose, mais coisa menos coisa, suportável por alunos e professores. Mas esta parece ser mais uma inovação. E vai ser à escolha. «Se as escolas quiserem, podem organizar-se em aulas de 90, outras de 45, 110 ou 120.» Que é mais democrático, diz ela.



Frases

“Parece que, a pedido expresso de António Guterres, se vai discutir a eventualidade de baixar a idade de capacidade eleitoral para 16 anos (...) Nada me parece mais típico e mais revelador da pulsão populista que anima o primeiro-ministro?”

(António Barreto, Público, 18.02.01)

“[António Guterres] oferece a sopa do convento a quem se converter aos prazeres da “modernização” e da “Europa” e contribuir zelosamente para a “governabilidade” do País. O anjinho Guterres é, afinal, o Tentador?”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 18.02.01)

“Antes de [José Luís] Judas, dir-se-ia que Cascais tinha batido no fundo, depois de anos de devastadora gestão PSD: era impossível fazer pior, urbanizar ainda mais, destruir o pouco que restava preservado. Judas provou que não há impossíveis e que há sempre um mais além?”

(Miguel Sousa Tavares, Público, 16.02.01)

“Neste momento, o PS é um partido muito governamentalizado, muito situacionista, muito de aparelho, muito sem causas, sem projectos e sem rumo?”

(Manuel Alegre, O Independente, 16.02.01)

“O problema da governação é um problema de falta de bandeiras, causas e determinação para fazer as reformas necessárias sem pactuar com os interesses instalados?”

(João Cravinho, Diário de Notícias, 12.02.01)

“Caso o Parlamento português se vergue à imposição do TPI [Tribunal Penal Internacional] e o Presidente da República ratifique a alteração da Constituição, fico a pensar seriamente naquilo que um cidadão poderá fazer para exprimir a sua revolta contra o regresso à barbárie?”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 16.02.01)

“O Homem perde sempre quando a sociedade cultiva o lucro e subestima o trabalho?”

(Ruben de Carvalho, idem)

“A manifestação do Técnico marchou contra quem? Contra a Câmara de Lisboa! Genial! E coerente! O Técnico que, mercê de forais da ditadura, se pode permitir construir gigantescos cubos de fuligem sem dar conta à cidade, vem agora exigir da cidade o direito de santuário nos arredores. Cúmplices, pelo silêncio, com o crime contra a cidade, os dirigentes associativos não hesitaram em exigir da cidade o que nem sequer compete à cidade dar-lhes: a segurança?”

(Óscar Mascarenhas, Diário de Notícias, 14.02.01)

“Então por que é que desfilaram contra a Câmara? Só porque são ignorantes e nada sabem das leis da República que entregam as questões de segurança ao Governo? Ou por má-fé, abusando da dor de uma morte absurda para aforrar dividendos partidários?”

(idem, ibidem)

● João Chasqueira

Texto

● João Aboim

Fotos



O PCP vai requerer a presença na AR dos ministros do Planeamento e do Ordenamento para explicarem os atrasos nos planos de ordenamento do Alqueva

Jornadas Parlamentares do PCP analisam Alqueva

Vencer atrasos e indefinições

O PCP defende medidas de reestruturação fundiária na área abrangida pelo Alqueva. Um projecto de lei nesse sentido vai dar entrada na Assembleia da República, anunciou Octávio Teixeira, em Moura, no final das Jornadas Parlamentares. É o contributo do Grupo parlamentar do PCP para a solução de uma das questões centrais ainda por resolver - o reordenamento fundiário -, e, simultaneamente, uma medida de política em resposta à inércia do Governo.

Os atrasos e indefinições no empreendimento de fins múltiplos do Alqueva constituíram aliás o traço mais representativo da análise efectuada no decorrer destas Jornadas. E se este quadro de preocupação fora já o ponto de partida e uma das razões para a escolha de Alqueva como seu tema central - face à sua importância enquanto âncora estruturante

de desenvolvimento não apenas para o Alentejo como para o todo nacional - não se pode dizer que a percepção daquela realidade tenha sido alterada depois dos dois dias de trabalho em que os deputados comunistas mantiveram uma série de contactos e reuniões com várias entidades, desde a administração da empresa responsável pelo empreendimento (EDIA)

até agricultores e suas associações, passando por trabalhadores e estruturas sindicais, representantes de regiões de turismo e autarcas.

Em rigor, segundo a avaliação final efectuada pelo líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, o que resulta das visitas e encontros realizados é mesmo a confirmação de todas as apreensões já existentes quanto aos atrasos, indefinições e ausência de coordenação a nível do Governo, designadamente no âmbito dos planos de ordenamento.

Não frustrar as expectativas

É certo que o empreendi-

mento, que há muito devia ser uma realidade, é hoje irreversível, como indiscutível é o seu enorme potencial no sentido de contribuir para diversificar a economia regional, criar emprego, estancar a

O Alqueva deve ser um instrumento para o desenvolvimento económico e social da região e do todo nacional

hemorragia demográfica e afirmar-se como pólo capaz de atrair novas pessoas.

A grande questão que subsiste, porém, como tratou de salientar Octávio Teixeira logo na abertura dos trabalhos, é saber se os atrasos e indefinições na adopção de medidas por parte do Governo não comprometem as potencialidades do empreendimento, «frustrando as expectativas dos alentejanos e do País».

Mais: o que se constata é

que está por realizar uma política coerente e integrada que concretize plenamente as diversas valias do projecto. É o caso, por exemplo, das questões respeitantes ao ordenamento. Como foi dito em conferência de imprensa, o Plano de Ordenamento da Zona Envolvente de Alqueva, peça fundamental para ordenar e disciplinar o território por ele abrangido, está paralisado há oito meses, desconhecendo as estruturas representativas da região quais as suas grandes opções estratégicas. Sucede mesmo a incri-

mento, bem como o plano de desenvolvimento turístico do Alentejo».

Mais justiça na terra

Mas é no plano agrícola que emergem de modo mais claro os atrasos e a falta de vontade política do Governo para superar os problemas estruturantes que se colocam ao empreendimento do Alqueva. A principal questão, na perspectiva do PCP, reside em vencer os estrangu-

Um instrumento de progresso

O Alqueva constitui um investimento que mobiliza cerca de 350 milhões de contos de fundos públicos. Enquanto Empreendimento de Fins Múltiplos, como sublinharam as Jornadas do PCP, o Alqueva constitui uma insubstituível reserva estratégica de água, resolvendo o problema secular de abastecimento regular de água às populações.

Constituirá ainda uma nova fonte de produção de energia eléctrica, permitirá regar 110.000 hectares de terra até aqui dedicada ao sequeiro extensivo e absentista, promoverá a fixação de novas indústrias, e desenvolverá - no seu enorme espelho de água - actividades turísticas, desportivas e de lazer, permitindo diversificar a economia regional.

vel situação de a própria Comissão Consultiva do Empreendimento não reunir vai para quatro anos por ausência de convocação do ministro do Planeamento. Como desconhecido é o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, ao qual compete definir as áreas de ocupação turística e a tipologia dos empreendimentos a autorizar.

E o que resulta deste inércia governamental, como alertou Octávio Teixeira, é que autarquias locais e as regiões de turismo vêm «seriamente limitadas» as suas capacidades no sentido de promoverem a «necessária revisão dos seus planos directores municipais

lamentos gerados pela actual estrutura fundiária. Do que se trata - e é a isso que a banca comunista responde com o diploma que vai apresentar no Parlamento - é de garantir o pleno aproveitamento da valia agrícola de Alqueva, criando para o efeito condições que permitam o surgimento de explorações capazes de assegurar o racional aproveitamento dos recursos e a mobilização de novos activos agrícolas, contribuindo assim «para a fixação das populações e para uma maior justiça na terra».

E daí a importância vital de uma reestruturação fundiária

Carlos Carvalhas Por um novo ordenamento fundiário

O aproveitamento da componente agrícola do Alqueva constitui um dos aspectos centrais que o PCP está a acompanhar atentamente. No momento em que as obras do empreendimento avançam, a questão magna que continua por clarificar reside em saber se o forte investimento nele feito, na ordem das centenas milhões de contos, vai efectivamente servir a região e o País ou apenas meia dúzia de grandes proprietários.

Este problema, como não podia deixar de ser, foi vivamente equacionado no decorrer das Jornadas, sobre ele se detendo também na sua intervenção de abertura o Secretário-Geral do PCP (ver página seguinte). «O que é que se pretende fazer? Fixar jovens agricultores, trabalhadores agrícolas, pequenos e médios proprietários, ou deixar que a zona irrigada seja objecto de concentração fundiária, dominada pelos grandes proprietários e por multinacionais da agro-indústria?», questionou Carlos Carvalhas.

Escusado será dizer que este último cenário suscita o mais forte repúdio do PCP. Representaria, como alertou o líder comunista, a reprodução em Portugal de «uma nova Almeria, com a continuação da emigração e migração dos alentejanos e a vinda para a região de mão-de-obra barata, nomeadamente do Norte de África, com os dramas sociais e humanos ainda recentemente relatados».

E por isso as palavras de Carvalhas dirigidas ao Primeiro-Ministro convidando-o a reflectir sobre textos produzidos sobre o Alqueva da autoria da Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Arquidiocese de Évora. «O que devemos perguntar-nos é se, no Alentejo, no passado e especialmente no presente, a terra, a sua propriedade e o seu uso, têm servido de forma satisfatória o bem comum», referiu o dirigente comunista, citando um dos textos daquela entidade religiosa, no qual se conclui igualmente pela necessidade de proceder a «um novo ordenamento fundiário que contribua para a

fixação dos jovens e das famílias agricultoras à terra, não prejudicando, antes promovendo, os valores da solidariedade e da coesão social».

Preocupações justas com as quais o PCP se identifica e que sempre assumiu como suas e que levaram Carlos Carvalhas a lançar o repto ao Governo, «que diz querer governar com consciência social», para que em relação ao Alqueva haja em conformidade e não desperdice mais esta oportunidade soberana de o provar.

«É tempo de se pôr de lado os preconceitos e avançar com medidas de inegável eficácia social e económica», sublinhou o Secretário-Geral, antes de advertir para os perigos da cedência aos privilegiados. Claudicar aos interesses dos poderosos, observou, reproduz inevitavelmente «modelos de grande injustiça social, com reflexos negativos para toda a região e para o país, com o cortejo dos problemas sociais e mais tarde de insegurança que são conhecidos».

Jornadas Parlamentares do PCP analisam Alqueva

Vencer atrasos e indefinições

que seja, como sublinhou o líder parlamentar do PCP, «um instrumento decisivo para a eficácia do aproveitamento das novas condições de produção em regadio», permitindo em paralelo o «acesso à terra de uma nova geração de jovens agricultores, pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, combatendo o despovoamento e a desertificação».

Ora o que sucede é que em relação a esta questão capital o Governo continua a manter um preocupante mutismo. Lino de Carvalho, no encontro com a administração da EDIA, em que esteve presente o director regional da agricultura, bem tentou apurar qual a estratégia para o ordenamento fundiário. «7,5 hectares é a dimensão óptima? O Ministério tem estudos que digam qual a dimensão ideal?», perguntou. Faltou, como de costume, uma resposta clara, o mesmo destino aca-

bando por vir a ter outras questões por si colocadas, como sejam a do novo ordenamento cultural e dos sistemas produtivos a privilegiar ou a da definição do preço da água, ainda hoje uma incógnita.

Ordenamento fundiário

Estes foram, de resto, aspectos que vieram à baila na reunião que o Grupo Parlamentar realizou com associações representativas de agricultores, na qual participou também José Soeiro, membro da Comissão Política do PCP. Várias foram as queixas e preocupações expressas pelos agricultores presentes. Uma houve que sintetizou muito do que foi dito e aquele que é, tudo o indica, o sentimento mais comum entre os agricultores: «Alqueva está quase feito, mas não há planeamen-

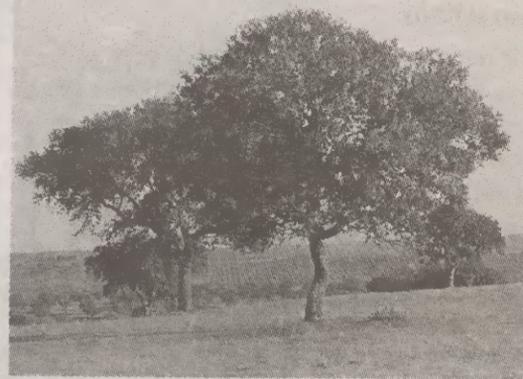
to sobre como se vai aproveitar este ponto de água.»

Mas foi sobre a estrutura fundiária que se ouviu o comentário mais pessimista. «O Governo não avança com medidas de ordenamento fundiário e até diz que isso é para o mercado regular, quando todos sabemos que o desejável seria a constituição de explorações de média dimensão», disse o representante do Núcleo de Empresários Agrícolas do Distrito de Beja, que viu corroborada a sua opinião pelo representante do Secretariado das Cooperativas Agrícolas de Beja.

Veiculado por José Soeiro, como por Agostinho Lopes (igualmente presente nesta reunião), foi, nas suas intervenções, a determinação do PCP em que a reestruturação fundiária venha a ser uma realidade e, por essa via, venham a ser criadas explorações agrícolas que permi-

tam o acesso à terra. Para isso, como foi sublinhado, exige-se um «esforço de participação e de mobilização» de todos no sentido de levar o Governo a intervir.

Até porque a não ser assim, isto é, se o Executivo optasse exclusivamente por fazer depender a solução da reestruturação fundiária do funcionamento do chamado mercado da terra, então, como sublinhou Octávio Teixeira, o desfecho só poderia ser o «enriquecimento de alguns à custa dos dinheiros públicos, com novas formas de concentração fundiária, a negociação da terra com a sua venda a grandes transnacionais do sector agro-alimentar e agro-turismo que a explorariam até aos limites, de forma ultra-intensiva, com recurso a força de trabalho imigrante e sobre explorada, criando-se assim um mundo de novos problemas ambientais e sociais».



Aceder à terra

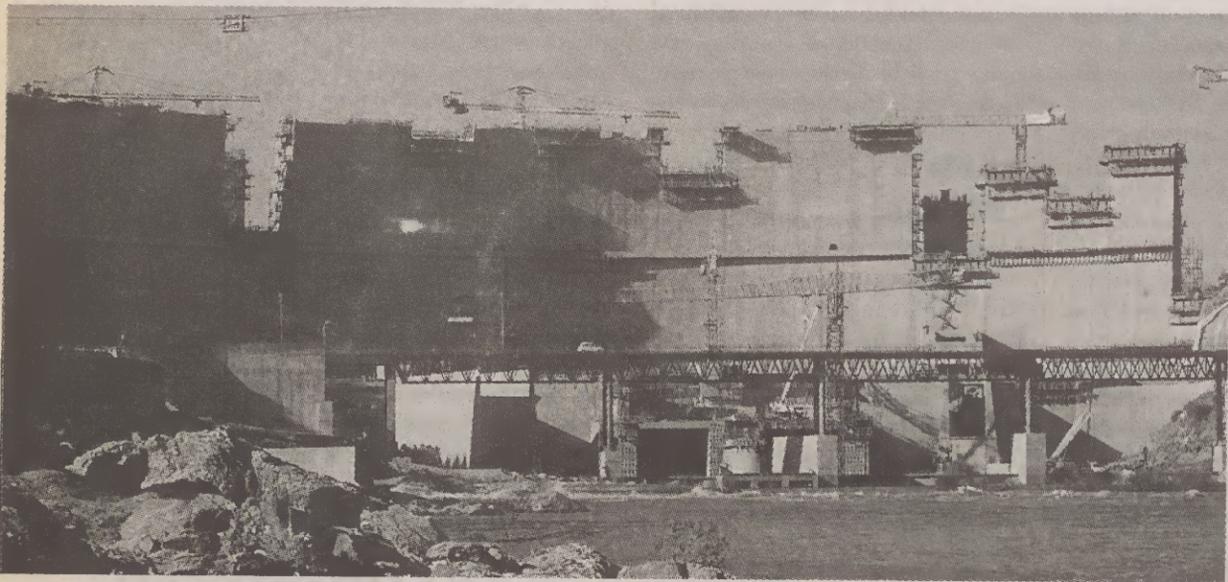
50 hectares é o limite de propriedade e exploração proposto pelo PCP para as áreas abrangidas pelo perímetro de rega do Alqueva. Esta é a dimensão física, do seu ponto de vista, capaz de garantir a optimização dos recursos, sendo ainda a que em termos económicos oferece garantias de sustentabilidade de forma diferenciada consoante os sistemas culturais, níveis de rendimento e taxas de remuneração do capital bastante acima dos valores médios de mercado.

Esta é uma das medidas que consta no projecto de lei de reordenamento fundiário para a área de intervenção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva que o Grupo Parlamentar do PCP entregará por estes dias no Parlamento.

Prevista está a criação de um «banco de terras» constituído, entre outros, pelos prédios rústicos expropriados por declaração de utilidade pública e pelos adquiridos pelo Estado.

No seu articulado, o diploma propõe a assunção do princípio constitucional da indemnização aos proprietários expropriados nos termos definidos no Código de Expropriações, reconhecendo, por outro lado, a todos os proprietários o direito de manterem a propriedade, no perímetro de rega, de área suficiente para a viabilidade e racionalidade da sua própria exploração agrícola.

Entre as soluções preconizadas no diploma conta-se também a entrega, por concurso público e através de contratos de arrendamento rural (por um prazo de 25 anos renovável por períodos de dez anos) das áreas pertencentes ao «banco de terras» a jovens agricultores, pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas que vivam exclusiva ou predominantemente da agricultura, cooperativas, residentes na região, não proprietários de outras terras que queiram iniciar uma actividade agrícola.



Há atrasos e indefinições no Alqueva mas há uma coisa que é certa: os vultuosos investimentos públicos devem repercutir-se na sociedade e não em benefício apenas de alguns

Carlos Carvalhas Não ao bloco central de

Estas Jornadas Parlamentares decorrem num quadro político em que o Governo e o Partido do Governo confrontados com o descrédito crescente da sua política e com a erosão da sua base social de apoio desenvolve esforços em duas grandes direcções:

1ª) difundir a ideia que estão a arrear caminho, que vão mudar de política, que o Governo vai entrar numa «nova fase»;

2ª) utilizar todos os meios (alteração da lei eleitoral, dinheiros públicos, governadores civis, lançamentos de primeiras pedras, promessas...) para os colocar ao serviço da estratégia da comissão eleitoral do PS para autárquicas.

Estas duas direcções têm um ponto em comum: a propaganda. Alterações só no que é secundário ou pontual para manter na mesma tudo o que é essencial.

Depois de falhado o lançamento do um «novo ciclo», com os escândalos da Fundação para a Prevenção Rodoviária, demissões de membros do Governo, silêncio cúmplice em relação ao caso do urânio empobrecido, escândalo da TAP, da GALP..., o Governo lança agora uma nova operação, ouvindo independentes, num «remake» sem fôlego e sem alma de uns «Estados Gerais» de gabinete, intensifica a retórica social e faz de membros do Governo e de governadores civis, comissários eleitorais do PS (veja-se a surrealista reunião do secretário de Estado do Trabalho com os

vários governadores civis ou a entrega directa de cheques a colectividades e associações numa fusão e promiscuidade entre o Partido e o Estado).

Mas no que é essencial o Governo mantém a mesma política, que se traduz num «modelo» neoliberal assente nos baixos salários, na precariedade dos vínculos laborais, na concentração da riqueza, no favorecimento das actividades especulativas em detrimento das actividades produtivas.

Os resultados são conhecidos.

Uma boa parte dos fundos estruturais regressam aos países mais ricos da União Europeia, no pagamento de importações de bens de consumo em vez de serem empregues no robustecimento e modernização do aparelho produtivo, agravando-se de forma acentuada o défice da Balança Comercial e o endividamento da economia nacional e dos particulares.

Afastamo-nos da média europeia em relação ao Produto Interno Bruto. Empresas básicas e estrangeiras ficam na alçada de centros de decisão externa. Milhares de jovens, de trabalhadores e de famílias ficam à margem de um nível de vida digno.

O Governo comete um erro de cálculo se pensa que resolve os problemas através do marketing político, das promessas e da retórica discursiva ou através da alteração da lei eleitoral para as autarquias, para ganhar na

Secretaria aquilo que não consegue pelo limpo jogo democrático. É uma vergonha.

Não dizia há tempos, o Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que o seu partido era o principal culpado de os portugueses não fazerem uma distinção clara entre a gestão do PS e a do PSD? E acrescentava «(...) estamos acomodados e o PSD chega a ter, na maioria dos casos, atitudes mais avançadas que os socialistas nas autarquias...». Compreende-se assim as motivações de tal lei: o poder pelo poder, a distribuição do poder pelo Bloco Central. É um empobrecimento democrático e um golpe no poder local democrático.

O marketing político não dá resposta à má gestão autárquica nem às dificuldades da economia portuguesa, nomeadamente dos seus défices e problemas estruturais bem como à crescente subcontractação e dependência.

O marketing político não esconde também as semelhanças e convergências no essencial com o PSD e a política de direita: privatizações, concepção federalista da construção europeia, leis eleitorais, política salarial, revisão constitucional, política de compadrio (*jobs for the boys*) e de clientelas...

O marketing político não apaga a degradação na prestação de muitos serviços públicos e o peso para o futuro das sucessivas derrapagens orçamentais, como é o caso do Orçamento da saúde, ou o caso das concessões de autoestradas, sem custo para o utilizador (SCUT)

já adjudicadas que terão um acréscimo de 350 milhões de contos em relação ao previsto. São os resultados da farsa do «Estado mínimo», e do chamado «Estado regulador», como o PS o define.

Com o leilão de empresas básicas e estratégicas e o aumento do poder económico de meia dúzia de famílias, aumenta também a subordinação do poder político ao poder económico (nacional e estrangeiro), sendo este, cada vez mais, o dito poder regulador. O poder regulador neste quadro é o do âmbito de uma das partes, é o poder regulador ao serviço da parte mais forte, exprimindo-se com maior ou menor disfarce na chamada «lei do funil». E é por isso que as reformas não avançam ou ficam muito aquém do que era necessário.

E é também por isso que neste momento queremos questionar o Governo acerca do empreendimento do Alqueva.

(...)

É tempo de se pôr de lado os preconceitos e avançar com medidas de inequívoca eficácia social e económica. Ceder aos privilégios é reproduzir modelos de grande injustiça social, com reflexos negativos para toda a região e para o país, com o cortejo dos problemas sociais e mais tarde de insegurança que são conhecidos. Não vale a pena meter a cabeça na areia. A política de avestruz pode dar para ganhar tempo ao Governo, mas compromete a região e o País.

Jornadas Parlamentares do PCP
Novas iniciativas legislativas

Valorizar pensões

Outros temas, para além de Alqueva, preencheram as Jornadas Parlamentares do PCP. A prender a atenção dos deputados comunistas esteve também o trabalho a desenvolver pela bancada comunista no futuro próximo. No imediato, fazendo jus à sua reconhecida capacidade de iniciativa política e de intervenção, novas iniciativas estão ser ultimadas devendo muito em breve dar entrada na Mesa do Parlamento. É o caso de um projecto de lei relativo ao regime de acidentes de trabalho e doenças profissionais que visa reparar a injustiça que atinge as vítimas de infortúnio laboral que, nunca tendo visto as suas pensões actualizadas, continuam a receber pensões de miséria.

Realce neste diploma merece ainda a alteração do sistema de remição obrigatória das pensões. Recorde-se que o actual regime é encarado como um factor que con-

tribui para a espoliação da maior parte dos acidentados laborais, uma vez que, como salientou Octávio Teixeira, «as seguradoras se descartam dos trabalhadores pagando-lhes, por inteiro, quantias irrisórias a título de remição».

Proposta pelo Grupo Parlamentar do PCP - no intuito de criar uma consciência nacional sobre tão grave problema -, sob a forma de projecto de resolução, vai ser também a criação do Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, a celebrar anualmente a 16 de Janeiro, data da ratificação pelo nosso país da Convenção n.º 155 da OIT relativa à segurança, saúde e ambiente de trabalho.

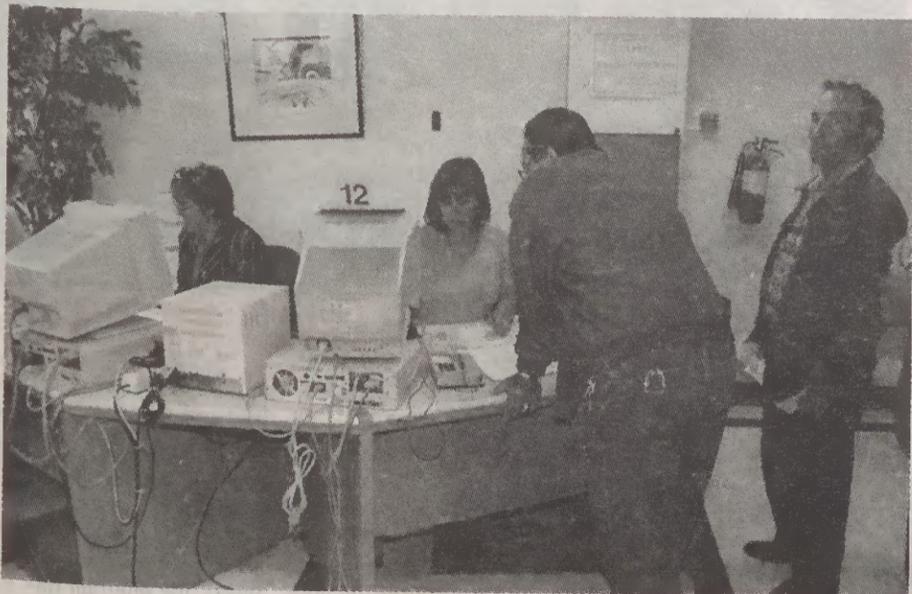
Os direitos dos imigrantes

Decidida nas Jornadas foi também, noutro plano, a realização de uma audição sobre

a situação dos imigrantes em Portugal, para a qual serão convidadas associações representativas das comunidades imigrantes, sindicatos, associações empresariais, movimentos anti-racistas e outras entidades com intervenção nesta problemática.

Na base desta iniciativa está a consideração de que apesar da legislação recentemente aprovada, em si mesma muito longe de ser satisfatória, os imigrantes que entraram ilegalmente em Portugal e que aqui vivem e trabalham continuam a ser sujeitos a «condições de vida desumanas e a uma sobreexploração sem limites por empresários sem escrúpulos».

Trata-se, por conseguinte, para o PCP, de contribuir no sentido de que sejam adoptadas medidas que permitam a legalização e garantam condições de trabalho e de vida dignas a esses trabalhadores a quem são negados os mais elementares direitos.



Um projecto de lei que actualiza as pensões aos acidentados de trabalho vai ser entregue pelo PCP no Parlamento

interesses

Nada adianta vir mais tarde confessar os erros cometidos como agora o fazem os arautos da PAC que perante a crise de confiança dos consumidores pelos escândalos alimentares e as despesas orçamentais ligadas à epidemia das vacas loucas, se transformaram de um dia para o outro, candidamente em adeptos da chamada agricultura não produtivista...

É pelos frutos que se conhece a árvore. Alguns socialistas insurgem-se quando afirmamos que no essencial a sua política é uma política de concentração de riqueza. Mas infelizmente é essa a verdade.

Compara-se o salário mínimo, o nível salarial da maioria dos trabalhadores e as reformas de miséria com os vencimentos por exemplo, dos 5 administradores da GALP Energia, que somam 730 mil contos/ano, ou com os lucros do BCP, do BES ou BPI, que no ano passado tiveram em conjunto lucros superiores a 177,5 milhões de contos!

Olhe-se para a distribuição do Rendimento Nacional, para acentuação das desigualdades, para a ostentação de alguns e para as dificuldades de tantos e talvez se compreenda melhor a quem serve a política económica e financeira do Governo PS e quais são as verdadeiras causas do aumento da insegurança e da criminalidade.

O País precisa com urgência de uma nova política, de uma política de esquerda.

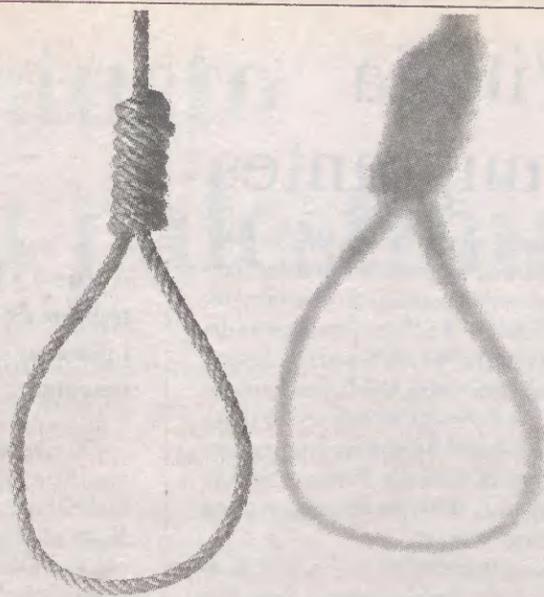
É neste sentido que continuaremos a intervir com determinação e com confiança, procurando impulsionar propostas positivas e a aprovar medidas que representem avanços mesmo que pontuais, ou limitados e a combater o que se nos afigura negativo para o povo e para o País. E nestas Jornadas Parlamentares queremos ainda chamar a atenção para o bloco central de interesses que move o PS e o PSD e que tem expressão actual por exemplo, na «moderação salarial» (veja-se as declarações de Victor Constâncio e de Tavares Moreira) ou as negociações feitas fora da Assembleia da República em relação à lei eleitoral par as autarquias, quer em relação à revisão constitucional, com o objectivo de se reintroduzir a prisão perpétua...

A conflitualidade verbal sobre o acessório entre o PS e a oposição de direita vai acentuar-se para que continue a triunfar a política de direita e a satisfação dos grandes interesses, para que continue o rotativismo e a alternância, mas sem efectiva alternativa.

Por isso o nosso combate a tais mistificações.

Por isso, nestas jornadas, neste início do ano reafirmamos também a nossa postura de oposição de esquerda, a nossa posição de Partido de luta e de proposta.

(...)



• António Filipe

Ainda a propósito da prisão perpétua

Desde que há algum tempo a opinião pública se apercebeu de que a Ratificação do Estatuto do Tribunal Penal Internacional por parte de Portugal implicaria incontornavelmente a reintrodução da pena de prisão perpétua no ordenamento jurídico português, e muitas personalidades dos mais diversos quadrantes políticos começaram a questionar tal Ratificação, alertando para o inegável retrocesso que ela representaria, temos vindo a assistir, da parte dos seus defensores, a um esgrimir de argumentos de baixíssimo nível, que, na falta de resposta para as questões pertinentes que têm sido suscitadas, se ficam por meia dúzia de falácias que não servem de resposta para coisa nenhuma.

Esses argumentos, basicamente, têm sido do tipo: não se reintroduz a pena de prisão perpétua na legislação portuguesa mas apenas se aceita o Estatuto de um Tribunal Internacional que a prevê. Os tribunais portugueses não aplicarão a pena de prisão perpétua; apenas o TPI o poderá fazer. A pena de prisão perpétua só se aplicará a crimes horrendos, como o genocídio ou outros crimes contra a Humanidade. Não haveria portanto nenhum retrocesso. Ora, é preciso dizer que quem invoca tais argumentos revela, em primeiro lugar, uma enorme falta de argumentos substanciais, e em segundo lugar, que toma os outros por parvos, ou no mínimo por ignorantes.

Acontece que ninguém pode desmentir que o Governo português assinou em Roma um tratado internacional - o Estatuto do TPI - que prevê a criação de um Tribunal Internacional que inclui a pena de prisão perpétua como uma das sanções que esse Tribunal pode aplicar. Ora, se Portugal ratificar esse Estatuto, o que implica aceitar sem qualquer reserva a jurisdição do TPI, é incontornável que a prisão perpétua fica reintroduzida na ordem jurídica portuguesa. Não há como negar este facto.

No momento em que o PS e o PSD acordaram abrir um processo extraordinário de revisão constitucional com o objectivo (exclusivo para o PS, principal para o PSD) de alterar a Constituição por forma a que seja possível Portugal ratificar o Estatuto do TPI, sendo certo e reconhecido que a proibição constitucional da prisão perpétua é precisamente um dos pontos mais importantes a ultrapassar, como é que podem vir os defensores dessa Ratificação dizer que não se trata de acolher a pena de prisão perpétua na ordem jurídica portuguesa? Trata-se então de quê? Se não fosse para acolher o TPI na ordem jurídica portuguesa, porque diabo seria necessário rever a Constituição?

Quanto aos outros argumentos, são evidências inócuas que nada desmentem. De que importa dizer que não é na lei portuguesa que vai ser reintroduzida a prisão perpétua? De nada. Todos sabemos isso. A prisão perpétua não é para a lei portuguesa e ninguém disse que era. Mas consta do Estatuto do TPI e o que se contesta é o seu acolhimento para vigorar no Direito Português.

Também de nada vale dizer que não são os tribunais portugueses que vão aplicar a prisão perpétua. Nunca ninguém disse que eram. O que estamos a discutir é o Tribunal Penal Internacional. É esse Tribunal que, segundo o seu Estatuto, poderá aplicar a prisão perpétua. A questão é saber se Portugal deve ou não aceitar essa aplicação. Um outro argumento inacreditável é o de que a prisão perpétua só será aplicável a crimes horrendos. Mas passaria pela cabeça de alguém que assim não fosse? Passaria pela cabeça de alguém que o Tribunal Penal Internacional aplicasse a pena de prisão perpétua por qualquer bagatela? Só que este argumento é um dos mais perigosos, na medida em que é um dos argumentos mais prestáveis para legitimar os mais graves retrocessos em matéria de legislação penal.

A questão pode colocar-se assim: se o TPI deve aplicar a prisão perpétua porque os crimes que julga são horrendos, por que razão não hão-de os tribunais portugueses aplicar igual pena a crimes que sejam igualmente horrendos? Será que quando o legislador português aboliu a prisão perpétua em 1884 ignorava a existência de crimes horrendos? Será que quando na Constituição de 1976 se estabeleceu a proibição de penas de prisão perpétua ou de duração indeterminada estava a pensar apenas em bagatelas penais? Quando se admite que o TPI aplique a prisão perpétua quer-se dizer que a Constituição ou o Código Penal portugueses não estão em condições de fazer justiça perante crimes muito graves?

Esta última questão é, de facto decisiva. Quando em Portugal se aboliu a prisão perpétua, isso não se deveu à ideia de que nunca haveria crimes muito graves para punir. Deveu-se, isso sim, à ideia, sem dúvida avançada para a época, de que a ressocialização é um valor essencial do sistema penal e de que a severidade penal excessiva está muito longe de ser a melhor defesa social contra a criminalidade. No tempo de muitos retrocessos que atravessamos, também estas ideias generosas são postas em causa. A moda agora tende a ser o regresso ao «olho-por-olho-dente-por-dente». Deplorável, é que um país que aboliu a prisão perpétua da sua legislação em 1884 possa agora alinhar nisso.

Vitória dos emigrantes

O Governo português, através do secretário de Estado para as Comunidades Portuguesas, convocou, finalmente, a reunião plenária (mundial) do Conselho das Comunidades Portuguesas - CCP, que terá lugar no dia 31 de Março, em Lisboa, na Sala do Senado na Assembleia da República. Com efeito, desde Fevereiro do ano passado que a sua realização se impunha devido à decisão do Supremo Tribunal Administrativo, que considerou nula a eleição do Conselho Permanente (CP) ocorrida em Setembro de 1997 na primeira e única reunião Mundial daquele órgão.

Para a Direcção da Organização na Emigração do PCP, os atropelos nas eleições para aquele órgão executivo do CCP têm um responsável directo: o então secretário de Estado das CP, José Lello. Aliás, como o PCP tem insistentemente denunciado, desde o momento da eleição do CCP, em Abril de 1997, que o Governo PS procura limitar e condicionar a sua autonomia, recusando nomeadamente atribuir-lhe no Orçamento de Estado as verbas adequadas ao exercício das suas funções.

Assim, os comunistas consideram a convocação desta reunião como uma importante vitória da grande maioria dos conselheiros, que sempre se bateram pela autonomia do CCP, enquanto órgão de consulta do Governo e representativo das comunidades portuguesas, mas recordam ser indispensável que, para além da marcação da data das eleições, esta reunião proceda à eleição do Conselho Permanente, órgão indispensável na organização do processo eleitoral que por lei terá de realizar-se ainda este ano.

Falta eficácia

Entretanto, em conferência de imprensa promovida, na semana passada, pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, os comunistas haviam também denunciado a falta de eficácia do Governo na resposta aos problemas das Comunidades Portuguesas por parte dos serviços consulares, designadamente no que diz respeito ao tempo de demora para atribuição do Bilhete de Identidade, ao impasse na implementação do Estatuto profissional dos trabalhadores consulares e à falta de verbas para pagamento dos salários destes trabalhadores.

Por seu lado, e para «responder às justas aspirações» das Comunidades Portuguesas, o PCP apresentou já dois Projectos de Lei que, «pela actualidade e importância», em sua opinião impõe-se agendar para discussão em Plenário. Um, respeitante ao exercício do direito de voto, possibilita ao cidadão fazer prova de residência do país onde vive através de documento emitido pela entidade competente desse mesmo país; o outro visa a instituição de um fundo permanente de apoio social, financiado principalmente por transferência anual do Orçamento de Estado de uma verba não inferior a um quinto da receita de impostos que o Estado arrecada sobre as contas bancárias dos emigrantes.

70.º aniversário do Avante! incentiva militantes a uma maior divulgação do jornal

«Vendo mais cinco!»

A vida e a história do «Avante!» continuam a ser motivo de debates e colóquios, assim como de inúmeras saudações individuais e colectivas que, entretanto, têm chegado ao nosso jornal.

«Não estive à espera de escolher» - assim se referiu Isabel Baião, residente na Moita, ao acto da sua inscrição no PCP, logo que irrompeu o 25 de Abril.

A camarada intervinha na sessão comemorativa do 70.º aniversário do *Avante!*, realizada no domingo passado, no Centro de Trabalho daquela vila, e confessou que nunca antes contara histórias da sua juventude alentejana, entre Reguengos e Montoito, talvez porque jamais lho pediram ou porque, segundo a sua expressão, «para contar tudo, levava muito tempo». Recordava-se de Diniz Miranda, de gente à sua volta ouvir a «Rádio Moscovo» e da sua revolta quando pelas frestas de um telhado destelhado «dormia a olhar para as estrelas enquanto outros dormiam em palácios».

Dirigida pelo camarada Adelino, da Comissão de Freguesia da Moita, a iniciativa ouviu episódios e recolheu o relato de experiências de homens como Cadeireiro ou Sebastião, que antes do 25 de Abril ajudaram a constituir a célula da *Cidra* (hoje, a Petrogal do Rosarinho). Seguiu-se-lhe ainda, num testemunho de Salvaterra que veio a merecer uma forte gargalhada, o episódio do transporte de *Avantes* clandestinos para Castelo Branco, numa camioneta carregada de bilhas de gás. Aparentando-se às duas da manhã de uma patrulha que, tudo levava a crer, se preparava para o mandar parar, parou mesmo, abriu rapidamente um das garrafas de gás e, fingindo-se «enrascado», pediu ajuda, recebendo como resposta um «desapa-

reça daqui antes que isto tudo vá pelos ares!».

A reunião, com cerca de 30 presenças, serviu para fazer o balanço da divulgação do *Avante!* do fim-de-semana (só na freguesia venderam-se 30 acima do número habitual) e decidiu que a encomenda do próximo número comemorativo do 80.º aniversário do Partido deveria de ultrapassar a centena. Uma

Promovido pela Comissão Concelhia do Seixal e orientado por José Casanova, a animada troca de ideias e opiniões reuniu um público participante, como justamente foi realçado na ocasião.

José Casanova fez um curto mas interessante historial do órgão central do PCP, apontou as deficiências ainda existentes e as virtudes de uma imprensa que, numa

dezenas de jornais extra solicitados para a ocasião e cujo êxito motivou já a sua repetição esta semana.

Na nossa sociedade, o Avante! é, obviamente, uma voz «incómoda»

Na sexta-feira, as comemorações prosseguiram com a inauguração de uma exposição alusiva ao aniversário e a realização de um interessante e vivo debate com a participação de Leandro Martins, membro do Comité Central e Chefe de Redacção do *Avante!* E



O papel do *Avante!* esteve também em debate no Seixal

camarada, apercebendo-se que essa edição coincidirá com o Dia Internacional da Mulher, comprometeu-se logo: «Nesse dia vendo mais cinco!»

Seixal

«O Papel da Imprensa do Partido» foi o tema de um outro debate realizado, no passado sábado, no Centro Cultural e Desportivo de Paivas.

sociedade como aquela em que vivemos, terá se ser, obviamente, «discordante e incómoda».

Setúbal

Em Setúbal, as comemorações começaram na quinta-feira, bem cedo, com a realização de bancas de rua para venda e divulgação do *Avante!*, iniciativa de que resultou a venda das cinco

como o momento era de festa, depois do debate sobre o jornal, a sua história, o seu papel na sociedade, seguiu-se um moscatel de honra, acompanhado de confeitaria tradicional. Cantou-se os «Parabéns» ao *Avante!* e, entre vivas de aprovação, as três dezenas de participantes manifestaram a sua disposição de, no plano organizativo, procurar aumentar a divulgação e venda do jornal.

Açores

Pescadores e cientistas discutem recursos marinhos

O Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores promoveu, há dias, um painel de debate sobre a pesca local, em que participaram várias dezenas de pescadores e proprietários de embarcações de pesca artesanal e um grupo de investigadores do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, cuja investigação está ligada à avaliação dos stocks das espécies demersais.

A iniciativa, que surge na sequência de um programa de trabalho do PCP de proximidade aos trabalhadores, às populações e aos problemas da região, decorreu na sede

da Assembleia Legislativa Regional e caracterizou-se por um animado e construtivo debate que envolveu pescadores, cientistas, deputados e dirigentes do PCP e da CDU, todos empenhados na procura de soluções adequadas para a política de pescas da Região Autónoma dos Açores.

José Decq Mota, que abriu o debate, afirmou os objectivos do Grupo Parlamentar de «ouvir para conhecer, conhecer para discutir e discutir para transformar», razão por que se encontra a promover da sede da Assembleia Legislativa Regional reuniões temáticas, «onde os interventores são os traba-

lhadores e os especialistas de cada área».

Entre os tópicos propostos por José Decq Mota para discussão, sublinham-se os da importância socioeconómica do sector das pescas; da preservação dos recursos como garantia da actividade económica; das áreas, tipos e artes de pesca; da pesca, segurança social e medidas de compensação em períodos prolongados de mau tempo; dos apoios à modernização da frota e dos equipamentos.

No decurso do debate, as dezenas de participantes que enchiam completamente a sala disponível na Assembleia Legislativa Regional, aprovaram três questões que vão ser

motivo de desenvolvimento imediato: a apresentação de uma proposta de Resolução visando repor a proibição do uso do palangre de fundo a menos de três milhas da costa; a defesa da realização de um debate que, envolvendo todos os interessados, tenha em vista designadamente a definição de estratégias adequadas à situação de sobreexploração dos pesqueiros tradicionais; a realização de iniciativas para a resolução de problemas urgentes, e ainda pendentes, como o pagamento das compensações atrasadas do POSEIMA - Pescas para o peixe de fundo ou o justo financiamento dos projectos de modernização.

Saudações ao Avante!

A valorização do importante papel desempenhado pelo *Avante!* ao longo destas sete décadas e a unânime constatação da «voz imprescindível» que ele continua a representar no seio da sociedade portuguesa têm sido tónica das saudações chegadas ao nosso jornal.

São dezenas de saudações de organizações e militantes do Partido, de leitores do *Avante!* e entidades como a Heska Portuguesa ou, por exemplo, a Editorial Minerva que deseja ao nosso jornal, para já, mais 70 anos...

Também o Embaixador de Cuba em Portugal fez chegar ao Director do *Avante!* uma mensagem. Nela considera que o facto de o nosso jornal «ter existido durante 70 anos, reflectindo a luta do proletariado, arvorando as nobres ideias de justiça social», faz com que ele «constitua um exemplo de perseverança, de lealdade aos princípios e de uma voz discordante do pensamento único que se quer impor ao mundo, mediante a globalização capitalista dos meios de comunicação».

Reinaldo Calviac Lafferté, valorizando ainda a «mensagem esclarecedora e educativa para combater as mentiras e enganos dos órgãos de imprensa capitalistas», afirma que «contar com o *Avante!* como instrumento ideológico nesta luta tem sido de um valor inestimável para o PCP e os revolucionários em geral».

Para o Embaixador de Cuba, o *Avante!* é igualmente «credor do agradecimento dos revolucionários cubanos», pelo permanente apoio que sempre manifestou para com a Revolução cubana, e «por terem sempre contado com as suas páginas» para divulgar «a sua realidade, a sua luta e a sua solidariedade às lutas dos trabalhadores portugueses».

VIZELA PCP reúne 1.ª Assembleia

Com a participação de três dezenas de militantes das sete freguesias que constituem o Concelho de Vizela, realizou-se, no domingo, a 1.ª Assembleia de Organização do PCP no concelho.

A Assembleia, que decorreu no Centro de Trabalho local - recentemente inaugurado -, analisou o trabalho desenvolvido nos últimos dois anos a nível de organização, designadamente dos militantes oriundos dos concelhos de Guimarães, Felgueiras e Lousada, traçou objectivos para o reforço da organização em todas as freguesias e elegeu a Comissão Concelhia, composta por 11 membros.

Durante os trabalhos, foi ainda definida a intervenção política dos comunistas nas próximas eleições para os órgãos autárquicos, propondo-se a 1.ª Assembleia de Organização de Vizela apresentar listas em todas as freguesias, Câmara e Assembleia Municipal.

CASTELO BRANCO Biblioteca

Dr. Vasco Silva

O Partido Comunista Português e o Instituto Politécnico de Castelo Branco celebraram, na segunda-feira, um protocolo de acordo de cedência em regime de comodato da Biblioteca que foi pertença do Dr. Vasco da Silva e, mais tarde, doada ao PCP.

A cerimónia de assinatura do acordo teve lugar na sede do Instituto e a Biblioteca, cuja inauguração ocorrerá em breve, terá o nome de «Dr. Vasco Silva» e ficará instalada na Escola Superior de Educação, em sala própria.

LOURES

Defender a Trefilaria

A Direcção do Sector de Empresas de Loures do PCP dá o seu inteiro apoio à luta dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Trefilaria, em Sacavém, contra o encerramento da empresa e pela actualização de salários.

O PCP lembra que o encerramento da empresa vem sendo ensejado desde 1998 - com o objectivo de proporcionar grandes negócios imobiliários - mas que, hoje como então, a Câmara Municipal de Loures defende o prosseguimento do actual espaço da Trefilaria no domínio industrial. Por fim, os comunistas denunciam «as grosseiras violações da Lei 46/79» por parte dos que pretendem encerrar a empresa, ao negarem a entrega à Comissão de Trabalhadores da documentação que lhe permitiria emitir os seus pareceres sobre as medidas que põem em causa a viabilidade da empresa.

AVEIRO

Basta de incompetência!

O problema da extracção de areias junto à costa e na própria Ria de Aveiro volta a ser alvo de denúncia do PCP, através de um comunicado emitido pela Comissão Interconcelhia de Ílhavo e Vagos que alerta para «os milhares e milhares de toneladas de areia» que, daquele modo, se têm tornado «um negócio mais rentável para a Administração do Porto». Enquanto isto, o Estado - em prejuízo dos contribuintes - «continua a gastar centenas de milhar de contos a colocar pedra na costa marítima». Ou seja, dizem os comunistas, estamos num país onde «ninguém tem responsabilidades sobre coisa nenhuma» e quem sofre a «incompetência, arrogância e cinismo» dos «boys» que ocupam bem remunerados «jobs» continuam a ser as «populações a sul da Vagueira», sendo tempo de «exigir responsabilidades».

Do Holocausto ao drama palestino

O livro «A IBM e o Holocausto» e a invulgar cobertura mediática que rodeou o seu lançamento simultâneo em numerosos países apelam à reflexão.



Albano Nunes
Membro
do Secretariado
do CC

Não foram seguramente motivos éticos nem de acrisolado amor pela verdade histórica que levaram tantos dos mais influentes órgãos de informação e comunicação de massas a coincidir na publicitação de um livro que, desvendando embora facilidades tecnológicas que a IBM colocou nas mãos dos nazis, trouxe muito pouca novidade. A colaboração da IBM com o nazismo era há muito conhecida. Antes e depois do desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Antes e depois da entrada dos EUA na guerra. Antes e depois da «devolução» pelo

patrão da IBM da condecoração com que Hitler o havia agraciado. Não se diz que não haja no livro nada de novo. Mas quantos trabalhos valiosos sobre as relações do grande capital com o nazismo continuam silenciados?

Para tanto empenho na popularização de «A IBM e o Holocausto» há certamente outros motivos que não os do valor intrínseco da obra. Concorrência entre grandes grupos económicos nomeadamente na área da «nova economia»? Expressão de disputas políticas no «establishment» ou da

“Os EUA e Israel praticam hoje o tipo de política que levou ao Holocausto”

guerra económica interimperialista? Mais uma das frequentes operações de diversão que acompanham a estratégia agressiva do imperialismo no Médio Oriente?

Sendo provável que se trate de uma mistura de tudo isto, faz entretanto sentido colocar particular-

mente a última questão. O lobby sionista internacional tem usado e abusado da tragédia do Holocausto para fins oportunistas e, sobretudo, para justificar a criminoso repressão e opressão do povo palestino pelo Estado de Israel. Isso mesmo é evidenciado com abundante compilação de provas num outro livro recente (1) que, a avaliar pelo *Le Monde* de 16.02.01, está a provocar uma grande polémica, polémica tanto maior quanto o seu autor se coloca numa assumi-

da posição de esquerda e põe em causa interesseiras versões sobre o Holocausto e a questão judaica em geral. E faz tanto mais sentido, quando em Israel está em formação um governo dirigido precisamente por um criminoso de guerra, Ariel Sharon, que se tornou célebre pela sua responsabi-

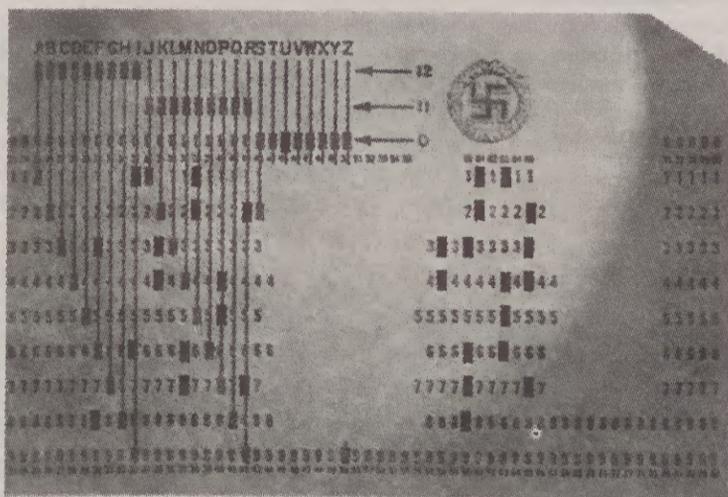
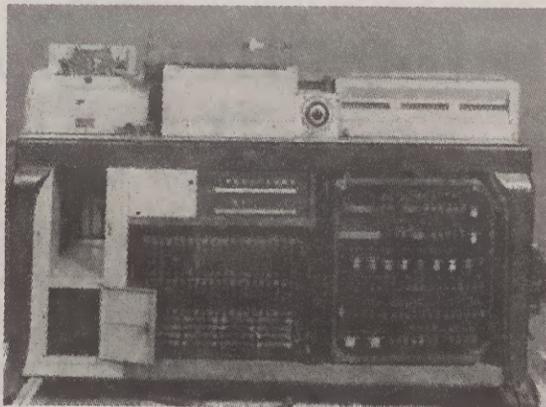
dade directa no bombardeamento de Beirute e nos sangrentos massacres de Sabra e Chatilla. E quando os EUA, sempre acolitados pela Grã-Bretanha, desencadeiam novos bombardeamentos nos arredores de Bagdad, numa operação que George W. Bush classificou provocatoriamente de simples «missão de rotina», dando ao mundo um inquietante sinal quanto ao curso ostensivamente militarista e agressivo que se propõe trilhar.

A mesma política

Os EUA e Israel, o imperialismo norte-americano e o sionismo israelita, praticam hoje o mesmo tipo de política que conduziu ao Holocausto. Idêntico escarnecer da legalidade internacional. Idêntico desprezo pelos direitos dos povos e pela vida humana e um cinismo sem nome perante o sofrimento alheio. Idênticas invocações de superioridade e predestinação dominadora. Nas ilegalidades e crimes do imperialismo e do sionismo está a mão dos grandes interesses económicos, do grande capital internacional.

E é aqui que «A IBM e o Holocausto» tem particular actualidade, por nos lembrar que os grandes grupos económicos foram os principais responsáveis pela ascensão de Hitler ao poder, que investiram por toda a parte em apoio das forças mais reaccionárias para combater o ascenso do movimento operário e dos partidos comunistas, e que não recuam perante os piores crimes para atingir os seus objectivos. A Segunda Guerra Mundial, com mais de 50 milhões de mortos e terríveis destruições, nasceu do insaciável apetite do grande capital cosmopolita, que coloca o lucro muito acima de qualquer outro valor.

Perante novas e arrogantes pretensões hegemónicas e as tentativas para demolir a golpes de canhão o sistema jurídico-institucional, fundamentalmente antifascista e democrático, saído da Segunda Guerra Mundial, e substituí-lo por uma «nova ordem» imperialista, importa não esquecer as lições do passado. Uma opinião pública esclarecida e actuante é indispensável para deter a mão criminoso de Ariel Sharon e do Estado israelita, cuja política racista, militarista e expansionista é acompanhada da exploração sistemática e cínica do Holocausto, como se tal drama lhes conferisse o direito de impor ao povo palestino os maiores sofrimentos. Uma opinião pública informada e vigilante é indispensável para fazer recuar o militarismo e o intervencionismo agressivo e derrotar os inquietantes propósitos proclamados pela nova administração norte-americana com os bombardeamentos do Iraque.



(1) «A Indústria do Holocausto - reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus» de Norman Finkelstein, foi publicado pela primeira vez na Grã-Bretanha e nos EUA em Julho 2000. Segundo o «Le Monde», o autor, discípulo do conhecido linguista Noam Chomsky, é um judeu filho de deportados, com larga obra publicada sobre o assunto.

Governo receia populações de Serpa?

A Comissão Concelhia de Serpa do PCP considera que a visita do secretário de Estado e da Comissão Parlamentar do Emprego ao Alentejo, na passada segunda-feira, insere-se numa «operação de propaganda governamental», que visa criar a ideia de que «o fracassado Programa Regional de Emprego está a andar sobre rodas e é um êxito».

Entretanto, o cancelamento da passagem prevista pelo concelho de Serpa, nomeadamente para visitar a Associação de Desenvolvimento Rota do Guadiana, contactar os formandos de um curso de jardinagem promovido pela Câmara Municipal de Serpa e visitar uma empresa de Pias, leva os comunistas a concluir que os promotores da visita recearam que a operação «lhes corresse menos bem» no concelho, até porque não tinham enviado qualquer convite para a Câmara Municipal nem para a Junta de Freguesia de Pias, «o que, no mínimo, é estranho».

Os alentejanos e as populações do concelho de Serpa «estão fartos de propaganda demagógica», dizem os comunistas, pois se o Governo estivesse de facto interessado em resolver os problemas do desemprego «não continuaria a apostar» em planos como o Plano Regional de Emprego, sem qualquer base de sustentação; «estaria atento» às conclusões e medidas aprovadas nas Jornadas Parlamentares promovidas pelo PCP em Moura; apoiaria o projecto de lei que o PCP vai apresentar na Assembleia da República, que «define um limite máximo de referência de 50 hectares para a propriedade e exploração das áreas abrangidas pelo perímetro de rega do Alqueva», a criação de um banco de um banco de terras e um regime fiscal próprio para a zona. Pois estas, sim, «são medidas que abrem o caminho à resolução dos problemas do Alentejo».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Jorge Martins Simões

Faleceu, no passado dia 9 de Fevereiro, o camarada Fernando Jorge Martins Simões, familiarmente conhecido pelo «Bomba». Ligado à vida e luta do Partido desde 1943, estava organizado no concelho de Almada. Participou no famoso assalto ao Quartel de Beja, em 1961, liderado pelo então capitão Varela Gomes. Preso pela PIDE, foi espancado quase até à morte. Depois de liberto, ingressou no Movimento das Colectividades, tendo sido sempre um dos seus mais destacados dirigentes. Em 1969 e 1973 fez parte do núcleo de Almada do MDP/CDE. No seu funeral participaram numerosos camaradas e amigos.

Joaquim Camilo Cavaco

Faleceu, com 67 anos, o camarada Joaquim Camilo Cavaco. O camarada residia em Cajados, concelho de Palmela, e militava na célula da Portucel (Setúbal).

José Lino Carracho

Faleceu recentemente, com 90 anos de idade, o camarada José Lino Carracho, médico reformado, natural do concelho de Reguengos de Monsaraz. Estava organizado no Sector da Saúde da ORL.

José Martins Custódio

Após doença prolongada, faleceu no dia 4 de Fevereiro, com 69 anos de idade, o camarada José Martins Custódio, um dos membros mais antigos da Organização Concelhia de Almada. Natural de São Sebastião, concelho de Loulé, veio para a Cova da Piedade com 11 anos, tendo 18 quando aderiu ao PCP. A sua profissão - distribuidor e vendedor de ovos - facilitava-lhe o trabalho clandestino de distribuição da imprensa e de outros materiais do Partido, de apoio às tipografias e a outros camaradas. Participou no Comité Local da Margem Sul. Depois do 25 de Abril, ajudou a à abertura do primeiro Centro de Trabalho do PCP no concelho, sendo um dos organizadores da Comissão de Pequenos Comerciantes, de onde surgiria a actual Associação de Comerciantes do Concelho. Foi delegado à 1.ª Assembleia Popular de Almada, em Fevereiro de 1975, em representação do Movimento de Comerciantes. Foi eleito para a Comissão Concelhia saída da 1.ª Assembleia da Organização de Almada do PCP. Apesar das grandes dificuldades económicas que sofreu com outros pequenos empresários da indústria, comércio e serviços, devido à destruição do Sector da Indústria Naval no concelho, nunca abandonou o seu Partido - o PCP.

Natalina de Jesus

Faleceu, no passado dia 9 de Fevereiro, a camarada Natalina de Jesus, de 93 anos de idade. Pertencia à Organização do Partido na Apelação, Loures.

Sebastião Cabral Valente

Faleceu recentemente o camarada Sebastião Cabral Valente, membro do Partido há longos anos. Integrou o MUD Juvenil, tendo sido preso pelo regime fascista. Actualmente militava na organização do Partido em Lagos.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Comunistas de Aveiro debatem aplicação das orientações saídas do 16.º Congresso

Responder aos desafios

Com a participação de Armindo Miranda, membro da Comissão Política do PCP, realizou-se, no passado sábado, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, uma reunião da Direcção da Organização Regional de Aveiro, alargada aos membros das comissões concelhias do distrito.

Dado tratar-se de uma importante reunião distrital de quadros do PCP após a realização do 16.º Congresso,

para além de abordar a situação que se vive na região, o debate incidiu particularmente sobre os caminhos para a aplicação no distrito das conclusões e orientações saídas do Congresso, nomeadamente as que dizem respeito ao relançamento da iniciativa política, ao reforço da intervenção do Partido, à dinamização e ao fortalecimento das suas estruturas.

Na apreciação da situação distrital, os comunistas de Aveiro deram particular atenção aos despedimentos na empresa C&J Clark, em relação a cujos trabalhadores, o PCP «tem dado expressão

concreta à palavra «solidariedade»». Assim, para além da denúncia imediata dos despedimentos na fábrica de

Algumas empresas de Aveiro enfrentam processos de falência duvidosa

Arouca, a DORAV e o Grupo Parlamentar do PCP acompanharam os trabalhadores nos vários momentos da sua luta, nomeadamente na importante manifestação realizada no princípio de Fevereiro em Arouca, em que participou o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Por outro lado, o Grupo Parlamentar do PCP, depois de apresentar um requerimento e de formular ao Governo uma pergunta que não obteve resposta satisfatória, voltou a apresentar uma proposta de resolução relativa à deslocalização das empresas multinacionais, já

antes aprovada na Assembleia da República e que, se não tivesse sido ignorada, teria impedido a situação da C&J Clark e noutras empresas multinacionais.

Preparar autárquicas

Entretanto, a DORAV alertou para idênticos processos de falência (em muitos casos duvidosa) que outras empresas do distrito enfrentam, como a CONFERSIL e a têxtil A. Pereira Vidal, e mostrou-se preocupada com os rumores que circulam com insistência em torno da deslocalização interna de importantes empresas do sector corticeiro, o que, a concretizar-se, teria profundas repercussões económicas e sociais no Norte do Distrito.

Os participantes tomaram conhecimento dos resultados dos contactos efectuado por delegações do Partido junto das zonas mais afectadas pelas cheias e, face à projecção global de cerca de dez

milhões de contos de prejuízos causados em vários sectores de actividade, apontaram a necessidade de o Governo responder com ajudas imediatas e medidas de fundo que «evitem ou contribuam para minorar situações que se repetem ciclicamente».

A DORAV e os membros das Comissões Concelhias do PCP definiram, por fim, algumas orientações de trabalho prioritárias, visando adequar as resoluções do 16.º Congresso do PCP à realidade distrital e responder aos desafios que 2001 coloca, de que se destaca o reforço da organização, a dinamização da intervenção política do Partido e a intensificação da preparação das eleições autárquicas. E, nesse sentido, discutiram e aprovaram um conjunto de iniciativas que procuram corresponder aos objectivos e prioridades definidos, decidindo, no que respeita às eleições autárquicas, apresentar listas a todos os órgãos municipais e a pelo menos a 50% das freguesias do distrito.

Santarém

Intensificar ligação ao Partido

Na sequência de uma reunião realizada com o objectivo de definir orientações para o reforço da intervenção do PCP no distrito, a Direcção da Organização Regional de Santarém promoveu recentemente, no Centro de Trabalho de Alpiarça, um encontro de quadros com a participação de Luísa Araújo, membro da Comissão Política e responsável pela Organização Regional.

O encontro, que contou

com a presença de cerca de uma centena de militantes, deu, assim, continuidade às conclusões saídas da reunião da DORSA que definiu três áreas prioritárias da organização e intervenção dos comunistas no distrito: a acção contra a política de direita; a dinamização da CDU e preparação das eleições autárquicas; o reforço da organização do Partido.

No que diz respeito à acção a desenvolver contra a política

de direita, os quadros comunistas de Santarém consideraram como seu papel determinante a denúncia de situações que atentem contra os direitos dos trabalhadores e das populações, a identificação das causas que estão na sua origem e a mobilização para alternativas políticas visando a resolução dos problemas nos mais diversos sectores.

No quadro das eleições autárquicas, os comunistas de Santarém entendem que o

reforço e o alargamento do espaço da CDU constitui tarefa imediata de todos os quadros do Partido, e propõem-se aglutinar em torno deste projecto todos os democratas que com ele concordam. Importante é, igualmente, dar visibilidade, valorizar e prestar contas da obra realizada pelos eleitos e pelas autarquias de maioria CDU e, ainda, no desenvolvimento da sua acção, privilegiar o contacto com as populações.

Relativamente ao reforço da organização do Partido, o encontro - no decurso do qual se verificaram 22 intervenções sobre as principais batalhas que se colocam em 2001 -, reafirmou a necessidade de melhorar a informação e a ligação aos militantes, designadamente através da criação de células e da entrega de novos cartões aos membros do Partido, e propôs-se alcançar, durante o ano em curso, cem novas adesões ao PCP.

A encerrar os trabalhos, Luísa Araújo valorizou as informações trazidas ao encontro e todas as preocupações expressas, designadamente no que diz respeito à destruição do aparelho produtivo, encerramento de empresas e aumento do desemprego, e apelou à intensificação da ligação dos militantes ao Partido e à sua participação empenhada na próxima batalha eleitoral.



PCP recebe Fretilin

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, recebeu, na segunda-feira, uma delegação da Fretilin, dirigida por Mari Alkatiri e que integrava Madalena Boavida e Henrique Borges.

No encontro, que decorreu no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, Carlos Carvalhas encontrava-se acompanhado por Manuela Bernardino e Domingos Lopes, da Secção Internacional.

Ermesinde

Desporto não é só na televisão

Ermesinde precisa de uma efectiva política desportiva. A JCP pede à Câmara Municipal que crie espaços para a prática de desporto e apoie os clubes locais. Alguns já se mudaram para outros concelhos.

A JCP de Ermesinde está preocupada com a política desportiva no concelho de Valongo e pede às autarquias que apostem no desporto e que tomem em consideração as opiniões e propostas das associações, dos clubes locais e dos jovens. «Afinal, o desporto não pode ser só futebol na televisão...»

Os jovens comunistas lembram que Ermesinde é uma cidade jovem e com muitos jovens e seria natural que uma das áreas-chave das políticas autárquicas fosse o desporto e a ocupação de tempos livres.

«Contudo, o trabalho nesta área não tem sido bem explorado e continua a assistir-se a

um certo abandono por parte do executivo camarário do PSD (na senda da anterior maioria PS) do investimento no desporto, ao nível do equipamento, de iniciativas e de apoio aos clubes locais», afirma a JCP.

A carência de espaços é um dos problemas mais graves. Na cidade só existe um pavilhão gimnodesportivo municipal, os pavilhões das escolas estão sobreocupados e os poucos ringues ao ar livre carecem de dinamização. «Seria tão simples reservar pequenos espaços em PDM para, por exemplo, montar um circuito de manutenção! Mas é claro que a construção em altura é bem mais lucrativa...», comenta a JCP.

Por outro lado, não há vontade em apostar na organização e apoio a eventos desportivos de âmbito regional ou nacional. O apoio aos clubes da cidade é muito limitado, o que faz com que alguns extinguam as suas modalidades (como é exemplo o Clube de Propaganda de Natação, uma das instituições desportivas mais importantes da cidade) e outros se mudem para os concelhos vizinhos. Foi o que aconteceu com o Núcleo Desportivo Santa Joana.



A criação de espaços desportivos é uma exigência dos jovens

JCP debate

Aprender com o «Relatório sobre o Algarve»

O «Relatório sobre o Algarve», livro de Carlos Costa recentemente publicado, foi o tema de um debate organizado pela JCP, na noite de sábado, em Lisboa.

Como é que se conhece a organização do partido e as características de uma região onde nunca se esteve? Quais são os resultados palpáveis que hoje poderá ter a elaboração sistemática deste tipo de relatório? Como se contactavam as pessoas na clandestinidade? E hoje, como se contactam e qual a melhor forma de recrutamento? Quais as estratégias e a actuação antes? Seriam semelhantes com as de agora?

Estas foram muitas das questões colocadas pelos jovens da JCP, que passam muitas vezes por situações idênticas - embora com as devidas diferenças - pelas quais passou Carlos Costa: a ida de funcionários para concelhos e distritos que desconhecem e onde as dificuldades de intervenção são muitas vezes difíceis de ultrapassar.

Para o futuro

Contando com a presença do próprio Carlos Costa, de

José Casanova e de Francisco Melo, da Editorial *Avante!*, a discussão em torno deste livro revelou-se bastante interessante e participada, desde logo pelas condições específicas em que foi escrito este relatório: um funcionário do PCP com apenas 24 anos que, nas circunstâncias difíceis da clandestinidade e num curto espaço de tempo, elaborou um documento de caracterização da região onde era necessário intervir.

Para além da descrição pormenorizada de diversas situações vividas por Carlos Costa na clandestinidade (e que são sempre surpreendentes para quem não viveu nesse tempo) e da forma como elaborou este estudo (através da análise de dados estatísticos e da observação e contacto directo), o tema do debate focalizou-se na importância da transposição do estudo realizado em 1952 no trabalho e na actividade do PCP e da JCP nos dias de hoje.

Assim, este debate demonstrou o alcance da importância do relatório agora editado. Para além de documento histórico do PCP

e da clandestinidade no fascismo, representa e exemplifica a importância do estudo das realidades concretas em que se pretende intervir tanto no passado, como no presente e no futuro. Um exemplo que terá reflexos certamente na actuação próxima e futura dos jovens da JCP.

O método de trabalho da elaboração de relatórios regionais reflecte a concretização prática da teoria leninista, que refere a necessidade do conhecimento e do estudo do território de intervenção para uma acção mais eficiente.

Os dados que se podem encontrar neste relatório definem a estrutura social da região do Algarve, nos aspectos essenciais à orientação de classe do PCP. São descritos pormenorizadamente os diversos sectores sociais de operários e trabalhadores assalariados como os pescadores, os conserveiros, os corticeiros e os camponeses.

O estudo das condições concretas da região originou posteriormente uma mobilização facilitada e serviu de base para a orientação dos esforços e do trabalho do partido nesta região.

Valorizar o associativismo juvenil

• Vanessa Silva

O conceito e a importância do associativismo juvenil têm tido ao longo dos tempos entendimentos diferenciados. Sendo que esta diversidade de perspectivas sobre o associativismo juvenil se prende muitas vezes com opções políticas e ideológicas diferentes, assim como com experiências e vivências muito variadas.

Os sucessivos governos de direita no nosso país têm tido um papel de desvalorização do associativismo juvenil, nomeadamente através de legislação que não reconhece as diferentes formas do associativismo juvenil, por um lado, e, por outro, que limita a sua intervenção através de obstáculos formais, que nada têm a ver com a prática associativa de muitos milhares de jovens e das suas associações.

Foi desta necessidade de valorização do associativismo juvenil português que surgiu o projecto de lei do PCP, que previa uma Lei Quadro do Associativismo Juvenil. No passado dia 8 de Fevereiro foi discutido e chumbado (com os votos contra do PS e do CDS-PP, e com a abstenção do PSD) o nosso projecto de lei.

Hoje importa percebermos o porquê de mais uma vez não ser reconhecido o real papel do associativismo juvenil na construção da democracia.

Proposta do PCP

A ideia central do nosso projecto de lei é a valorização do associativismo juvenil e o reconhecimento do seu contributo insubstituível na formação dos jovens, enquanto realidade potenciadora de valores como a solidariedade, a generosidade e a cidadania.

Esta ideia desdobra-se, no nosso projecto de lei, em três eixos fundamentais, passando pelos princípios que devem nortear o relacionamento do Estado com as associações juvenis (nomeadamente ao nível do apoio e incentivo ao associativismo juvenil); pelo reconhecimento e valorização do chamado associativismo não formal, designadamente através da equiparação em termos de direitos entre associações juvenis legalmente constituídas e os grupos não formais de jovens, sem personalidade jurídica; e por último pela extinção do Registo Nacional de Associações Juvenis, e consequente

criação de uma «inscrição nacional», instrumento que não tem o objectivo de fazer qualquer tipo de certificação das associações juvenis, à semelhança do RNAJ, mas apenas dar a conhecer a existência das associações juvenis, como forma de incentivo e fomento da participação e do associativismo juvenis.

Obstáculos

A necessidade de aprovar uma lei quadro do associativismo juvenil ficou reflectida na existência de dois projectos de lei e de uma proposta de lei discutidos na Assembleia da República, o projecto de lei apresentado pelo nosso grupo parlamentar, o projecto de lei apresentado pelo grupo parlamentar do PSD e proposta de lei apresentada pelo Governo PS.

Sobre o projecto de lei do PSD e a proposta de lei do Governo PS é importante referir que é extremamente negativo que se continue a fazer do RNAJ um «separador de águas» entre o associativismo formal e (o chamado) associativismo não formal, sendo que a proposta do Governo PS chega ao ponto de estabelecer como critério para se definir o que é uma associação juvenil o facto de estar «registada junto do Instituto Português da Juventude» e de se obrigar os grupos de jovens a enviarem anualmente para o IPJ uma listagem dos seus membros.

Conclui-se que a intenção destes partidos é fazer com que o RNAJ continue a funcionar como um obstáculo ao apoio ao associativismo, logo como um claro limite ao seu desenvolvimento.

Quanto ao associativismo não formal, o PSD continua a ignorar esta realidade, enquanto que o Governo PS deixa claro o seu entendimento sobre esta importante forma de participação juvenil, dizendo no preâmbulo da sua proposta de lei que esta é «uma forma rudimentar de Associativismo».

A classificação entre o que é o mais rudimentar e o mais evoluído é, além de desfasado da realidade, uma intromissão nas formas de organização da juventude.

A autonomia e independência do movimento juvenil são para nós princípios inquestionáveis. É certo que o movimento juvenil continuará a sua acção, que é uma «lição de democracia» para mentes mais «rudimentares».



Políticas de mobilidade em debate em Lisboa

«Mobilidade e tecnologia: Que políticas para o amanhã» é o tema da mesa-redonda que a Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico e a Área Metropolitana de Lisboa promovem, hoje, nos Paços do Concelho, com o apoio da Câmara Municipal e da Amerlis - Agência Municipal de Energia de Lisboa.

Esta mesa-redonda conta nomeadamente com a participação de especialistas e responsáveis de projectos em desenvolvimento nesta área, em vários países da Europa, em particular em França, Suíça e Itália.

Na parte da tarde decorre, no Instituto Superior de Engenharia, uma sessão pública sobre o mesmo tema.

Esta iniciativa surge, segundo os promotores, na sequência do Dia Europeu sem Carros, em Setembro passado, ao qual a cidade de Lisboa aderiu.

Bombeiros são mais de 40 mil

Em Portugal existem mais de 40 mil bombeiros, divididos por 468 associações e corporações que congregam voluntários, sapadores, municipais e privados.

São na maioria homens, com instrução média abaixo da escolaridade obrigatória e uma idade média a rondar os 35 anos. Não são remunerados pelo serviço que prestam, com excepção dos profissionais, municipais e assalariados dos corpos de bombeiros voluntários do Estado.

Um bombeiro profissional tem de ter entre 25 e 50 anos e a escolaridade mínima obrigatória. Com um ano de recruta e formação obrigatória, recebe em média 160 contos, trabalha cerca de 42 horas semanais (35 consagradas em lei e sete extraordinárias), e tem acções de formação frequentes.

Os voluntários contam com um nível de formação abaixo da escolaridade mínima obrigatória, trabalham mais de 400 horas mensais, acumulam a função de bombeiros com os respectivos empregos e não recebem normalmente salário, a menos que sejam assalariados das corporações, caso em que auferem o equivalente ao ordenado mínimo nacional. Os municipais recebem em média 100 contos mensais. Têm ambos acções de formação frequentes.

Os assalariados têm uma carga horária mensal pesada porque são obrigados a cumprir oito horas diárias de trabalho e as que forem necessárias em regime de voluntariado.

O esquema de protecção civil e bombeiros tem agora nova legislação complementar que reestrutura o sector e institui o conceito de Sistema Nacional de Protecção e Socorro.

Por novas políticas sociais e urbanas

Um grupo de estudantes do Instituto Superior Técnico vai entregar em Março à Câmara de Lisboa, Governo e Parlamento um abaixo-assinado a reclamar «novas políticas sociais e urbanas» para combater a criminalidade, que já conta com duas mil assinaturas.

Em conferência de imprensa, os estudantes do IST defenderam que a resolução do problema da criminalidade na zona do Técnico e em Lisboa «vai muito além do reforço policial».

«A criminalidade tem causas muito profundas, como a exclusão social, a toxicoddependência, a existência de bairros de lata e os imigrantes ilegais. É preciso fomentar a reabilitação urbana, o associativismo cultural e recreativo», defendem.

Este grupo de alunos, que participou na Marcha Silenciosa realizada a 7 de Fevereiro em protesto contra a insegurança em Lisboa e o assassinato do estudante Ricardo Duarte, refere, no entanto, que nesta iniciativa «apenas se reclamou mais policiamento e perdeu-se a oportunidade de se iniciar um debate sério sobre a criminalidade».

Os estudantes querem promover debates sobre a criminalidade e as suas causas e vão levar o assunto às assembleias gerais de alunos.

Guineenses lideram legalização de africanos

Os cidadãos da Guiné-Bissau lideram a lista de imigrantes africanos que desde 22 de Janeiro legalizaram a sua situação em Portugal, seguidos dos cabo-verdianos e angolanos.

Segundo dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), até 16 de Fevereiro, 433 cidadãos da Guiné-Bissau obtiveram autorizações de permanência em Portugal num total de 1.765 africanos.

No segundo lugar da lista, surgem os cabo-verdianos, com 429 autorizações de residência concedidas pelo SEF desde o início do processo de legalização, que, ao contrário do que aconteceu com o anterior período de regularização, em 1996, não tem data-limite.

Os angolanos são a terceira comunidade representada na lista das regularizações, com 350 autorizações de residência, os cidadãos da Guiné-Conacri, a quarta, com 187, os são-tomenses, a quinta, com 115, e os marroquinos, a sexta, com 77.

No total, obtiveram autorização de residência cidadãos de 27 países africanos, que abrangem todo o continente, desde o norte (como Egito e Marrocos) ao sul (África do Sul e Moçambique) e do ocidente (Costa do Marfim e Camarões) ao oriente (Madagáscar e Mayotte).

Comissão Executiva de «Os Verdes» em visita ao distrito de Coimbra

Apurar responsabilidades

Os impactos das cheias do Mondego foram um dos pontos em destaque na deslocação da Comissão Executiva do Partido Ecologista «Os Verdes» ao distrito de Coimbra, a semana passada.

A estreita interligação saúde/ambiente esteve bem presente na visita de «Os Verdes» ao distrito de Coimbra, onde tiveram a oportunidade de um contacto directo com algumas freguesias afectadas pelas cheias e reuniram com a Comissão de Luta contra a co-incineração.

Impõe-se o apuramento de responsabilidades

Esta deslocação de «Os Verdes» teve lugar um dia após a apresentação na Assembleia da República, pela Comissão de Luta contra a co-incineração, de um relatório que denuncia a existência de graves problemas de saúde na população de Souselas devido à poluição.

Na reunião da Comissão Executiva, que decorreu no espaço Ateneu, também em Coimbra, foram ainda abordados temas tão actuais como as propostas do PS e PSD de alteração do sistema autárquico, denunciadas como um atentado à democracia, e os bombardeamentos do Iraque pelos EUA, tendo sido aprovada uma moção de condenação.

Inquérito no Mondego

«Apurar responsabilidades» é uma das preocupações

de «Os Verdes» em relação ao que se passou no Vale do Mondego. O que envolve um inquérito ao sistema de diques e à actuação da Protecção Civil durante as últimas cheias.

A questão que se coloca, como referiu Manuela Cunha, da Comissão Executiva do Partido Ecologista, em breves declarações ao «Avante!» é «se não teria sido possível minimizar o impacto das cheias».

«Os Verdes» consideram que as obras de regularização, tal como estão feitas, comportam riscos acrescidos às populações da margem esquerda do Mondego. Populações que nunca tinham sido atingidas por cheias, como é o caso da Freguesia de Santo Varão, foram agora particularmente afectadas.

O facto de as obras estarem inacabadas aumentam ainda mais os riscos.

Assim, sublinhou Manuela Cunha, «Os Verdes» exigem «o apuramento de toda a situação» e, nomeadamente, as responsabilidades do Estado.

Defendem, em particular, o apoio às populações afectadas, «mas não com linhas de crédito» e, caso sejam apuradas responsabilidades por parte do Estado, indemnizações pelos prejuízos causados.



Obra do Mondego deve ser alvo de inquérito

CNA exige apoios excepcionais para uma situação excepcional

Por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, o Conselho de Bacia do Mondego, que reuniu segunda-feira passada, fez uma análise das causas e consequências das recentes cheias. Um tema que não constava, expressamente, da respectiva ordem de trabalhos.

Aos responsáveis da Obra do Mondego, a CNA colocou, assim, algumas questões.

Antes do mais, se o leito novo do rio estava ou não assoreado e porquê.

As obras de manutenção e conservação foram outro dos problemas abordados, tal como as obras de recuperação. «Quando vão ficar pron-

tas as obras de recuperação da rede Primária (leito novo e canal condutor principal) e da rede secundária (caminhos agrícolas, condutas periféricas, caixas de rega?)», questiona a CNA em nota divulgada à imprensa.

Uma outra pergunta fundamental é «por que razão o canal condutor principal rebentou em múltiplos pontos e, nomeadamente, logo ali, no início, junto ao açude-ponte, em Coimbra? Como se explica que este açude-ponte possa debitar até 2.000 metros cúbicos de água por segundo e o leito novo só esteja construído para receber até 1.200 metros cúbicos em segurança?».

Neste quadro, a CNA requereu ainda aos ministérios do Ambiente e da Agricultura, a constituição de uma Comissão Regional Paritária de Acompanhamento para a definição e atribuição dos apoios aos prejuízos, com representantes destes ministérios, das organizações agrícolas, das autarquias e das seguradoras.

De referir que, apenas em termos de infra-estruturas hidro-agrícolas danificadas, contam-se dezenas de quilómetros de caminhos e valas assoreadas e há cerca de quatro dezenas de hectares de terrenos invadidos por areias, com prejuízo para a produção. As zonas de Montemor-

-o-Velho, S. Silvestre e S. Martinho do Bispo estão entre as mais afectadas, nomeadamente em termos de infra-estruturas de rega.

Apoios excepcionais

A declaração de calamidade agrícola para todas as culturas afectadas foi exigida pela CNA, em véspera da reunião da Comissão Consultiva do SIPAC, Sistema Integrado de Protecção contra as Aleatoriedades Climáticas, realizada sexta-feira passada, e que só considerava a declaração de calamidade agrícola para o olival.

A Confederação considera também necessária essa declaração para outras culturas como é o caso dos cereais, citrinos, hortícolas, pastagens e, ainda, para os prejuízos em estufas, máquinas e gados, sempre que se justifique.

A CNA sublinha que, numa «situação de excepcional gravidade», se impõe a definição de apoios excepcionais «com dotações financeiras próprias e a atribuir a todos os agricultores afectados, também sob a forma de indemnizações pelos prejuízos, embora diferenciando os agricultores que tenham feito seguros dos que os não tenham feito».

Escola de Administração Pública

Uma homenagem a Luís Sá

Decorreu no passado dia 15, com o apoio da Câmara Municipal de Palmela, a conferência inaugural da Escola Prática de Administração Pública Luís Sá, na Unidade de Palmela da Universidade Lusófona.

Esta escola é a primeira iniciativa do género no âmbito da Universidade Portuguesa e destina-se a contribuir para uma melhor for-

mação técnica e cultural de funcionários públicos, designadamente em todo o espaço lusófono, tendo em conta, como é sublinhado no anúncio da conferência inaugural, «a estreita ligação entre Estado, Administração e Desenvolvimento, o levantamento de reais necessidades de formação, e a qualidade que se exige do Ensino Superior».

A designação da Escola representa uma homenagem a Luís Sá, que idealizou este projecto e não pôde viver para assistir à sua realização.

Além de cursos de pós-graduação, a nova Escola organizará ainda conferências, seminários e cursos de curta duração, em todo o país e no estrangeiro, prevendo-se ainda que venha a recorrer a métodos de ensino à distância.



Professores exigem melhores condições de trabalho

Professores em luta Ensino não rima com economicismo

Os professores vão entregar hoje, no Ministério da Educação (ME), cerca de 50.000 assinaturas reclamando o direito à aposentação voluntária após 30 anos de serviço. Um passo mais numa luta indestrinçável por melhores condições de trabalho e um melhor ensino.

A entrega de assinaturas no ME insere-se num mais vasto plano de luta, envolvendo iniciativas tão diversificadas como um seminário sobre o stress na profissão docente, a decorrer hoje, e que antecede a entrega de assinaturas, uma manifestação nacional de professores marcada para dia 22 de Março (segundo dia do Congresso Nacional dos Professores) e uma greve a 30 de Março.

Este plano de acções de luta mantém-se face ao carácter inconclusivo da reunião com o ME, que decorreu no passado dia 14, por solicitação da Fenprof.

Neste encontro não houve consenso sobre várias matérias laborais, ficando entretanto acordado o início, para breve, de negociações sobre a revisão do diploma de gestão e administração das escolas, cursos de complementos de formação, ensino especial e apoios educativos, e condições de trabalho.

Nos Açores, está em curso um protesto do SPRA - Sindicato dos Professores dos Açores. O sindicato entregou uma queixa ao provedor da Justiça acusando o Governo Regional

de «obrigar alguns docentes a prestarem mais de 35 horas semanais» de trabalho. Em causa estão os «professores de apoio ou de substituição» que integram uma bolsa criada pelo Governo Regional com docentes sem colocação no ano lectivo em curso.

As escolas devem assegurar uma componente de apoio social

Poupar nas despesas

O Sindicato de Professores da Região Centro (SPRC), da Fenprof, acusa o ME de «apostar na não vinculação dos professores e educadores» como forma de «poupar nas despesas».

Entretanto, tal aposta, como sublinha o sindicato, é «a pior escolha do ME para evitar o aumento das despesas» porque «a instabilidade gerada pelos contratos precários» pode fazer «muito bem» aos cofres do Ministério, mas «faz muito mal aos alunos e aos professores».

Concretamente, no distrito de Viseu, o ME vai fechar um número de lugares de quadro (possibilidades de vinculação) muito maior que as vagas abertas para vinculação dos professores e educadores. Em causa está o facto de o Minis-

tério continuar a determinar os lugares de quadro exclusivamente em função do número de aulas que é necessário dar em cada escola, ignorando outros aspectos importantes.

O ME «não toma medidas no sentido de que as escolas possam assegurar uma componente de apoio social de que as crianças, os jovens e as famílias necessitam». Tão-pouco «assegura apoios educativos, não cria condições humanas nem materiais para que os projectos das escolas sejam concretizados com eficácia e qualidade e também não permite às escolas as reduções de horário lectivo que permitam um eficaz relacionamento com as comunidades e esquece pura e simplesmente o ensino recorrente», acrescenta o SPRC.

Se estas necessidades fossem «levadas em linha de conta, as vagas a abrir nos quadros de escola e de zona pedagógica seriam seguramente muito superiores àquelas que estão previstas para o distrito de Viseu» e para todo o País.

No distrito de Viseu, e segundo números do sindicato, são 265 lugares de quadro a fechar no primeiro ciclo, contra apenas 51 vagas abertas, sendo no pré-escolar a diferença de 53 lugares de quadro a fechar para 23 vagas em concurso.

De referir que, de acordo com dados divulgados pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), mais de mil alunos da região abandonam anualmente a escolaridade obrigatória.

Hospital Amadora/Sintra O Livro Negro da gestão privada

Encontra-se actualmente em elaboração o «Livro Negro da Gestão Privada do Hospital Amadora/Sintra».

Com esta iniciativa a Comissão de Utentes do Hospital (CUHAS) pretende - como afirma em nota de imprensa - «integrar queixas, denúncias, ocorrências e factos» relativas ao período de gestão privada deste hospital, e que tenham «prejudicado a saúde e a vida de utentes e familiares» e atentem

contra «os direitos e princípios estabelecidos no Serviço Nacional de Saúde».

O «Livro Negro» tem um período cronológico que coincidirá com os seis anos de gestão privada e será desenvolvido enquanto subsistir a gestão privada do Hospital Amadora/Sintra e «os problemas que por força da sua perspectiva e prática economicista afectarem os cerca de 600.000 utentes».

Entretanto, para que o «Livro Negro» constitua uma «amostragem exemplar» é essencial uma colaboração activa dos utentes e cidadãos em geral que, de alguma forma, tenham vivido ou conheçam «situações anómalas e irregulares» ocorridas naquele hospital.

A Comissão deverá entregar este «Livro Negro» aos órgãos de soberania ainda no primeiro semestre do ano em curso.

Tiques perigosos

● Manuel Rodrigues

1. Dois de Fevereiro de 2001. O Sindicato dos Professores da Região Centro realiza em Viseu um plenário de professores, com mais de 600 participantes. É aprovada uma moção. Uma parte dos professores presentes dirige-se ao Governo Civil para entregar o documento. Apesar de avisado, o Gabinete do Governador está deserto. Os professores deixam a moção à porteira e lavram protesto no Livro de Reclamações.

2. Preparação das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio de 2000.

A União dos Sindicatos de Viseu pede uma audiência ao Governador Civil do Distrito, para discutir o assunto.

A reunião é marcada. À hora, lá estão dois membros daquela estrutura sindical. O senhor Governador Civil manda recado pela secretária de que não recebe um dos membros da delegação ali presentes. Questionado, responde: não recebo essa senhora por causa das declarações que prestou e que tenho ali gravadas (referia-se a declarações de carácter sindical prestadas, tempos antes, por aquela dirigente).

3. Dia de luta dos trabalhadores. A União dos Sindicatos de Viseu

promover uma marcha lenta no local. Sua Excelência o Presidente da Câmara, intimidada: «Assim, está o assunto resolvido, que nós não trabalhamos sob pressão.»

6. A 9 de Fevereiro deste ano, o Presidente da Direcção da Associação Nacional de Sargentos foi notificado de que passava a ser alvo de processo disciplinar movido pela chefia da Força Aérea Portuguesa. Razão: as declarações públicas prestadas por este dirigente em defesa da classe dos sargentos.

Um estilo autoritário

Seis exemplos apenas, dos muitos que aqui se poderiam dar, do estilo autoritário de exercício do(s) poder(es) por parte dos subservientes mandatários desta política de direita. Injuria-se o direito à liberdade de expressão (abrenúncio!); espezinha-se o direito das populações ao protesto (come e cala!); ignora-se o direito dos trabalhadores à liberdade de organização e participação sindical (cruzes! Canhoto!); esconjura-se o direito à crítica e à oposição (vade retro!); perseguem-se dirigentes sindicais, associativos e políticos, na

tentativa de os calar (caça às bruxas); quando há lutas, corre-se a saber quem são os subversivos agitadores. Se há protestos, é preciso intimidar os protestantes; se alguém denuncia, é preciso calar o denunciante. Os processos são clássicos (e muito bem conhecidos dos comunistas): primeiro, o aviso e a intimidação (pode assumir mesmo a forma de conselho



decide realizar um plenário de trabalhadores no Rossio, em Viseu. O plenário, com mais de uma centena de trabalhadores, realiza-se mesmo debaixo de chuva e termina com a aprovação de uma moção. Decide-se que todos os presentes irão entregar a moção ao Governador Civil do distrito. A recebê-los, o Governador tem um despropositado aparato policial e recusa-se a receber uma delegação daqueles trabalhadores. A polícia faz de intermediária. Traz o recado da diligente secretária de sua Excelência: «que deixem a moção ao porteiro». Os trabalhadores decidem não arredar pé. Vencido, o Governador vê-se obrigado a receber a delegação, através da sua diligente secretária.

4. O Presidente da Câmara Municipal de Viseu, perante um comunicado da Concelhia de Viseu do PCP, em que se denunciam diversos problemas do concelho e a miserabilidade das verbas atribuídas para algumas obras de urgente necessidade, respondeu ostensiva e sobranceiramente: «Esta é uma das razões pelas quais eles não estão no poder no concelho, é que não percebem nada disto.»

5. A população de Tondelinha reclama condições de segurança para a travessia da estrada 337/1, que atravessa a povoação. No local já houve vários atropelamentos com mortos pelo meio. A população reúne em plenário e decide, como forma de protesto,

moralizante). Se a dose não for suficiente, acrescenta-se um adequado clima de medo (a ameaça de inquérito, de processo disciplinar, de despedimento) ou mesmo o insulto e o vexame. Para casos mais renitentes, pode juntar-se umas pitadas de «safanões» (físicos ou psicológicos, tanto faz), uma humilhação, uma acção judicial. Se nada disto resultar, então, vamos à concretização do processo disciplinar, do despedimento, da despromoção, da recusa do emprego.

Perigosos tiques, estes, que por aí brotam como cogumelos na enxúndia deste «caldo de cultura» (antidemocrática e retrógrada), com que nos brindam no dia-a-dia, estas vezes servis do todo-poderoso e selvagem capitalismo monopolista de Estado que, hoje, nos (des)governa e oprime. Os comunistas portugueses e o seu Partido - que este ano comemora o seu 80.º aniversário - não se deixarão intimidar por este clima de «diálogo», tão ao gosto do nosso seráfico Primeiro-Ministro. E saberão dar o seu contributo para que, tão cedo quanto possível, se ponha fim a estes tiques, que nos trazem outros tempos à memória. Nesta fase pré-congressual, António Guterres e o PS já se preparam para afivelar outras máscaras que melhor sirvam os intocáveis monopólios. Será que não dão conta que, em maré de Carnaval, mais fácil nos é perceber que, mais uma vez, o rei vai nu?

Informação

A Frente Anti-Racista inicia amanhã, às 7 horas, na estação do Metropolitano no Campo Grande, a primeira de uma série de acções de distribuição de informação a trabalhadores imigrantes, sobre o novo quadro legal e o processo de obtenção da autorização de permanência. Em nota à comunicação social, a Frente afirma a sua discordância face a diversos aspectos da nova lei de imigração (nomeadamente, por não permitir o reagrupamento familiar e criar «uma categoria inferior de trabalhadores, mesmo entre os imigrantes») e critica as «confusões que têm envolvido todos este processo». Considerando «da maior importância» manter os trabalhadores imigrantes informados, a Frente exige a regularização da situação de todos os imigrantes que se encontrem em Portugal e afirma que continuará a lutar pelo aperfeiçoamento da lei.

Catamarãs

A anulação do concurso que iria entregar a um estaleiro australiano a construção de oito catamarãs destinados à Transtejo, foi recebida como «uma boa notícia para a nossa indústria naval» pelo Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Coimbra e Leira. Em Novembro, este tinha denunciado o «nebuloso» concurso, defendendo que o trabalho pode ser feito em Portugal, nomeadamente nos Estaleiros Navais do Mondego, que são especializados neste tipo de construções navais e integravam um dos concorrentes preteridos. O sindicato, num comunicado que divulgou dia 15, reafirma «uma forte exigência de normalização de todo o processo»: as instâncias comunitárias devem «travar a liquidação da indústria naval europeia», a administração dos ENM deve «implantar a normalidade democrática na empresa, discutindo com os trabalhadores todos os problemas», e o Governo deve garantir «aqueles pressupostos, sem os quais a medida agora tomada resultará em nada». Nos Estaleiros Navais do Mondego, recorda o sindicato, são praticados «os mais baixos salários e as mais longas jornadas de trabalho do sector, mesmo a nível nacional».

Maquinistas

Foi desconvocada ao fim do primeiro dia a greve convocada pelo Sindicato dos Maquinistas com início na passada segunda-feira e que poderia prolongar-se por uma semana. O entendimento com a administração foi alcançado, com base num acordo salarial que prevê aumentos de quatro por cento para 2001. A CP afirma que o acordo contempla também um compromisso de «paz social», que exclui a realização de novas greves durante este ano, mas o sindicato contestou esta interpretação.

Suspensas as pensões aos sinistrados do trabalho por causa da remição obrigatória

Seguradoras não pagam

A CGTP decidiu apresentar queixa ao Provedor de Justiça contra as seguradoras que suspenderam o pagamento das pensões aos sinistrados do trabalho. Alguns não recebem um tostão há um ano.

A Intersindical Nacional classifica de «vergonhoso» e «totalmente abusivo» o comportamento das companhias de seguros que, «por sua livre iniciativa ou com a conivência de alguma entidade pública, suspenderam o pagamento das pensões aos sinistrados, invocando que as mesmas serão obrigatoriamente remíveis no ano em curso em acções a dinamizar pelo Tribunal de Trabalho».

Esta suspensão começou há um ano, afectando os sinistrados com pensões de baixo valor ou cuja incapacidade permanente e parcial é inferior a 30 por cento. Se «algumas seguradoras enviaram cartas a avisar os sinistrados, outras nem se deram a esse trabalho», protesta a CGTP, que considera «impressionante o desprezo das seguradoras pelos segurados por acidentes de trabalho, que tantos milhões de contos lhes dão de lucro».

As seguradoras não têm suporte legal para esta atitude, afirma a *Inter*, salientando que «até as pensões serem

remidas pelos tribunais de trabalho, as seguradoras têm de pagar as pensões aos sinistrados».

Os órgãos que tutelam os seguros têm que suspender esta arbitrariedade

Para a CGTP é «grave que não haja nenhuma entidade pública a opor-se a esta arbitrariedade do sector privado». O Ministério das Finanças e o Instituto de Seguros são concretamente apontados como responsáveis pela violação do Decreto-Lei

143/99, que estabelece um regime transitório de remição das pensões, a concretizar gradualmente até final de 2005.

«Até final de 1998, existiam 62 571 trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho com menos de 30 por cento de incapacidade», recorda a central, perguntando «quanto tempo é que os tribunais irão levar para remirem todas estas dezenas de milhares de pensões».

Em contraste com a atitude das seguradoras, a CGTP indica a Segurança Social pública, «responsável pela reparação das doenças profissionais e que não suspendeu nenhuma pensão aos traba-

lhadores incapacitados por doença profissional», continuando a pagar até as mesmas serem remidas por decisão judicial. Assim se vê que «as seguradoras não têm preocupações sociais, mas apenas interesse em meterem dinheiro ao bolso», comenta a central.

Na nota divulgada sexta-feira reafirma-se que «a remição obrigatória, já por si, é um roubo que se está a fazer aos sinistrados do trabalho» e que, por essa razão, a CGTP apelou recentemente aos partidos e ao Governo para que o recebimento das pensões num acto único se torne novamente uma opção voluntária de cada acidentado.



Sem aguardar a decisão dos tribunais, as seguradoras deixaram de pagar pensões

Imobiliário ataca na ex-Vitamealo

Os trabalhadores que perderam o emprego após a falência da Vitamealo, em Março de 1995, continuam sem receber os salários em atraso (cerca de 10 meses) nem as indemnizações a que têm direito. Enquanto o processo se arrasta no Tribunal Cível de Lisboa, a preocupação dos trabalhadores agrava-se com o surgimento de notícias sobre projectos imobiliários nos terrenos onde esteve instalada aquela fábrica da Sociedade Nacional de Sabões, em Marvila.

O problema, como os representantes dos trabalhadores têm denunciado publi-

camente e junto de órgãos do poder local e central, é que os estudos e projectos têm por alvo terrenos que fazem parte da massa falida da Vitamealo e da Sociedade Nacional de Sabões, sobre os quais pendem acções judiciais de cujo desfecho depende o pagamento aos despedidos. A verba em causa representa **uma parcela ínfima dos valores referidos para os projectos** de construção de edifícios para escritórios, serviços e habitação.

Agrava-se a inquietação dos trabalhadores pelo facto de uma significativa maquia

dos créditos obtidos desde a falência e entregues aos liquidatários da massa falida já ter sido por este consumida. Por outro lado, apesar da insistência dos trabalhadores e dos seus representantes, o tribunal ainda não tomou uma decisão sobre a graduação dos créditos. Lançados no desemprego, os trabalhadores perderam o posto de trabalho, não receberam os salários em dívida, não receberam as indemnizações estipuladas por lei e não viram ainda reconhecidos os privilégios atribuídos legalmente aos seus créditos; tão-pouco foi atendido

um pedido de pagamentos parciais, que tivessem em conta as verbas acumuladas na massa falida das empresas.

Da falência passam, daqui a dias, **seis anos**. Enquanto a justiça tarda em responder às graves acusações sobre o relacionamento entre a Vitamealo e a Sociedade Nacional de Sabões, os trabalhadores confrontam-se com sérias dificuldades económicas, ao mesmo tempo que vêem fazer contas milionárias com base na especulação imobiliária sobre o património que lhes pode garantir o pagamento das dívidas.

STAL defende eleição directa

«Afastar da gestão outras opiniões que não as maioritárias é um acto que marginaliza os munícipes, descaracteriza e nega toda a história do poder local desde o 25 de Abril de 1974 e enfraquece a democracia», considera a Direcção Nacional do STAL.

Num comunicado sobre as propostas do PS e do PSD, «coligados numa lógica bipolar» para tentarem acabar com a eleição directa e proporcional das câmaras municipais, o Sindicato

Nacional dos Trabalhadores da Administração Local acusa aqueles partidos de pretenderem «destruir o poder local democrático e as suas virtualidades, assente numa participação e representação populares sem precedentes em quaisquer órgãos do Estado».

O sindicato, representativo de «mais de 53 mil trabalhadores das autarquias locais», declara a sua «oposição frontal» à pretendida alteração da lei e afirma que «tudo fará para valorizar a

riquíssima experiência do poder local democrático, assente em 26 anos de profícuo trabalho em torno do progresso das populações».

Contrariando os principais argumentos dos defensores da eleição indirecta das câmaras municipais e da constituição artificial de maiorias absolutas ou executivos monocolors, o STAL recorda que «milhares de autarcas têm dado, ao longo destes 26 anos, uma verdadeira lição de trabalho pluralista e empenhado».

Para o sindicato, «o acordo PS/PSD relativamente à legislação autárquica visa, sobretudo, a constituição de um autêntico bloco central que, prosseguindo e aprofundando os interesses da política de direita que tem subsistido ao longo dos últimos anos, abre totalmente a via da alienação de serviços e bens públicos a interesses privados, funcionando numa lógica de lucro e não de satisfação das necessidades, interesses e aspirações dos cidadãos».

Enfermeiros

No Hospital do Barlavento algarvio há 18 enfermeiros que, desde dia 2, estão a trabalhar sem qualquer vínculo contratual, denunciou o SEP. O sindicato considera esta situação «inadmissível, tanto mais que o regime de instalação em que o referido hospital se encontra possibilita formas mais ágeis de contratação de recursos humanos, através dos contratos administrativos de provimento, que nunca foram explorados até ao limite pela Comissão Instaladora». Num comunicado que distribuiu na semana passada, a direcção do SEP afirma que «esta é também a opção do Ministério da Saúde, que sistematicamente tem vindo a protelar uma discussão séria em torno de uma medida que possibilite a admissão célere, ágil e com direitos para os enfermeiros». O sindicato exige do Governo, através do secretário de Estado dos Recursos Humanos da Saúde, a rápida resolução do problema, «até porque a sua manutenção significa o Ministério da Saúde pactuar com a ilegalidade». O SEP protestou igualmente contra o encerramento unilateral, pelo Governo, das negociações sobre as formas de pagamento do trabalho já realizado pelos enfermeiros em dias de descanso, folgas e feriados, tanto mais que o Ministério aceitou pagar a outros profissionais.

Moda Real

As operárias da têxtil «Moda Real» protestaram terça-feira frente ao Governo Civil de Vila Real contra o encerramento da fábrica, a partir de amanhã, noticiou a Agência Lusa. Há 10 anos a trabalhar para a multinacional francesa «Davernois», a empresa vai-se mudar para o Leste, onde a mão-de-obra é mais barata, situação que Manuel Sousa, do Sindicato Têxtil do Minho e Trás-os-Montes, considera muito grave, dado que a maior parte das operárias é costureiras e não tem qualquer alternativa de emprego. À saída de uma reunião com o Governador Civil, Manuel Sousa lamentou a actuação do representante do Governo, que já fora avisado há alguns meses das intenções da direcção da empresa francesa. O sindicalista lamentou que Artur Vaz não tenha apresentado nenhuma solução em concreto para impedir que a «Moda Real» feche as suas portas. «Não houve vontade política, quer da parte da Câmara, do Governador Civil ou do Ministério da Economia, para resolver o problema social destas 103 trabalhadoras», acusou Manuel Sousa, alertando para o facto de mais duas multinacionais poderem deixar Vila Real para se instalarem noutros países. Entre as operárias da «Moda Real» o sentimento de apreensão é unânime porque, segundo afirmaram à Lusa, os 15 meses de subsídio de desemprego a que têm direito não dão garantias para o futuro.

Meritocracia

Na **Portugal Telecom** este palavrão foi exibido por Murteira Nabo, num recente encontro de quadros e chefias, para designar a possibilidade de, no futuro, todos serem recompensados pelos bons resultados do grupo.

«Conhecendo nós o que a casa gasta e as aberrantes discriminações em termos salariais e de carreiras, a meritocracia apresentada pareceu mais uma ilusão para mascarar e anestesiar a revolta latente», comentou a Comissão de Trabalhadores. Num comunicado em que reage ao sucedido no encontro de 6 de Fevereiro, no Pavilhão Atlântico, a CT refere que a promessa de remunerar de acordo com o cumprimento de objectivos «cheira a mofo que tresanda». «Os gestores sempre falaram em mérito objectivo, mas, como nunca quiseram pôr em causa todo um exército dos seus protegidos, cujo mérito subjectivo é estabelecido nos bastidores ou no exterior, deturpam tudo no final», acusa a CT.

Em 2000, a PT teve excelentes resultados e, segundo o presidente, foi o grupo empresarial com melhor operacionalidade na Europa; entretanto, contrapõe a CT, a maioria dos trabalhadores que construíram tais resultados acabou por ter aumentos salariais de apenas 3,5 por cento e, no topo da empresa (privatizada a 99,99 por cento) verifica-se «o esbanjamento de recursos, o gigantescos dimensionamento da cabeça dirigente, a criação permanente de altos cargos fictícios para as pessoas amigas, a burocratização». «Onde não chegariam os resultados da PT, se ela fosse simples, transparente e funcional», questiona a CT, dando conta da revolta sentida pelos trabalhadores «que apenas recebem palavras, enquanto os administradores e directores recebem fortunas».

25 anos

Em **Coimbra** iniciam-se quarta-feira as comemorações do 25.º aniversário do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro. Com a participação de Manuel Carvalho da Silva, Paulo Trindade (coordenador da federação do sector e da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública), José Manuel Dias (coordenador do STFP-ZC) e do professor Jorge Leite, entre outros, tem lugar no Teatro Académico de Gil Vicente, a partir das 14.30 horas, uma conferência sobre o emprego público.

Recorde

A inflação homóloga atingiu em Janeiro 4,4 por cento, valor que não era alcançado desde Abril de 1995, segundo números do Instituto Nacional de Estatística, citados na semana passada pela Lusa

Encontro nacional reafirma empenhamento CGTP com os imigrantes

O movimento sindical unitário vai intensificar a acção em defesa dos direitos dos imigrantes e contra a discriminação, utilizada pelo patronato para intensificar a exploração dos trabalhadores.

Na semana passada teve lugar na sede da CGTP um encontro nacional de dirigentes sobre o novo quadro legal dos trabalhadores imigrantes e as perspectivas da actividade sindical aos vários níveis (confederação, federações, uniões, sindicatos e delegados sindicais nos locais de trabalho), reafirmando o empenho em acompanhar o processo de legalização.

Apontando como objectivo central o combate a quaisquer discriminações entre trabalhadores portugueses e imigrantes, de forma a que a estes sejam aplicadas todas as condições legais e contratuais vigentes no País, a CGTP «utilizará todos os instrumentos legais disponíveis, particu-

larmente a “responsabilidade solidária” na cadeia de produção que se inicia no “dono da obra” e termina no empregador do imigrante», para combater violações patronais, afirma-se na resolução divulgada no final da reunião de dia 15.

**SEF e IGT
devem ser mais
céleres
e humanizar
o relacionamento
com os imigrantes**

Entre as medidas concretas referidas, as estruturas da CGTP mantêm-se ao dispor dos imigrantes para

requerer a intervenção da Inspeção do Trabalho, nos casos em que o patronato se recusa a celebrar contratos.

Ao mesmo tempo que insiste em reivindicar do poder político «meios suficientes para que as entidades públicas actuem com eficácia e celeridade na efectivação



Continua o combate contra qualquer forma de discriminação, objectivo que une trabalhadores portugueses e imigrados

deste processo», a central vai editar e distribuir materiais de informação específicos para os imigrantes.

Para cumprir

O novo quadro legal «definiu soluções diferentes» das

reivindicadas pela CGTP, que afirma a actualidade das decisões saídas do seu 9.º Congresso. Como aspectos negativos do Decreto-Lei 4/2000, o encontro apontou a «autorização de permanência» e o regime previsto para o reagrupamento familiar, por cuja eliminação a central se vai bater.

Foi valorizada a possibilidade de o cidadão estrangeiro requerer autorização de residência, após cinco anos de permanência legal; sendo «muito insuficiente», esta solução substituiu a proposta inicial do Governo, que obrigava ao regresso ao país de origem, alteração que «só foi possível pela intervenção da CGTP-IN e de algumas outras organizações».

Os sindicalistas condenaram a estratégia do patronato português, que tenta utilizar a mão-de-obra imigrada para manter um modelo suportado em baixos salários, elevada precariedade, alto índice de exploração, reduzido investimento na formação profissional dos trabalhadores e manutenção dos atrasos tecnológicos e organizativos das empresas.

Há «importantes núcleos do patronato» que têm recusado a celebração de contratos de trabalho, têm feito ameaças de despedimento e têm despedido trabalhadores que legitimamente exigem o contrato, pelo que a IGT e o SEF devem actuar de forma «mais célere e exemplar».

Acordo na EDP acima dos 4 por cento

A empresa começou por propor menos do que a inflação, o Governador do Banco de Portugal disparou sobre os aumentos salariais, mas o resultado alcançado dia 14 na EDP acabou por ser «globalmente positivo», considera a FSTIEP/CGTP. «Ficou garantida, para aplicação ainda nas remunerações deste mês, uma actualização da tabela salarial de 4 por cento, com arredondamento à centena superior; o valor da anuidade passa para 1800 escudos e o subsídio de refeição aumenta para 1595 escudos e os subsídios de turnos e folgas rotativas sobem 4 por cento, com arredondamento à dezena superior, representando um aumento global de

4,3 por cento», informa a federação, em comunicado aos trabalhadores.

Estes valores vão além do que os representantes da EDP pretendiam, mas ficam abaixo das possibilidades reais da empresa, pois «o Grupo EDP goza de uma boa situação económica, tendo registado uma subida de 14,6 por cento nos lucros líquidos no ano 2000, que se cifraram em 118 milhões de contos; a produtividade foi de 6,4 por cento no Grupo EDP, muito superior à média nacional e à média da zona Euro (1,2 por cento e 0,7 por cento, respectivamente); a inflação verificada em 2000 chegou aos 2,9 por cento; a variação previsível para

2001 é de 3,9 por cento; a inflação homóloga, em Janeiro deste ano, foi de 4,2 por cento».

Em vez de ir «mais longe, no sentido de satisfazer as pretensões dos trabalhadores, a administração mostrou «uma pressa injustificada em fechar as negociações» com o objectivo de «assegurar a parte de leão para dividir pelos accionistas». Aos trabalhadores deixou as «migalhas do banquete», apesar de a eles se deverem os bons índices de crescimento e de serem eles que, «pelo seu empenhamento e dedicação sem limites, atenuam os efeitos de uma má gestão da EDP, que piora a qualidade do serviço».

Números estranhos nas listas de espera

A CGTP requereu à ministra da Saúde informação detalhada sobre o «Programa de Promoção do Acesso» para recuperação das listas de espera para intervenções cirúrgicas, uma vez que «estranha o estrondoso acréscimo de operações realizadas entre Junho e Dezembro».

Até Junho, recorda a central, numa nota divulgada antecorrem, apenas se tinham realizado 3500 operações. Somados os semestres, faltou dar resposta a milhares de utentes, que seriam atendidos se fosse cumprido o número de operações contra-

tualizadas. «Por outro lado, não tendo havido melhorias na organização e funcionamento e na gestão dos hospitais, de forma a rentabilizar os recursos instalados, é preciso saber quantos novos utentes entraram em lista de espera desde Dezembro», ressalva a CGTP.

«É muito fácil dizer que não se fez, mas o importante é saber por que não se fez», comentou uma dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Guadalupe Simões afirmou segunda-feira à Agência Lusa que, «uma vez que a ministra

tinha assegurado que, se os resultados do PPA não fossem os previstos, se demitiria, chegou a altura de saber por que razão não foram cumpridas» as 26 511 cirurgias contratualizadas, mas apenas 17 108. Cílio Correia, da Federação Nacional dos Médicos, considerou «pouco atractiva» a remuneração atribuída pelo Ministério da Saúde aos clínicos e outros profissionais envolvidos no programa e notou que, para além dos 9 mil doentes que ficaram por operar, é preciso verificar se outros não entraram para as listas de espera.

Respondam às pressões!

A CGTP expôs ao Presidente da República e ao primeiro-ministro as preocupações que suscitam entre os trabalhadores as perspectivas económicas para este ano e as campanhas que, à sombra dessas perspectivas, «alguns sectores da sociedade estão a desenvolver no sentido de impedirem o crescimento dos salários e a efectivação das medidas fiscais aprovadas pela Assembleia da República».

Carvalho da Silva e outros dirigentes da central reuniram sexta-feira com Jorge Sampaio e segunda-feira com António Guterres, para salientar que são necessárias, por parte do poder político, «respostas imediatas e firmes, sob pena de se agravarem as desigualdades sociais», como adiantou o departamento de informação da Inter.

Questionado sobre se considera irrealista a taxa de 3 por cento para a inflação, o secretário-geral da CGTP observou que «nos últimos anos, as taxas de inflação não têm sido realistas, mas têm sido usadas como instrumento para pressão sobre a política salarial». Carvalho da Silva, citado pela Lusa à saída da reunião com o primeiro-ministro, recusou «alinhar com alguma propaganda inflacionista que por aí anda» e reafirmou que a solução dos problemas económicos do País não está na moderação salarial. Lembrou que os salários cada vez pesam menos nos custos das empresas, atingindo actualmente, em média, apenas 13 por cento.

A CGTP reclamou «uma intervenção mais atenta e mais incisiva do Governo na área da saúde», onde há medidas concretas e diplomas aprovados há dois ou três anos e estão «emperrados». Também relativamente à política fiscal, a central afirma que «não basta que as medidas tenham sido aprovadas, é preciso agora uma acção que não permita aos que querem continuar a não pagar impostos fazerem mobilizações e acções de destruição das decisões tomadas».



O programa «Die Story - tudo começou com uma mentira» - que já está a desencadear um movimento a favor da demissão do ministro da Defesa, Scharping - abriu com o chanceler Schroeder vestido de preto, num tom grave e sinistro, mentindo aos oitenta milhões de habitantes da Alemanha a 24 de Março de 1999:

«Caros cidadãos e cidadãs, a Nato iniciou, esta noite, uma série de ataques aéreos contra objectivos militares na Jugoslávia. A Aliança pretende assim evitar a violação grave e sistemática dos direitos humanos e pôr fim a uma catástrofe humanitária no Kosovo. O presidente Milosevic conduz uma guerra sem piedade. Nós não fazemos nenhuma guerra, fomos apenas chamados a impor militarmente um solução pacífica para o Kosovo.»

Perante milhões de espectadores, o então chefe da missão da OSCE na Jugoslávia, gener! Heinz Loquai, desmascarou o chanceler da Alemanha e actual presidente da social-democracia, salientando que «a legitimação para a participação alemã (nesta guerra) foi a chamada catástrofe humanitária. Uma tal catástrofe humanitária (...) não existia no Kosovo no início da guerra.»

A diplomata americana no Kosovo, Norman Brown, ainda é mais explícita: «Até ao início dos ataques sérios da NATO não existia nenhuma crise humanitária. Com certeza que havia problemas humanitários e desalojados por causa da guerra civil. Mas tudo se passava do modo seguinte: as pessoas deixavam as aldeias quando os sérvios desenvolviam acções contra o UCK, mas voltavam depois às suas casas. Porém, toda a gente sabia que se estaria perante uma crise humanitária logo que a NATO iniciasse os bombardeamentos. Esta questão era discutida na NATO, na OSCE, entre nós no Kosovo e pela própria população.»

E as revelações feitas pela ARD não deixam margem para dúvidas. «A NATO em Bruxelas conhecia os relatórios da OSCE. Estes relatórios coincidiam com as observações da própria NATO, mas foram mantidos secretos. Estas informações nunca foram referidas em nenhuma das numerosas conferências de imprensa da NATO. Mais ainda, na última reunião do conselho da NATO antes do início da guerra, a 14 de Março, foi referido que «a violência partia das acções terroristas do UCK a que os sérvios, aliás, respondiam de uma forma desproporcionada». Mas na altura não se vivia no Kosovo «nenhuma situação descontrolada». Aliás, o Ministério da Defesa alemão também não possuía qualquer informação sobre uma catástrofe humanitária no Kosovo. Nos documentos de Scharping, e ao contrário daquilo que era tornado público, constava apenas que «nos últimos dias não se verificaram quaisquer recontros importantes entre forças sérvias e o UCK (...)

As forças de segurança sérvias

limitam-se a acções de rotina, como controlo, patrulhas, busca de arsenais bélicos e observação de centros rodoviários importantes». E os jornalistas da ARD explicam que «mesmo assim prosseguiram às escondidas os preparativos para o ataque da NATO». O vendaval de mentiras espalhado pelos dirigentes social-democratas alemães e por outros socialistas de direita, entre eles o próprio secretário-geral Solana, e que irá continuar ao longo de toda a agressão militar contra a Jugoslávia, é descrito pelo antigo porta-voz da NATO, o psicopata dos danos colaterais, Jamie Shea, nos seguintes termos:

«Os Führer políticos tiveram então um papel decisivo para a opinião pública (...) Eles sabiam quais as notícias que eram mais importantes para a opinião pública dos seus países. Rudolf Scharping fez verdadeiramente um bom trabalho (R. Scharping machte wirklich einen gute job - no original). Não é fácil, especialmente na Alemanha, que durante 50 anos compreendeu a Defesa como a segurança do próprio país, enviar agora soldados para o estrangeiro. Do ponto de vista psicológico não é fácil esta nova definição de Segurança. Não só o ministro Scharping mas também o chanceler Schroeder e o ministro Fischer constituíram um grandioso exemplo de Führer políticos que não correm atrás da opinião pública mas sabem bem como é que esta se modela (...) Se tivéssemos perdido a opinião pública na Alemanha, tê-la-íamos perdido em toda a Aliança.» A manipulação e a propaganda conscientemente conduzidas pelo governo do SPD foram mais do que necessárias para justificar a agressão, pois a NATO - prosseguem os jornalistas da ARD - «afirmava lançar bombas para proteger a vida dos kosovares albaneses, mas só se viam crianças aterrorizadas. As suas vidas poderiam terminar ainda antes de terem verdadeiramente começado. Apesar das

Agressão à Jugoslávia

«**E**m tempo de guerra, a mentira e a propaganda são muito fortes. São verdadeiras armas que matam a verdade.» É assim, com esta frase, que termina o corajoso programa do *Monitor* sobre a agressão à Jugoslávia, apresentado pela televisão alemã ARD a 8 de Fevereiro, com o título «Die Story - tudo começou com uma mentira». O programa, realizado sob a direcção de Jo Angerer, mostra como a NATO e o governo alemão enganaram a opinião pública para justificarem o injustificável. Dois anos depois, a verdade começa a vir à superfície. Resta saber agora se e quando os responsáveis por este crime se sentarão no banco dos réus. De uma coisa estamos certos: a História não os absolverá.

• Rui Paz



Norman Brown, diplomata norte-americana no Kosovo



Tudo começou com uma mentira

A mentira dos massacres - Rugova, ou «por isso estamos em guerra»

A 27 de Abril, Scharping apresentou fotografias de um massacre atribuído às forças sérvias que são publicadas na imprensa alemã com o seguinte título: «Por isso estamos em guerra». Apesar dos especialistas do Ministério da Defesa já na altura saberem que não se tratava de nenhum massacre, Scharping acompanha a exposição das fotografias com a seguinte intervenção: «Como já o tinha avisado, são necessários nervos fortes para se poderem suportar imagens tão cruéis, as quais mostram claramente com que brutalidade tudo começou e ainda continua... Os uniformes que estão a ver são uniformes da polícia especial sérvia. Não só o exército e unidades especiais mas até bandos de criminosos postos em liberdade e outros participam em tais assassinios. (...) São imagens terríveis e eu tenho de fazer um esforço para não ficar agoniado.»

Mas a ARD revela que os especialistas de Scharping já sabiam que não se tratava de um massacre, através de um documento «secreto - só para uso interno» que refere a morte de soldados albaneses e um polícia sérvio em combate. O funcionário alemão e observador da OSCE, Henning Hensch, explica então aos telespectadores que, no mesmo dia em que teve lugar a primeira publicação das fotografias, informou logo o Ministério da Defesa que aquilo não

tinha acontecido assim. E Hensch descreve o relatório que enviara sobre o acontecimento em Rugova, explicando como encontrou as baixas do UCK numa carrinha vermelha e outros locais de combate, ainda com os uniformes da organização militar albanesa, e como ele próprio, juntamente com mais dois colegas russos e os polícias sérvios, apresentados por Scharping nas fotografias como os autores do massacre, andaram a juntar os corpos naquele local.

Os jornalistas da ARD foram a Rugova. O lavrador de origem albanesa Remzi Shala recorda que tudo começou, pouco depois das cinco horas da manhã. Foram acordados pelo barulho e ouviram tudo. Durante quatro horas ouviram-se tiros de metralhadoras. Só cerca de dez da manhã é que a polícia sérvia apareceu e fugiram com medo. Por sua vez, o general Loquai foi prementório, esclarecendo que «ficou claro que não se tratou de nenhum massacre contra a população civil. Segundo os relatórios da OSCE, foram os próprios comandantes do UCK que afirmaram tratar-se de combatentes caídos na luta pela grande causa dos albaneses. Quem transformou aquilo tudo num massacre foi o ministro da Defesa alemão.»

O «plano ferradura» - Mais uma invenção de Scharping

Depois do ataque contra uma coluna de refugiados em Djakovica que provocou numerosas vítimas civis, tornou-se cada vez mais difícil para a NATO enganar a opinião pública sobre os objectivos «humanitários» desta guerra. Scharping vê-se assim obrigado a 7 de Abril de 1999 a inventar mais uma mentira: «Eu quero convidá-los amanhã para uma análise mais concreta daquilo que, com base nas operações do «plano ferradura», se passa no Kosovo desde Outubro de 1998. Pode concluir-se com clareza que o exército e a polícia jugoslavos começaram, entre Outubro de 1988 e até ao início das conversações de Rambouillet, não só a preparar mas a concretizar a expulsão da população do Kosovo.» Na brochura distribuída pelo Ministério da Defesa alemão para se demonstrar que os sérvios, em Janeiro de 1999, estavam a expulsar sistematicamente a população do Kosovo, publica-se uma fotografia da aldeia Randubrava mas com a data de Abril de 1999, já posterior ao início dos bombardeamentos da NATO. Interrogado pelos jornalistas do *Monitor*, o kosovar Schalp Rexhepi, habitante de Randubrava, conta que «os habitantes abandonaram a aldeia a 25 de Março, depois de terem começado os ataques aéreos da NATO. À noite, depois das 20 horas, recebemos a ordem do UCK para evacuarmos a aldeia. No dia 26 já cá não estava ninguém. Já tínhamos levado todos os habitantes para a aldeia Mamush. Só depois é que os sérvios nos atacaram com granadas. Já só cá estavam soldados do UCK e defendemo-nos, mas foi impossível resistir perante os tanques e canhões. Daqui da aldeia éramos 85 soldados do UCK, mas ainda cá estavam outros de fora. No total, estavam aqui 120 soldados da quarta companhia da brigada 129 do UCK.»

Quando começaram a surgir na Alemanha as dúvidas sobre a veracidade do «plano ferradura», Scharping, obrigado a explicar-se, afirmou que tinha obtido aquelas informações através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as quais foram comparadas com as informações dos serviços secretos e daí resultou a conclusão da existência do plano de Milosevic para a limpeza étnica do Kosovo. Mas é mais uma vez o general Loquai que põe tudo a claro, explicando que pediu então um esclarecimento no Ministério da Defesa sobre o «plano ferradura» e que lhe disseram que «não existia qualquer plano das operações», e que só pelo decurso de certos acontecimentos se podia concluir pela sua existência.

Tempos de guerra

Em Setembro de 1991, o então ministro da Defesa da Alemanha unificada, o democrata-cristão Robert Scholz, explica num encontro dos representantes do capital com generais da Bundeswehr e da NATO que «uma vez superadas as consequências da Segunda Guerra mundial, trata-se agora nos Balcãs de rever os resultados da Primeira Grande Guerra». Hoje, na Europa, o militarismo está a ser reabilitado pela intervenção activa da social-democracia e do socialismo de direita, transformados num autêntico instrumento ao serviço do poder das grandes potências capitalistas. Tem-se a sensação de estarmos a assistir a acontecimentos e a comportamentos que precederam a Primeira Guerra mundial. Não é por acaso que o general Loquai encerra o programa da ARD com uma alusão directa ao comportamento do generalato alemão durante o nazismo: «No passado os generais alemães foram acusados de se calarem quando o não deveriam ter feito. Nesta situação eu sinto-me porém no dever de romper com o silêncio para denunciar a manipulação e a propaganda.»

Como se assinala logo na abertura da reportagem «tudo começou com uma mentira», «este filme mostra como desde o início da guerra no Kosovo a população foi enganada. Mas este filme mostra ainda factos inventados ou apresentados de uma maneira falsa, como se manipulou e mentiu. E a verdadeira razão por que se lançaram bombas sobre Belgrado». Este corajoso e excelente programa da equipa jornalística do *Monitor* encerra com a seguinte frase: «Em tempo de guerra, a mentira e a propaganda são muito fortes. São verdadeiras armas que matam a verdade.»



Sines

Surgindo como primeira intervenção de fundo, que procura dar um contributo significativo na resolução da carência de habitação, da erradicação de barracas e na requalificação do espaço urbano da cidade, foi lançada, no passado dia 16, a primeira pedra da construção dos 124 fogos de habitação social do Bairro da Floresta. Este projecto contará com a construção de oito T1, sessenta T2, cinquenta e dois T3 e quatro T4 e com a construção de um recinto polidesportivo e equipamento social vários.

«Mais do que um programa de realojamento perspectiva-se a consolidação de um ambiente urbano propício à integração social, onde a sua contextualização assume importância preponderante no alcançar da resolução de uma questão que, sendo eminentemente habitacional, é estruturalmente humana», afirma a Câmara.

Évora

Na freguesia da Malagueira, o PS e o PSD inviabilizam a resolução dos problemas das populações. Quem o afirma é a Comissão Coordenadora da CDU daquela freguesia. A situação foi criada em Dezembro último quando, pela necessidade de substituir um eleito da CDU no Executivo da Junta, PS e PSD uniram-se para eleger um membro do PSD, deixando a força política mais votada – a CDU – com apenas um eleito, o Presidente da Junta. Com maioria no órgão, PS e PSD têm boicotado as propostas da CDU das quais se destacam o melhoramento dos caminhos rurais, a construção de um campo de futebol e de um polidesportivo na freguesia e a aquisição de equipamentos para a melhoria de funcionamento das escolas. A CDU acusa o PS de, «à falta de melhores argumentos», têm afirmado que «tais melhoramentos não se devem fazer porque dariam votos à CDU».

Ajuda

O Vogal da Junta de Freguesia da Ajuda, em Lisboa, Vítor Pereira – também trabalhador da Carris – foi punido disciplinarmente com «10 dias de suspensão sem vencimento, ficando suspensa a execução da pena pelo período de três anos». A pena deve-se ao facto de Vítor Pereira se ter deslocado à Carris, enquanto autarca, para exigir da empresa a resolução do problema de acessibilidades que se vive na freguesia: os transportes que ligam a Ajuda à Baixa acabam às 21.30 horas e, quando os há, são em número insuficiente para as necessidades. A Junta de Freguesia considera a «própria sanção aplicada ao autarca é totalmente insólita e reveladora de que a intenção da Carris é coagir o Vítor Pereira para que renuncie ao cabal exercício das suas funções».

Plenário de eleitos, candidatos e activistas da CDU no concelho de Almada apresenta trabalho realizado e confia no futuro

Do lado certo

Cerca de 150 activistas da CDU estiveram reunidos no sábado, dia 17 de Fevereiro, no Feijó, para fazer um balanço do actual mandato e apontar as prioridades do próximo.

A resolução do plenário de activistas da CDU afirmava assumir, «com orgulho, a responsabilidade de ter transformado o Concelho de Almada num espaço de modernidade, na concretização de um projecto humanista, de desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável ao serviço do homem».

Herdando uma cidade caótica, a CDU – e, antes, a APU – avançou, na opinião do plenário, «resolvendo numa primeira fase os principais problemas de infra-estruturação básica» e, depois, liderando «o processo de transformação da vida local, planeando, ordenando e transformando a realidade concelhia, em que

o cidadão é a razão do investimento municipal». No que respeita aos equipamentos e infra-estruturas, o plenário considerou que «Almada está equipada e apetrechada, com elevada taxa de cobertura em água, saneamento básico e recolha e lixo a 100%, com centenas de quilómetros de ruas asfaltadas, com novos parques de estacionamento, com novas escolas, novos equipamentos desportivos e centros de juventude, com centros de cultura, parques e zonas verdes».

Confiança no futuro

Mas também de grandes obras viveu a cidade nos últimos anos. «Almada Velha, a Cerca os Zagallos, Santo Amaro, o Elevador Panorâmico, a Fonte da Pipa, a Alameda Atlântica, a Praça da Liberdade, os mercados do Feijó e da Charneca, o Jardim Botânico, o Parque da Paz, são obras e sinais públicos de um trabalho que a todos honra e orgulha», diz a resolução do plenário. Além das grandes obras, visíveis a quem visitar o concelho, os activistas da CDU passaram também para primeiro plano as obras que «fazem de Almada um grande centro de bem-estar social, com mais habitação social, mais equipamentos para a terceira idade, novos espaços de apoio a crianças e jovens, mais e melhores equipamentos para a solidariedade».

«fazem de Almada um grande centro de bem-estar social, com mais habitação social, mais equipamentos para a terceira idade, novos espaços de apoio a crianças e jovens, mais e melhores equipamentos para a solidariedade».

Apontando para o futuro, a CDU almadense indicou as grandes obras que aí vêm – o Metropolitano Sul do Tejo, novas vias, novas escolas, a transformação da Costa de Caparica, os centros de apoio social. E teceu, também, fortes críticas ao Governo do Partido Socialista que, por exemplo, impossibilitou a construção das esquadras da PSP e quartéis da GNR do Laranjeiro/Feijó, do Monte de Caparica e da Charneca – reivindicações antigas da autarquia –, bem como vários pavilhões desportivos de algumas das escolas secundárias do concelho, mal equipadas e em visível mau estado.

Com os programas eleitorais – apresentados ao concelho e às freguesias – praticamente cumpridos ou, em alguns casos, já ultrapassados, a CDU de Almada confia na vitória. Tudo, asseguram, «para que Almada se cumpra como terra de trabalhadores e do povo!»

S. João da Madeira já tem candidato

A Comissão Coordenadora da CDU de S. João da Madeira, em comunicado de 18 de Fevereiro, dá conta da sua decisão de candidatar à presidência da Câmara sanjoanense Jorge Cortez.

Engenheiro mecânico, Jorge Cortez, militante do PCP, é membro da concelhia local do Partido. Iniciou a sua vida política e social no movimento associativo estudantil por volta dos 17 anos, actividade em que militou antes e depois do 25 de Abril, tendo sido eleito, em 1974, representante de curso no concelho directivo da sua escola.

Ao nível do movimento associativo, participou em várias actividades políticas e culturais, nomeadamente no

extinto Grupo Autónomo de Animação Social e tem participado na direcção de algumas colectividades locais, como a Cooperativa de Habitação Económica 11 de Outubro, a Associação Cultural Encontro-Jornal Abril, ATL-Gente Miúda e outras. Foi ainda membro da Assembleia de Freguesia, da Câmara e Assembleia municipais.

O comunicado revela ainda que «a Comissão Coordenadora Concelhia de S. João da Madeira da CDU congratula-se pela decisão tomada pelo Plenário e pela disponibilidade deste seu companheiro em mais uma vez se predispor a aceitar, com honra, esta tarefa em prol da nossa comunidade».

De norte a sul

Em **Corroios**, uma das seis freguesias do Concelho do Seixal, activistas da CDU reuniram-se para analisarem, entre outras questões, a forma como a CDU está a cumprir o seu mandato. A saúde e a segurança foram problemas que estiveram no centro do debate, sendo referido que 16 dos 55 mil habitantes de Corroios continuam sem médico de família. Os comunistas não se esqueceram de assinalar o «indesmentível progresso infra-estrutural que a freguesia atravessa, obra dos esforços e empenho da Câmara do Seixal e da Junta de Corroios, como o testemunham as Piscinas Municipais e a Pista de Atletismo “Carla Sacramento”, a inaugurar ainda este ano», assinala a nota da comissão de freguesia de Corroios do PCP.

Também em **Barcelos**, a CDU está a discutir as questões ligadas com as próximas eleições autárquicas. Aqui, foi dado um grande ênfase às propostas de alterações às leis eleitorais para as autarquias, que «devem merecer por

parte de todos os democratas a sua pura rejeição e combate», diz a nota da CDU local. A Comissão Coordenadora da coligação apela a todos os seus activistas a empenharem-se no trabalho preparatório das próximas eleições autárquicas, «contribuindo assim para a afirmação da CDU como uma força autárquica com um projecto próprio e um trabalho largamente reconhecido ao serviço das populações».

A segurança é a principal preocupação da CDU de **Cabecenas de Basto**. Esta estrutura da CDU reclama medidas para impedir que se repitam agressões como a que foi vítima um jovem de 11 anos, que teve de receber assistência hospitalar em Guimarães. Sobre as autárquicas, além de repudiar as propostas do PS e PSD, esta estrutura decidiu propor às demais organizações da CDU em Celorico, Mondim e Ribeira de Pena, a realização de um encontro Regional da CDU para debater um programa comum às eleições.

Ao nível dos acontecimentos culturais e desportivos, os activistas da CDU daquele concelho da margem sul referiram que «dos festivais internacionais de cultura aos campeonatos europeus e mundiais de diversas modalidades, são vários os eventos que a região conhece e o país reconhece».

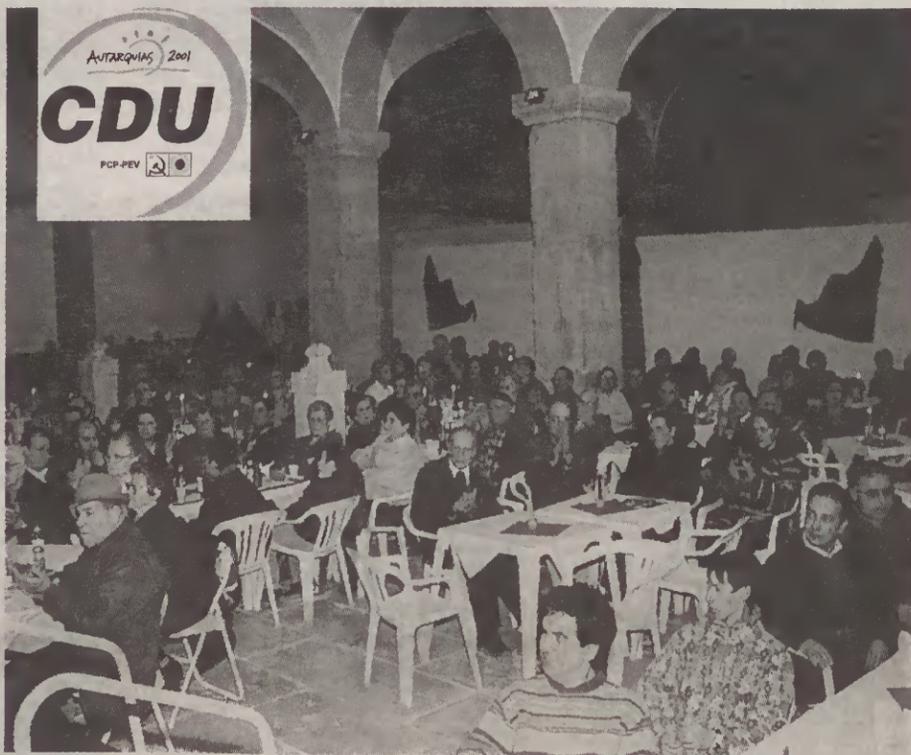
A terceira idade, a juventude e os mais carenciados são prioridade

Setúbal descontente

Englobada numa série de visitas temáticas que pretendem realizar, os eleitos e activistas da CDU do concelho de Setúbal visitaram, no passado sábado, dia 17, os Parques Infantis do Concelho, uma área da responsabilidade das autarquias. «Nas Freguesias de São Julião, Anunciada e São Sebastião, a generalidade dos parques estão votados ao esquecimento, alguns deles há mais de quinze anos», afirmam os

eleitos da CDU. Como exemplos citam os parques, que existem ou existiram, no Bairro Quinta Alves da Silva, Praceta Ilha da Madeira, Bairro do Peixe Frito e Bairro 2 de Abril e culpam a Câmara e as Juntas de Freguesia de maioria PS que, «por desleixo, desinteresse e incompetência, permitem que os existentes, por falta de manutenção, se tenham tornado em pequenos vazadouros de lixo e em espaços

altamente perigosos para as crianças». Em contraste, afirmam que nas freguesias da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e Sado, de gestão CDU, os parques existentes foram reparados, a manutenção é constante e investiu-se na construção de novos parques. «Esta visita permitiu um largado contacto com a população destas freguesias e o recenseamento dos problemas existentes», refere a nota de imprensa da CDU.



CDU à guitarra e à viola

Duas semanas depois da apresentação do cabeça de lista à câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a campanha prossegue naquela cidade ribatejana. No passado sábado, dia 17 de Fevereiro, a CDU vilafranquense organizou, no belo espaço do Celeiro da Patriarcal, uma noite de fados que contou com cerca de uma dezena de fadistas, uma sala apinhada de activistas e apoiantes da coligação e o candidato à presidência da autarquia, José Neves.

● Gustavo Carneiro

Texto

● Jorge Caria

Fotos

Rodeia Machado candidato à Câmara de Cuba

«É para ganhar!»

O deputado comunista, candidato à presidência daquela vila alentejana, iniciou a sua intervenção na sessão realizada no passado domingo, dia 18, assumindo a sua vontade de vencer. Não pela CDU, mas pelas populações, afirmou.

«Lutar no presente, conquistar o futuro» lia-se no pano de fundo do palco do Centro Cultural de Cuba – onde decorreu a sessão de apresentação da candidatura CDU à autarquia local – que funciona, normalmente, como cinema e sala de espectáculos. O futuro que se deseja conquistar é, nem mais nem menos, a continuidade dos projectos importantes, interrompidos – segundo o candidato – pela gestão do PS. Para Rodeia Machado, «a motiva-

ção primeira desta candidatura assenta na postura que sempre tivemos – a de servir a população, ou seja, a de servir a causa das pessoas que desejam e necessitam de um Poder Local forte e democrático, que sirva os interesses da população, que o mesmo é dizer que

«Nem os projectos que foram deixados pela CDU e que são do interesse das populações avançaram», afirmou o candidato, que considera que «o concelho de Cuba e a sua população vêm adiadas importantes medidas para o seu desenvolvimento, e sobretudo,

para o bem-estar dos mais carenciados».

Não estando ainda desenhado o Programa Eleitoral da CDU à autarquia cubense, a coligação, pela voz do seu candidato, António Rodeia Machado, avançou com algumas

das suas grandes preocupações. «As áreas do Ensino, do Emprego, da Saúde e da Terceira Idade, embora não sejam da responsabilidade directa do Poder Local, são áreas nas quais o Poder Autárquico terá sempre uma palavra a dizer, reclamando e exigindo junto dos responsáveis e em nome da população que sejam cumpridas as

grande preocupação prende-se com o desenvolvimento da região – que, com o projecto do Alentejo, pode ser cada vez mais uma realidade – e com a necessidade de atrair mais investimentos.

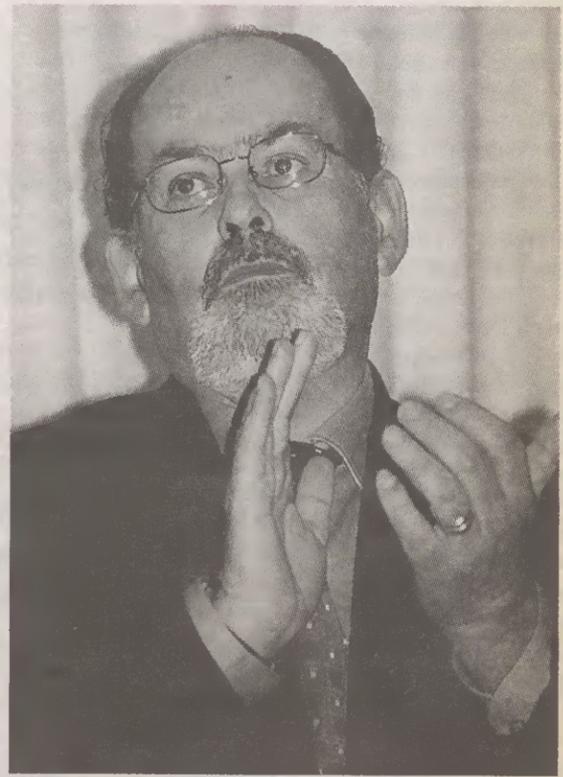
O PS nem sequer foi capaz de concluir os projectos deixados pela CDU

«A voz de todas as nossas vozes»

Foi desta forma que o apresentador da sessão se dirigiu ao secretário-geral do PCP. Carlos Carvalhas interveio para dizer que o nosso projecto autárquico é melhor e que «são mesmo os nossos adversários que, fora do período eleitoral, dizem que nas autarquias, os homens e mulheres da CDU são os melhores», porque os «eleitos da CDU não vão para as câmaras ou para as freguesias para se governarem, mas para resolverem e para satisfazerem as necessidades e as justas aspirações do povo».

Tecendo duras críticas à governação do PS, Carlos Carvalhas referiu que o «nosso país só está à frente na concentração da riqueza e que, ao mesmo tempo que a banca aumentou, no último ano, os seus lucros em 50%, há regiões – como o Alentejo – que se desertificam, que envelhecem».

«Não há muito tempo, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, num momento de sinceridade, disse que “a culpa dos cidadãos não distinguem entre o projecto autárquico do PS e o do PSD, é do Partido Socialista”», lembrou Carlos Carvalhas referindo que, a nível autárquico ou nacional, o PS não se distingue do PSD nas questões essenciais, ao contrário de «nós, que estamos aqui para trabalhar».



Dedicação e experiência

O currículo de António João Rodeia Machado, 52 anos, é o de um homem que conta com uma vasta experiência de vida associativa, política e sindical. Deputado na Assembleia da República desde 1995, o candidato da CDU à Câmara Municipal de Cuba é militante do PCP, membro da Comissão Concelhia de Beja e da respectiva direcção regional.

Na área associativa, a sua biografia é extensa e de experiência variada. É presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Beja e presidente da Assembleia Geral da Federação Distrital de Bombeiros. No mesmo campo, mas a nível nacional, é secretário da Mesa de Congressos da Liga de Bombeiros Portugueses. É presidente da Assembleia Geral da Cooperativa de Produção e Consumo Proletário Alentejano, de Beja, e da Assembleia Geral da Casa do Povo de Beringel.

Rodeia Machado foi dirigente do Sindicato do Comércio e Serviços do Distrito de Beja e do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

A sua experiência autárquica deve-a aos dois anos em que foi vereador da Câmara Municipal de Beja, entre 1980 e 1982, e ao facto de ser actualmente eleito na Assembleia Municipal da mesma cidade.



Não é com a concentração da riqueza que se combate a desertificação e o envelhecimento do Alentejo, referiu Carlos Carvalhas

ção primeira desta candidatura assenta na postura que sempre tivemos – a de servir a população, ou seja, a de servir a causa das pessoas que desejam e necessitam de um Poder Local forte e democrático, que sirva os interesses da população, que o mesmo é dizer que

«Nem os projectos que foram deixados pela CDU e que são do interesse das populações avançaram», afirmou o candidato, que considera que «o concelho de Cuba e a sua população vêm adiadas importantes medidas para o seu desenvolvimento, e sobretudo,

promessas feitas pela Administração Central», ressaltando, nestas áreas, a importância de avançar com as obras da nova biblioteca, construir uma nova escola e um novo pavilhão – obras propostas em sede de Orçamento de Estado pelo Grupo Parlamentar do PCP. Outra

Cantar as tradições da terra

À distância, a grande torre da EPAC – Empresa Pública de Abastecimento de Cereais –, antes do que

qualquer indicação na estrada, localiza, no meio da típica paisagem do Baixo Alentejo, a pequena vila de

Cuba. Não fugindo à regra, nesta vila como em quase toda a região, não se avistam mais as longas «excur-

sões» de trabalhadores rurais que tiravam da terra toneladas de cereal. E não é por ser domingo. Ao invés,

nos vidros do Centro Cultural de Cuba, um anúncio da UNICUBA oferece trabalho nos campos de Huelva, em Espanha, na apanha do morango.

Lá dentro, uma sala cheia de apoiantes da CDU esperava por saber quem é o candidato da coligação à Câmara Municipal. Antes da revelação, uma primeira parte cultural traz ao palco quatro grupos corais alentejanos: o grupo coral feminino «Flores do Alentejo», o grupo «Amigos do Canto», os «Ceifeiros de Cuba» e as «Ceifeiras do Alentejo». Vestindo as roupas típicas do trabalho do campo e chegando, estes cubenses, homens e mulheres, estavam ali, como disse uma das cantoras, a «cantar as tradições da nossa terra». Para que permaneçam.

Finda esta primeira parte, o momento político. Antes do anúncio do nome do cabeça de lista – saudado com uma grande ovação por parte da audiência – a chamada para a mesa do comício. Além do secretário-geral do PCP, do responsável pela Região do Alentejo na Comissão Política do Partido, José Soeiro, do responsável pela Direcção da Organização Regional de Beja, e de outros responsáveis do PCP na região estavam ali, a prestar o seu apoio à candidatura CDU à Câmara Municipal de Cuba – que se veio a saber mais tarde que será encabeçada por António Rodeia Machado –, um vereador da Câmara de Beja e os presidentes das câmaras de Barrancos, Aljustrel, Moura, Mértola, Vidigueira, Viana do Alentejo e Alvito.



Com falta de trabalho na região, os grupos corais são uma das formas de manter na memória as ricas tradições do Alentejo

Ajuda de emergência à Índia

O Parlamento Europeu solidariza-se com as famílias dos milhares de vítimas causados pelo devastador sismo no Estado de Gujarat, na Índia Ocidental, e apoia a decisão da Comissão de conceder ajuda de emergência no valor de 13 milhões de euros (cerca de 26 milhões de contos). Numa resolução vários deputados de vários grupos, entre eles, Joaquim Miranda, da Esquerda Unitária Europeia, o PE salienta a reacção positiva da comunidade internacional e insta o Banco Mundial e o *Asian Development Bank* a responderem com a máxima urgência aos pedidos de empréstimo formulados pelo governo indiano para a reconstrução da região. A resolução convida as autoridades indianas a agirem penalmente contra os responsáveis pela má construção dos imóveis, que fizeram agravar as consequências do sismo, e a adoptarem legislação adequada na matéria. Recorde-se que em consequência do sismo cerca de 1,2 milhões de pessoas perderam o lar e encontram-se actualmente deslocadas no país.

Direitos de autor na rede

A nova directiva sobre os direitos de autor na sociedade da informação, aprovada pelo Parlamento Europeu, define algumas excepções às regras habituais, nomeadamente a possibilidade de copiar obras a título privado. Os deputados votaram também uma emenda que estreita a definição de cópia privada, agora considerada como uma «reprodução em qualquer suporte para utilização privada com fins, directa ou indirectamente, não comerciais». O objectivo da directiva é estender a legislação já existente sobre direitos de autor à área das novas tecnologias da comunicação, nomeadamente à Internet, por forma a assegurar uma protecção jurídica nos domínios do direito da reprodução, comunicação ao público e distribuição. Actualmente, quase todos os CD, filmes ou livros são acessíveis através das novas tecnologias digitais, podendo ser copiados sem controlo e sem que nenhum direito seja pago aos seus autores. Os deputados do PCP reconhecem alguma evolução positiva, mas lamentam que não tenham sido aprovadas algumas propostas apresentadas pelo Grupo da Esquerda Unitária que visavam reforçar os direitos dos autores.

Banco Mundial afirma que a degradação de solos afecta mais severamente os países pobres

Modelo agrícola esgota recursos

Nos últimos 36 anos, a quantidade de alimentos produzidos por pessoa aumentou 24 por cento, mas muitas centenas de milhões de pessoas continuam a não beneficiar deste desenvolvimento.

O incremento da produção *per capita* de alimentos verificou-se entre 1961 e 1997, apesar de no mesmo período a população mundial ter sofrido um aumento de 89 por cento. A produção da lavoura praticamente duplicou, a população de gado triplicou e as melhorias na produtividade agrícola fizeram com que o preço dos alimentos caísse 40 por cento, em termos reais, segundo o Instituto Internacional de Investigação da Política Alimentar (IFPRI) e o Instituto dos Recursos Mundiais (WRI) — duas organizações do grupo Banco Mundial.

Os autores do estudo, citados pela Agência Lusa, observam que estes resultados representaram «uma significativa melhoria no bem-estar humano», mas avisam que «os benefícios de mais e mais barata alimentação estão ainda aquém do alcance de cerca de 790 milhões das mais pobres pessoas». A investigação conclui, por outro lado, que os métodos de produção até agora utilizados degradaram os solos, corromperam aquíferos, poluíram águas e causaram o desaparecimento de espécies animais e vegetais, pondo desta forma em risco a alimentação de uma população que deverá crescer 25 por cento nos próximos 20 anos e atingir os 7,5 mil milhões de pessoas. «A degradação dos solos reduziu

dramaticamente a produtividade das colheitas, com consequências severas para os países mais pobres e densamente povoados», alerta o relatório.

A agricultura consome 70 por cento da água potável

Deste modo será difícil manter a taxa de crescimento da produção de alimentos registada nos dois últimos terços do século passado, em que foi sempre muito superior à taxa de crescimento da população. O problema é que nos últimos anos já se observou um abrandamento preocupante. Por exemplo, entre 1975 e 1995, o crescimento do rendimento do hectare de cereal estagnou em sete regiões responsáveis pela produção de cerca de 80 por cento dos cereais do mundo.

Combater práticas insustentáveis

Entre 1700 e 1950, a área ocupada pela agricultura (excluindo pastos) quintuplicou para 1,2 mil milhões de hectares à custa, especialmente, da floresta. Actualmente, a área ocupada pela lavoura ocupará 1,5 mil milhões de hectares. Os pastos ocupavam cerca de 3,4 mil milhões de hectares de terreno, em meados da década passada.

O estudo refere também que entre 20 e 30 por cento das áreas de florestas foram convertidos para agricultura, o que provocou grandes per-

das de *habitats* e espécies. Além disso, a agricultura consome 70 por cento da água potável e a irrigação drena mais água do aquela que é restituída pela chuva. O uso excessivo de fertilizantes e pesticidas é ainda responsável pela poluição de muitas fontes.

Compreende-se pois o apelo do director-geral do IFPRI, Per Pinstrup-Anderson: «Temos de parar de tirar nutrientes do solo a um ritmo superior ao que os substituímos. Temos de deixar de delapidar os recursos

hídricos mais rapidamente do que eles se podem constituir.»

O desafio, agora, é «encontrar forma de aumentar a produção de alimentos para sustentar a crescente população nos países em desenvolvimento», mas «sem grandes aumentos de área de terra cultivada e sem recorrer a práticas de lavoura insustentáveis», disse o vice-presidente do Banco Mundial e presidente do Grupo Consultivo para Investigação da Agricultura Internacional, Ian Johnson.



O mau uso dos recursos põe em risco a alimentação da população mundial

Fundos estruturais dividem os Quinze

O Tratado de Nice, que será assinado no próximo dia 26, vai ser acompanhado de duas declarações contraditórias sobre a duração do próximo pacote de fundos estruturais. Numa delas, subscrita por Portugal, Espanha e Grécia, o período de programação das próximas ajudas ao desenvolvimento das regiões menos prósperas da União é fixado em sete anos, a partir de 2007.

Na outra, apoiada por Alemanha, Holanda, Áustria e Dinamarca, alguns dos estados-membros que mais contribuem

para o orçamento comunitário, omite-se deliberadamente qualquer referência à duração de futuros fundos a destinar aos actuais países pobres da UE.

As actuais Perspectivas Financeiras comunitárias vigoram desde 2000 e até 2006 (sete anos) e foram adoptadas por unanimidade, regra que em princípio se manterá para a adopção das próximas, relativas ao período 2007-2013. Recorde-se que Perspectivas Financeiras definem os montantes a atribuir às diferentes políticas comunitárias, nomeada-

mente à regional, de que dependem os fundos estruturais de que Portugal tem beneficiado desde a adesão em 1986.

No entanto, o Tratado de Nice estipula que o próximo pacote orçamental plurianual da UE será o último a requerer a unanimidade dos Estados membros, passando os seguintes a ser aprovados por maioria qualificada, o que significa que Portugal ou qualquer outro país, por si só, deixará de poder bloquear a sua adopção.

Com a declaração a anexar ao Tratado, Portugal, Espa-

nha e Grécia pretendem que a duração dos próximos fundos seja idêntica à actual, isto é de sete anos. Os três países afirmam que o seu acordo à passagem para a maioria qualificada, foi dado no pressuposto de que as Perspectivas Financeiras aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2007 teriam uma duração idêntica à das actuais.

Refira-se por último que os estados-membros podem juntar aos Tratados as declarações que entenderem, embora as mesmas careçam de qualquer vínculo jurídico.

Integrar imigrantes

O Parlamento Europeu chumbou uma proposta de directiva sobre imigração clandestina, pronunciando-se igualmente contra a decisão — quadro relativa ao reforço do quadro penal para a repressão à entrada e à permanência irregulares no território comunitário. Apesar de chumbadas pelo órgão representativo dos cidadãos da UE, estas duas iniciativas apresentadas pela França, podem ainda ser aprovadas pelo Conselho. Na sua declaração de voto, o deputado do PCP, Joaquim Miranda, considerou que entre as razões da imigração clandestina estão, por um lado, a «fuga às difíceis situações que se vivem em muitos países» e a «procura de melhores condições de vida» e, por outro, a «construção de uma Europa-fortaleza que dificulta cada vez mais o acesso de cidadãos de países terceiros ao território dos estados-membros. Joaquim Miranda sublinhou ainda que «os principais infractores da imigração clandestina são aqueles que dela retiram benefícios económicos e pecuniários», concordando por isso com «o estabelecimento de um quadro punitivo, suficientemente dissuasor, que penalize não só passadores e traficantes de seres humanos mas também os empregadores que se aproveitam desta situação». Tais medidas, sublinhou, «terão de ser acompanhadas por uma efectiva fiscalização no terreno e de medidas que visem uma integração efectiva destes trabalhadores garantindo-lhes direitos e condições sociais, e não, como vem acontecendo crescentemente, a expulsão expedita dos cidadãos encontrados em situação irregular».

Mantém-se moratória OGM

Os deputados europeus aprovaram por larga maioria uma directiva que reforça a legislação sobre a comercialização de novos organismos geneticamente modificados (OGM). O texto prevê a realização de registos públicos sobre a localização destes organismos e introduz exigências em matéria de etiquetagem e identificação. Estipula igualmente que a Comissão apresente, ainda em 2001, uma proposta de directiva relacionada com a responsabilidade ambiental, que abranja os efeitos dos OGM, e aponta a proibição dos marcadores de resistência aos antibióticos nos OGM a partir de 2004. A nova lei, que substitui uma directiva votada em 1990, não levanta a moratória em vigor sobre as autorizações de OGM, aspecto que foi salientado por Ilda Figueiredo, segundo a qual a moratória aos OGM deverá manter-se pelo menos durante todo o processo de elaboração e aprovação da legislação adequada.

Inundações em Portugal Parlamento solicita apoio excepcional

Por iniciativa conjunta de todos os deputados portugueses, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que solicita à Comissão Europeia a atribuição de um apoio financeiro excepcional para ajudar as populações afectadas.

O texto expressa os seus pésames às famílias das vítimas e manifesta a sua solidariedade para com os desalojados e os que perderam os seus haveres, em particular nas bacias do Douro, do Mondego e do Tejo, enaltecendo ainda o esforço das entidades portuguesas envolvidas nos socorros.

Recordando que a Comissão Europeia já manifestou a sua vontade de se empenhar num «apoio adequado para fazer face aos problemas sociais e económicos decorrentes da destruição», os eurodeputados solicitam a atribuição de verbas excepcionais «para complementar os meios postos ao dispor pelas entidades portuguesas, a fim de responder às necessidades urgentes das populações mais afectadas, à reconstrução das infra-estruturas destruídas e à recuperação das actividades económicas».

Finalmente, o PE chama a atenção dos Estados-Mem-

bro para «a necessidade cada vez mais premente de inverter a actual destruição dos ecossistemas, de empreender um saneamento a longo prazo do meio ambiente, incluindo o dos rios e respectivos leitos, e dos sistemas de rega, diques e barragens».

A deputada, do PCP, Ilda Figueiredo lembrou na sua intervenção que «Portugal tem dos mais baixos níveis do PIB (produto interno bruto) por habitante da União Europeia e a estimativa que a Comissão apresenta no segundo relatório sobre a coesão económica e social revela que no ano passado terá havido mesmo um afastamento da convergência real que se verificava desde 1991».

Neste sentido, Ilda Figueiredo considerou «fundamental que haja uma ajuda excepcional por parte da UE», sublinhando que «não basta permitir uma reafecção de verbas já previstas. É essencial um apoio excepcional».

Missão de estudo

Em resposta às preocupações do Parlamento, o Comissário Pedro Solbes informou que, em 31 de Janeiro (quatro dias após os acontecimentos), a Comissão disponibilizou uma primeira ajuda de emergência de três milhões de euros (cerca de 600 mil contos), tendo sido também enviados para o nosso país roupas, medicamentos, tendas e outros produtos de primeira necessidade. Uma segunda ajuda, no valor de 10 milhões de euros (dois milhões de contos), deverá ser facultada logo que estejam avaliadas as necessidades. Com este fim a Comissão vai enviar uma missão de estudo para determinar quais as medidas necessárias a tomar pela UE em coordenação com outros organismos internacionais.

Recorde-se ainda que já anteriormente, a Comissão mostrou-se disponível para proceder a uma reorientação dos fundos estruturais, e propôs-se reflectir sobre a programação de certos fundos, como o fundo INTERREG, destinado a apoiar as catástrofes naturais. A Comissão manifestou-se igualmente disponível para ponderar os projectos que Portugal queira apresentar, na medida das suas possibilidades orçamentais.

Não basta permitir uma reafecção de verbas já previstas

ender um saneamento a longo prazo do meio ambiente, incluindo o dos rios e respectivos leitos, e dos sistemas de rega, diques e barragens».

A deputada, do PCP, Ilda Figueiredo lembrou na sua intervenção que «Portugal tem dos mais baixos níveis do PIB (produto interno bruto) por habitante da União Europeia e a estimativa que a Comissão apresenta no segundo relatório sobre a coesão económica e social revela que no ano passado terá havido mesmo um afastamento da convergência real que se verificava desde 1991».

Neste sentido, Ilda Figueiredo considerou «fundamental que haja uma ajuda excepcional por parte da UE», sublinhando que «não basta permitir uma reafecção de verbas já previstas. É essencial um apoio excepcional».

Macau

Não há razões para desconfiança

A deputada comunista Ilda Figueiredo apoiou as propostas e iniciativas que visam aprofundar as relações amistosas entre a União Europeia e Macau após a sua integração na República Popular da China. Intervindo no debate sobre o relatório do eurodeputado socialista, Mário Soares, a deputada do PCP con-

siderou que «há actualmente todas as condições para que se intensifiquem relações económicas e culturais, numa base de cooperação e benefício mútuo, (...) nomeadamente através da Região Administrativa Especial de Macau».

No entanto, e sem que tal tenha impedido o voto favo-

rável no relatório, Ilda Figueiredo fez questão de criticar os aspectos nele contidos que «parecem revelar alguma desconfiança, designadamente no que se refere ao cumprimento de acordos, por considerarmos que a realidade demonstra não existirem razões para tal».

Estes sinais de «desconfiança» foram visíveis na intervenção de Mário Soares que durante a apresentação do relatório apelou à União Europeia para que «não se desinteresse por Macau» porque o futuro do território nos próximos 50 anos dependerá em grande medida «da vigilância» dos Quinze relativamente ao processo de transição em curso.

Todavia, Soares, que insistiu no envio de um representante permanente da UE para o território, reconheceu que o primeiro ano de Macau sob administração chinesa decorreu de uma forma «pacífica e consensual».

O presente e o futuro

● Ilda Figueiredo

Tudo leva a crer que Portugal entrou em contraciclo com a União Europeia, apesar de ainda continuarmos a receber os apoios dos fundos comunitários. No 2.º relatório sobre a coesão económica e social que a Comissão Europeia publicou recentemente prevê-se que, em 2000, Portugal se tenha afastado da convergência real verificada desde 1991. O PIB português por habitante, em 2000, terá representado apenas 75,3% da média comunitária, enquanto em 1999 estava em 76,1%. O último ano em que se tinha verificado uma divergência foi em 1990. De qualquer modo, é preciso ter em conta que esta situação de crescimento mais baixo, é, igualmente, acompanhada da manutenção de elevadas divergências regionais, tendo-se registado mesmo um aumento dessas disparidades ao passar de 13,3 p.p. em 1996 para 14,2 p.p. em 1998, tendência que, aliás, é comunitária. É particularmente grave a informação relativa ao investimento. Portugal é o país da União Europeia com menor percentagem de investimento relativamente ao PIB. E mesmo quando comparado com os países candidatos, verifica-se que só a Bulgária tem uma percentagem menor que Portugal.

Falta de investimento e baixos salários

Ora, esta situação torna claro que não é a manutenção de uma política de baixos salários que constitui um incentivo ao investimento. Pelo contrário. Enquanto os empresários puderem recorrer a uma mão-de-obra barata, mantêm ganhos elevados com baixos investimentos produtivos e podem continuar a retirar para o

aumento dos seus bens pessoais (quintas, carros caros, etc.) os lucros das empresas que deviam investir para aumentar a produtividade, mas que não investem, porque continuam a manter a competitividade assente nos baixos salários.

Daí que Portugal mantenha a menor produtividade da União Europeia em todos os sectores económicos. De acordo com os dados da Comissão, a produtividade portuguesa representava apenas 44% da média comunitária em 1998. Até a Grécia já ia em 58% da média da União Europeia, a Espanha em 75% e a Irlanda com 109% demonstra que a aposta na educação e formação está a dar os seus resultados. E, assim, com a política de baixos salários, a manutenção de níveis mínimos na educação e na formação, sem um forte investimento público e privado e uma situação de pobreza que atinge cerca de 24% dos portugueses, continua-se a hipotecar o futuro, como o demonstram todas as estatísticas comparativas da União Europeia. É tempo de inverter a caminhada. É preciso dar toda a prioridade a uma redistribuição mais justa do rendimento nacional, à melhoria significativa dos rendimentos dos trabalhadores, à aplicação criteriosa dos fundos comunitários na melhoria significativa e urgente das condições de trabalho e de vida, seja na educação pública, formação de qualidade e cultura, seja também na habitação e urbanismo e na efectiva modernização das pequenas e médias empresas, bases essenciais para o aumento da produtividade e de uma competitividade assente na qualidade e não nos salários mais baixos da União Europeia. Só assim caminharemos para a convergência comunitária e para a coesão económica e social.



Melhorar acesso a deficientes

Os veículos de transporte de passageiros vão passar a ter de respeitar novas disposições especiais destinadas a garantir um melhor acesso por parte das pessoas com mobilidade reduzida. O respectivo relatório do PE alarga a noção de «pessoas de mobilidade reduzida», incluindo não apenas os idosos e os deficientes, como propõe o Conselho, mas, de um modo geral, todas as pessoas que têm dificuldades na utilização dos transportes públicos.

Segundo a deputada Ilda Figueiredo, a posição aprovada «contempla parte significativa das reivindicações das associações de pessoas com deficiência, eliminando derrogações e estabelecendo princípios a cumprir para garantir maior acessibilidade às pessoas com deficiência».

Violência no Kosovo

Dez pessoas morreram, segundo um balanço ainda provisório, no atentado à bomba ocorrido sexta-feira contra uma coluna de autocarros que transportava civis sérvios no Kosovo, anunciou esta semana a porta-voz das Nações Unidas, Susan Manuel.

A bomba, num total de 100 quilos de explosivos, destruiu totalmente o autocarro que transportava os civis sérvios sob escolta de blindados da KFOR. Horas depois outros quatro sérvios morreram no sul do Kosovo quando outro autocarro foi alvejado por desconhecidos.

Um outro veículo, também escoltado pela KFOR, foi antontem alvo de atiradores não-identificados, que causaram um morto e três feridos.

O ministro dos Negócios Estrangeiros jugoslavo, Goran Slivanovic, exigiu à NATO e à Força Multinacional de Paz (KFOR) «medidas eficazes e concretas» para pôr fim ao aumento da violência no Kosovo.

ONU preocupada com Afeganistão

Um representante das Nações Unidas no Afeganistão alertou na passada semana para o agravamento da crise humanitária do país, na sequência dos recentes combates no Estado de Bamiyan, no centro do país. António Donini, coordenador-adjunto da ONU para o Afeganistão, indicou que 500 mil pessoas em situação de urgência poderão juntar-se a outras 500 mil, já reagrupadas nos campos de refugiados. Entretanto, mais de 320 civis foram mortos, nos últimos 9 meses, pelas milícias Talibã que governam o país, revelou o relatório do observatório dos Direitos Humanos (ODH). O documento responsabiliza os Talibã de terem assassinado cerca de 300 hazaras, na povoação de Yakaolang, que se opõe aos Talibã (sumitas), desde que estes assumiram o poder em 1994.

Acordo de paz no Congo

Os chefes tribais das etnias Lendu e Hema assinaram um acordo de paz para pôr fim aos confrontos entre as duas comunidades, que nos últimos meses causaram centenas de mortos e obrigaram à deslocação de milhares de pessoas. Emissoras de rádio congoleas noticiaram esta semana a assinatura do acordo citando Jean Pierre Bemba, líder rebelde da Frente de Libertação Congoleza (FLC), apoiada pelo Uganda e que controla a zona de Bunia, epicentro dos confrontos armados que só em Janeiro se saldaram em mais de 200 mortos. As duas comunidades envolvem-se periodicamente em conflitos, originados sobretudo pela disputa de quintas de plantação de café e chá e de criação de gado, que constituem a base da economia local.

Como seria de esperar, Bush encontrou em Tony Blair um aliado entusiasta e incondicional para a sua política de agressão

Bombas sobre Bagdad

Norte-americanos e britânicos atacaram Bagdad sexta-feira passada. Cinco mortos e trinta feridos é o primeiro balanço da nova escalada de tensão no Golfo.

O bombardeamento à capital iraquiana, levado a cabo sem informação prévia aos países membros da NATO nem do Conselho de Segurança da ONU, causou um mal-estar generalizado na cena política internacional.

Na Europa, as reacções mais fortes de condenação foram as da França e da Rús-

sia, em manifesto contraste com o silêncio cúmplice de alguns países ou as declarações particularmente cautelosas de outros, como a Espanha e a Alemanha.

Para o governo francês, o ataque não teve uma justificação clara e apenas servirá para tornar ainda mais difícil a resolução do problema

Danos colaterais

Curiosas são as reacções que o ataque a Bagdad suscitou na imprensa alemã.

O especialista em questões militares e da NATO, Rainer Rupp, salienta num comentário no diário *Junge Welt* que, «como já era esperado, [este governo americano] decidiu-se pelos “danos colaterais”. Quando está em jogo uma política de poder não é difícil aos “Führer” dos valores ocidentais decidirem-se pelos bombardeamentos “humanitários”». «Precisamente nos últimos dias constatou-se mais uma vez como, perante o esbanjamento do mundo ocidental, se tornava importante atar à garganta do Iraque o laço do estrangulamento “humanitário”. O jornal da Wall Street tinha anunciado na quinta-feira passada um relatório do Instituto de Estudos Internacionais e Estratégicos de Washington onde se descreve o consumo de petróleo no mundo ocidental nos próximos vinte anos como alarmante. Ali defende-se que estados como o Irão, Líbia e Iraque devem ser convencidos a aumentarem a exploração das suas reservas petrolíferas... Como mostram os exemplos da Arábia Saudita, do Koweit ou da Turquia, para os EUA não se trata de instaurar a democracia na região ou de combater o ditador Hussein, mas de implantar um regime de mario-netas que execute aquilo que Washington deseja.»

Também o jornal do mundo da finança de Düsseldorf, *Handelsblatt*, de 8 de Fevereiro (uma semana antes do ataque), se referia ao nervosismo dos mercados do petróleo e constatava o seguinte: «também o Iraque (...) provoca insegurança. Os mercados esperam por um sinal claro do presidente Bush».

Dado o «sinal», o chanceler Schroeder, em vez de condenar o acto de terrorismo, acobardou-se perante o governo americano, limitando-se a manifestar a sua inquietação não pelas vítimas, não pela violação do direito internacional, mas pela reacção do mundo árabe.

Já o *Neues Deutschland* lembra que, segundo dados da UNICEF, «já morreram desde o início das sanções contra o Iraque 500 000 crianças, de um total de um milhão e 300 mil pessoas, em consequência do embargo».

ONU não sancionou zonas de exclusão aérea

Em Abril de 1991, um mês depois do Iraque ter assinado a sua rendição, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 688 que, a pretexto de «proteger» os curdos iraquianos, serviu de base para legitimar a «ingerência humanitária» no norte do Iraque.

Considerando a medida insuficiente, os governos de Washington, Londres e Paris decidiram, à revelia das Nações Unidas, decretar uma zona de exclusão aérea ao norte do paralelo 36.

Um ano depois, em Agosto de 1992, os mesmos três países decretaram, uma vez mais sem a caução da ONU, nova zona de exclusão aérea ao sul do paralelo 32, alegando desta vez a necessidade de «proteger» a população xiita. Em 1996, a zona de interdi-

ção foi alargada até ao paralelo 33, a poucas dezenas de quilómetros a sul de Bagdad. A França não participou no alargamento.

As duas zonas, que os iraquianos estão proibidos de sobrevoar, mesmo com helicópteros, abarcam mais de metade do território do país. Segundo as regras impostas pelos EUA, toda e qualquer actividade da defesa antiaérea do Iraque nas referidas zonas é considerada uma agressão, estando os pilotos aliados que as sobrevoam permanentemente autorizados a disparar.

A França começou a distanciar-se desta política de ocupação do Iraque em 1996, tendo deixado de fazer patrulhas nas zonas de exclusão aérea desde 1998.

iraquiano, sobretudo tendo em conta que para os dias 26 e 27 de Fevereiro estão agendadas negociações para o recomeço das inspecções da ONU ao armamento iraquiano. Um comunicado distribuído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês refere claramente

Bombardeamentos são uma violação do direito internacional

a «incompreensão» e o «mal-estar» da França com os «repetidos ataques aéreos efectuados pelas aviações norte-americana e britânica». Em sintonia com a posição oficial, um editorial de *Le Monde* pergunta mesmo se o objectivo destes ataques

A força em vez do diálogo

Os russos, por seu turno, consideraram que os bombar-

deamentos foram «uma acção não provocada», que demonstra que tanto os EUA como a Grã-Bretanha «continuam a apostar na força

nas relações com Bagdad», em vez de procurarem uma solução política para a «situação criada em torno do Iraque». Para o Kremlin, a presente «linha de acção contradiz a Carta da ONU e outras normas do direito internacional, e agrava a já explosiva situação no Médio

mas civis, o governo de Ancara garantiu que a base aérea do sul do país onde se encontram aviões norte-americanos não foi usada para esta agressão. A Turquia, tal como a França, defende hoje o levantamento das sanções ao Iraque.

A China manifestou-se igualmente contra este ataque, que na sua óptica veio prejudicar os esforços da comunidade internacional para resolver os diferendos com Bagdad.

Idênticas posições foram tomadas pela Síria, Índia, Paquistão, Malásia, Coreia do Sul, Vietname, Iémen, Egipto e Cuba, entre outros, sublinhando o facto de os bombardeamentos constituírem uma



Dez anos depois da Guerra do Golfo, os EUA e a Grã-Bretanha continuam a bombardear o Iraque

não será provocar Saddam Hussein de forma a levá-lo a tomar uma atitude que justifique uma agressão de grande envergadura que permita terminar o «trabalho» iniciado pelo antigo presidente George Bush.

Oriente e na zona do Golfo Pérsico». Considerando não ser inocente o facto de os ataques se terem verificado nas vésperas do reatamento do diálogo na ONU para desbloquear a situação no Iraque», os russos acusam os EUA de «desafiarem a segurança internacional e toda a comunidade mundial».

Também a Turquia, que desde Janeiro tem um embaixador em Bagdad, considerou o ataque ao Iraque «muito grave». Deplorando as víti-

«clara violação» do direito internacional.

Surdos a todas as críticas, Bush e Blair prometem mais bombardeamentos ao Iraque. Os objectivos tomam-se mais claros quando se constata que, antes do ataque a Bagdad, o Departamento de Estado norte-americano recebeu Ahmed Chalabi, dirigente do Congresso Nacional Iraquiano, a quem entregou mais de 30 milhões de dólares para incentivar revoltas contra Saddam Hussein.

PCP condena agressão

Em nota divulgada pelo seu Gabinete de Imprensa, o PCP «condena firmemente os bombardeamentos» ao Iraque, considerando que o novo atentado contra Bagdad «constituiu uma afirmação inquietante do curso militarista agressivo que a nova administração norte-americana pretende imprimir à política externa dos EUA».

O PCP chama a atenção para a «explosiva situação no Médio Oriente» que «o governo de Ariel Sharon se propõe intensificar e que a agressão imperialista no Iraque tende a agravar», e reclama «do governo português uma inequívoca condenação da agressão ao Iraque». A nota apela ainda «à continuação da solidariedade para com o povo palestino, o povo iraquiano e demais povos árabes vítimas da agressão sionista e imperialista.»

Colômbia

Pastrana contra narcotráfico

O presidente Andrés Pastrana ordenou o «uso da força» para remover cerca de 13 000 camponeses que bloquearam as estradas do centro da Colômbia.

O presidente da Colômbia, Andrés Pastrana, reagiu esta semana às ameaças de Carlos Castaño, chefe dos grupos paramilitares, e ordenou às forças armadas para desbloquearem as estradas bloqueadas pelos camponeses, no sul da Colômbia.

O chefe de Estado reiterou ainda que está comprovado a infiltração do narcotráfico e dos paramilitares nos movimentos camponeses, e assegurou que não irá permitir que um grupo armado paralise o país.

«O paramilitarismo e o narcotráfico uniram-se para bloquear a zona, o governo irá actuar de forma clara e directa com o intuito de evitar a sua acção», afirmou Pastrana, considerando que o narcotráfico é o maior perturbador da Colômbia e o grande financiador das manifestações que se realizam um pouco por todo o país, contra o diálogo com as guerrilhas na região.

«Chegou o tempo da colheita da coca. Só num dia conseguimos destruir 80 laboratórios, o que demonstra a clara presença do narcotráfico na região», sublinhou Pastrana.

«Tem agora última oportunidade para se retirarem. Vamos desobstruir as estradas mediante o uso racional e democrático das forças armadas», advertiu o ministro do Interior, Humberto de la Calle.

A denúncia feita por Pastrana de que os paramilitares e narcotraficantes estão por detrás dos protestos dos camponeses provocou de imediato consequências, Carlos Castaño, chefe dos paramilitares, enviou uma carta aberta ao chefe de Estado.

Castaño advertiu o presidente que é uma «obrigação» da sua organização impedir que os governos actuem de maneira irresponsável na condução do país e criticou a situação que se vive no sul da Colômbia. «Esta desacertada qualificação fere a dignidade de dezenas de milhares de camponeses que reclamam a protecção das forças armadas. Não é assim que se deve deslegitimar um protesto camponês», afirma Castaño.

O chefe dos paramilitares admitiu pela primeira vez

que a sua organização é financiada com o tráfico de cocaína: «Nunca negámos que temos arrebatado esta fonte de rendimentos para o sustento das nossas tropas na região.»

O governo colombiano já iniciou uma operação de destruição do cultivo da droga na zona que Pastrana quer entregar a um grupo guerrilheiro para promover o processo de paz.

Segundo os organismos de segurança, nesta região existem mais de 30 000 hectares de coca.

Para evitar que a costa atlântica permaneça isolada do resto da nação o governo obteve a autorização da Venezuela para abrir um corredor que permita utilizar as estradas do país vizinho entre Cúcuta e Paranguanchón.

Os empresários estão preocupados com os protestos. Centenas de camiões que transportavam produtos agropecuários e combustíveis não puderam sair do país.

Segundo os habitantes do sul da Bolívia, na região podem existir mais de 15 000 hectares com coca. Outros afirmam que 80 por cento da economia de São Pablo (Bolívia) é graças ao cultivo e comércio da coca.

Os líderes dos protestos camponeses assinalaram que nos próximos dias poderão ocorrer vários confrontos na região.

Diálogo para a paz

O presidente constitucional da Colômbia, Andrés Pastrana, e o líder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), Manuel Marulanda, também conhecido como «Tirofijo», subscreveram na passada semana um acordo de 12 pontos que fixam uma aparentemente base sólida para conseguir a paz neste conturbado país sul-americano.

A cimeira visava reencaminhar o deteriorado processo de paz, suspenso unilateralmente pela principal guerrilha colombiana desde 14 de Novembro passado.

Os emissários do poder e as FARC retomaram as conversações a 14 de Fevereiro, para debater a possibilidade de um cessar-

-fogo», garantiu Camilo Gomez, Alto Comissário para a paz.

Um «acordo humanitário» para a troca de prisioneiros doentes, tanto do lado da guerrilha como dos militares e polícias, foi também assinado pelas duas partes.

Lamentavelmente, o pessimismo face a esta cimeira é justificado, num país em que a violência política já matou mais de 120 000 pessoas só nos últimos 40 anos.

O diálogo é absolutamente necessário, pois o sinistro mundo da droga absorve as estruturas do desintegrado Estado colombiano, assim como as guerrilhas e os paramilitares.

Parece evidente que a cocaína não só mata as pessoas como também o país.

● Miguel Urbano Rodrigues

Bagdad: o crime como rotina

Comentando o último bombardeamento do Iraque, George W. Bush informou tratar-se apenas de «uma operação de rotina».

O tom do presidente dos EUA era, segundo os *media*, monocórdico, levemente enfatiado.

O saldo da agressão foi de cinco mortos (três crianças) e 30 feridos. Pouca coisa para um prólogo, pois estas bombas foram as primeiras lançadas pela USAF no mandato do novo presidente dos EUA.

É esse pormenor que chama a atenção. A escolha do Iraque não terá sido casual. Os actuais secretários de Estado e da Defesa, Colin Powell e Cheney, desempenharam papéis chave na organização da Guerra do Golfo. Ambos parecem empenhados em persuadir o presidente a concluir a obra criminosa iniciada no final da Administração de Bush pai.

os limites da sua Zona fantasma. O bombardeamento do dia 16 de Fevereiro na área de Bagdad colocou a humanidade perante a irracionalidade de uma política que somente encontra precedente como desafio ao Direito Internacional nas agressões tresloucadas do III Reich alemão.

Mais grave, muito mais grave do que as bombas lançadas, é a declaração de Bush sobre o veto dos EUA ao levantamento das sanções que atingem o povo do Iraque.

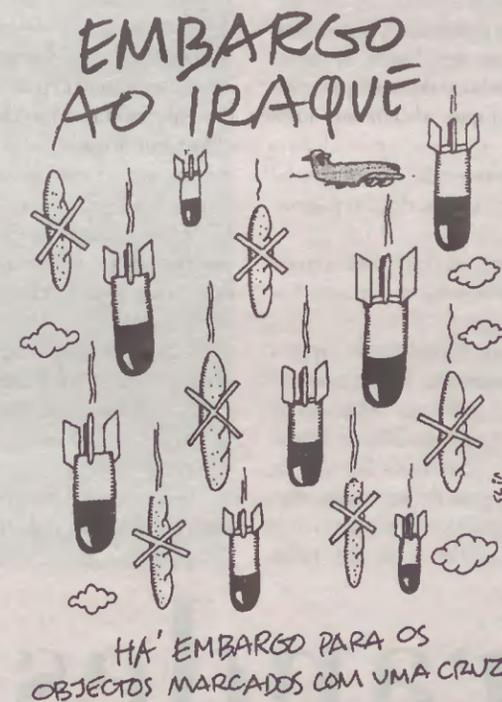
O criminoso exige que o mundo assista, passivo, à agonia da sua vítima. Mais de milhão e meio de iraquianos morreram em consequência das sanções, segundo estimativas divulgadas pela própria imprensa dos EUA. Estamos perante um dos genocídios mais amplos e repugnantes que a História regista.

O sistema de poder que governa os EUA encara hoje o terrorismo de Estado como prática rotineira quando praticado por sua iniciativa.

Essa situação cria uma ameaça mortal para toda a humanidade. E tal evidência não é ainda transparente para centenas de milhões de pessoas. A habituação ao crime tende a embolar a sensibilidade dos povos. É o que está a acontecer.

A condenação generalizada do novo bombardeamento do Iraque é insuficientíssima.

Na Europa muitos intelectuais falam, tímidos, da «dupla moral» de Washington.



De rotina também foi a participação britânica no ataque. Tony Blair cumpre o papel de cão fiel dos EUA, associando-se a todas as iniciativas bélicas do império norte-americano. A «operação de rotina» suscitou desta vez uma vaga de indignação que deu a volta ao mundo. Até aliados tradicionais dos EUA, como a França e a Turquia, condenaram a agressão. No Islão o repúdio foi unânime.

O protesto, de dimensão universal, não foi, contudo, acompanhado de medidas concretas. A condenação moral não se traduziu numa mobilização das consciências capaz de desembocar em acções susceptíveis de conter a onda criminosa.

Essa impotência das nações e dos povos é inquietante. O Estado norte-americano, que se apresenta como o campeão da defesa dos direitos humanos, transforma em rotina a violação dos direitos humanos e do Direito Internacional. A certeza da impunidade funciona como estímulo. A arrogância criminosa é empurrada para novas fronteiras.

A chamada Zona de Exclusão imposta pelos EUA e pela Grã-Bretanha foi uma arbitrariedade desaprovada pelas Nações Unidas. Mas Washington não respeita sequer

A expressão, em vez de clarificar as coisas, confunde os desinformados, isto é, a maioria. A estratégia agressiva de dominação planetária e perpétua do sistema de poder imperial dos EUA é criminosa. A China, a Rússia e a França criticaram o bombardeamento de Bagdad. Mas não há indícios de que pretendam levar longe a sua desaprovção do crime.

Juntos, esses três países, como membros permanentes do Conselho de Segurança, poderiam colocar em minoria os EUA e o Reino Unido. Falta para isso a vontade política. E sobretudo a consciência de que aquilo que está em causa, para além do próprio genocídio iraquiano, é o destino da humanidade.

Admito que nunca, nem na época terrível do Reich hitleriano, a irracionalidade de um sistema de poder imperial configurou um perigo tão angustiante como o actual para a continuidade da vida.

George W. Bush é um homem ignorante e primário, instrumento de uma engrenagem que o transcende e como tal incapaz de avaliar os desdobramentos possíveis de agressões por ele qualificadas de operações de rotina. E eles podem, com o tempo, levar a uma tragédia suprema: a destruição pelo Homem do planeta Terra, que é a sua pátria.



O presidente colombiano, Andrés Pastrana (esquerda), fala ao guerrilheiro Manuel Marulanda

O último livro de Eric Hobsbawm (EH) é uma continuação desambiciosa do anterior, «O Breve Século XX-1914-1990».

EH, que ganhou notoriedade mundial quando integrava o chamado Grupo dos Historiadores Comunistas, afastou-se há 45 anos do Partido Comunista Britânico. O seu olhar sobre a História não é hoje sequer o de um marxista, não obstante reconhecer a enorme importância da herança do marxismo.

Este inglês de adopção (é pela origem um judeu alemão nascido em Alexandria) tornou-se um céptico distanciado das posições revolucionárias que defendeu na juventude. Nem por isso o seu cepticismo deixa de incomodar os teóricos do neoliberalismo. Porquê?

EH não vê futuro para a globalização neoliberal, apresentada como o supremo estágio do capitalismo. Na sua opinião, a sociedade humana é uma estrutura bem sucedida por ser capaz de mudança e assim o presente não pode ser o seu destino final: a História vai prosseguir, embora o seu rumo seja uma incógnita.

Aos 84 anos, EH conserva uma lucidez impressionante. A sua reflexão sobre a História é sempre original. E ensina, mesmo quando dele se discorda (é o meu caso), porque o autor da «Era das Revoluções» acumulou ao longo da vida um conhecimento incomum que foi transformando em cultura profunda.

Mais uma vez aprendi com ele, ao ler «O Novo Século», a extensa entrevista que concedeu ao jornalista italiano Antônio Polito, apresentada num livro já editado em muitos países (*).

A fórmula tem um inconveniente. Para forçar EH a pronunciar-se sobre uma multiplicidade de temas, o entrevistador não lhe permitiu aprofundar alguns dos mais fascinantes. Mas a compensação emerge, dialecticamente, na perspectiva humanista, porque o discurso do historiador torna-se enciclopédico, abrangendo a totalidade da vida e a reflexão sobre o destino do homem num planeta saqueado e agredido por forças e engrenagens de poder por ele geradas.

Obviamente, qualquer tentativa de resenha dedicada a tal livro esclarece muito pouco. Porque em menos de 200 páginas encontramos nele muitos livros.

EH alerta permanentemente o leitor para realidades e situações do nosso tempo que, sendo evidentes, tendem a passar despercebidas.

Recorda, por exemplo, que o fim da bipolaridade, após a desagregação da URSS, multiplicou as guerras. Com a peculiaridade de que hoje um pequeno país pode ser invadido ou bombardeado sem declaração de guerra (Irão, Bósnia, Jugoslávia, etc.). A agressão, violadora de princípios básicos do Direito Internacional, é, segundo as regras do jogo, consumada em defesa dos mais nobres ideais humanos e imposta como tal aos povos através de um sistema mediático controlado pelos

O papel do Estado

A reflexão sobre o papel do Estado faz desse capítulo um dos mais interessantes do livro, até porque, numa retrospectiva sintética ao analisar a função repressiva do Estado como instrumento da classe dominante, EH consegue imprimir com frequência a força do aparentemente novo aquilo que é, afinal, velho.

Para o historiador, o Estado, nas sociedades onde criou raízes sólidas, não tende a desintegrar-se, sequer a ver diminuída a sua capacidade de intervenção. Nos países industrializados, as contradições entre a ambição neoliberal de se colocar acima de qualquer controlo e as estratégias dos estados imperiais não se resolvem através de uma confrontação frontal. Nos EUA, particularmente, a intervenção do Estado em todas as esferas da vida, incluindo a económica, tem aumentado em vez de diminuir.

Apesar do imenso poder das transnacionais, o Estado (seu aliado natural) não abdica do direito de estabelecer as regras do jogo.

EH vem apenas iluminar uma realidade pouco analisada. Basta recordar que um só homem, Alan Greenspan, da Reserva Federal, ao baixar a taxa de juros, colocou recentemente o Estado muito acima do mercado, desencadeando com essa medida efeitos imediatos não apenas no rumo da economia norte-americana, mas em todos os centros financeiros internacionais.

Os paladinos da chamada nova Economia têm, aliás, consciência de limitações importantíssimas do poder do mercado. Sabem, por exemplo, que os trabalhadores europeus e norte-americanos jamais aceitariam salários comparáveis aos da Ásia Oriental, incluindo a China e a Índia. Ao Estado, como intermediário nos conflitos sociais, cabe também desempenhar uma função que os mercados não poderiam assumir. No próprio bloco dos países industrializados, as discrepâncias no tocante às políticas que envolvem a área social são enormes. Na Europa, qualquer tentativa de reduzir determinadas conquistas sociais (reformas, saúde, educação, etc.), tomando como referência os níveis do modelo americano, levaria a explosões de contornos revolucionários.

O historiador pretende sobretudo demonstrar que a transposição plena da globalização neoliberal do terreno da economia para o da política é uma impossibilidade.

Grandes problemas da humanidade no pensamento contraditório de Hobsbawm

gigantes transnacionais. Outra inovação não consciencializada: a diminuição do número de mortes nas guerras do fim do século foi acompanhada de uma maior devastação material e ambiental. Um exemplo: a economia da Sérvia sofreu em poucas semanas destruição maior do que a resultante de toda a Segunda Guerra Mundial. Assistiu-se paralelamente a um agigantamento do papel da iniciativa privada na guerra. Noutro contexto, os exércitos privados, comuns na Idade Média, reaparecem, sobretudo na África, equipados e financiados por transnacionais e potenciais imperialistas. Algumas dessas organizações, ligadas ao narcotráfico (a máfia kosovar, os paramilitares da Colômbia, os Talibã afegãos) contam ou contam com o apoio e a ajuda financeira dos EUA.

EH dedica uma atenção especial à reflexão sobre os EUA como potência hegemónica no início do novo século. Sendo hoje insuspeito de afinidades com qualquer projecto socialista, o historiador (agora quase um neokeynesiano) encara com apreensão o esforço norte-americano para impor ao mundo a sua política. Declara a Polito: «Não consigo citar um só caso em que os Estados Unidos tenham ido à guerra apenas para fazer o bem (...) os EUA nunca consideraram seriamente a possibilidade de ir à guerra com base em princípios e na ética.»

Abordando a temática das «intervenção humanitárias», EH regista que «só houve dois exemplos importantes de intervenção militar que interromperam com êxito crimes contra a humanidade e derrubaram ditadores selvagens. O primeiro foi a invasão do Camboja pelo Vietnã com o objectivo de derrubar o governo de Pol Pot e o outro foi a intervenção da Tanzânia no Uganda quando este país vivia sob o regime de Idi Amin.»

Qual foi a atitude dos EUA no primeiro desses casos? Hobsbawm recorda que muitos anos após o derrubamento de Pol Pot, Washington continuava a apoiar as forças daquele ditador empenhadas em reconquistar o poder.

Contrariando o pessimismo de muitos intelectuais progressistas que encaram a globalização neoliberal como um dragão invencível, o historiador entende que «há um equívoco em considerar que a globalização é incontrolável. Sabemos que pode ser controlada». E demonstra-o. Recorda, aliás, que os organismos internacionais existentes do tipo FMI, Banco Mundial, OMC só existem graças ao consenso de um grupo de estados nacionais.

Ainda sobre o Estado, EH alerta para o facto de que em certas regiões da África e da Ásia situações de anarquia generalizada assinalam a desintegração progressiva de estados que surgiram após a descolonização.

Naturalmente, a História não volta atrás. Hoje parece inimaginável que os britânicos tenham conseguido dominar a Índia durante mais de século e meio com pouco mais de 50 000 homens entre militares e civis. Mas a alternativa ao caos implantado por lutas tribais e de clãs em sociedades onde o neocolonialismo criou as condições para a actual anarquia (Congo, Ruanda, Somália, Serra Leoa, etc.) não se perfila no horizonte imediato. A saída não está certamente na reedição de aventuras neo-imperiais como a da Somália.

A Bósnia, ocupada por 64 000 soldados estrangeiros, é um doloroso mostruário dos resultados do direito de ingerência falsamente humanitário. O Kosovo outro.

EH reflecte sobre as motivações quase sempre negativas que levaram à transformação completa do mapa da própria Europa nos últimos anos. Um processo que teve aliás o seu início muito antes. Mas assusta verificar que hoje existem 33 estados entre a Itália e os Urais. Quando Hobsbawm nasceu, em 1917, eram apenas seis... Passou-se de um extremo a outro...

O desaparecimento da URSS inspira-lhe comentários oportunos. Nos últimos três séculos, «entre a Polónia e o Pacífico



• Miguel Urbano Rodrigues

Israel e o mito do regresso

Comentando o processo de formação dos mitos nacionais, as circunstâncias em que aparecem e são invocados para justificar nacionalismos agressivos, EH dedica uma atenção especial ao caso de Israel.

Pela sua importância e significado transcrevo a seguir, sem comentários, alguns parágrafos dessas páginas.

«O exemplo mais extremo que me ocorre, e que é uma excelente ilustração desse processo, é o caso de Israel. Não há a menor dúvida de que o mito histórico da expulsão da Palestina e o sonho do regresso só foi percebido como programa político no final do século XIX. Na verdade, ele firmou-se independentemente das vicissitudes históricas do povo judeu.

«Durante séculos a volta a Israel não foi sequer colocada como objectivo prático, pois os judeus não achavam que regressariam a Jerusalém antes da vinda do Messias e, evidentemente, eles acreditavam na época, tal como hoje, que o Messias ainda não havia chegado. Na realidade foi apenas em 1967 que, pela primeira vez, houve uma tendência no interior da religião judaica a aceitar o Estado de Israel com base no facto de que as vitórias na Guerra dos Seis Dias eram tão miraculosas que indicariam que estávamos de facto entrando num período em que o Messias estava prestes a chegar. Foram os acontecimentos casuais da história que permitiram à fé ortodoxa aceitar algo que até então havia rejeitado por completo. Na verdade, o judaísmo ortodoxo sempre se opôs frontalmente ao sionismo.

«Seja como for não há hoje como negar a existência de Israel, tal como o sionismo não possui nenhum fundamento histórico. Pelo contrário, é algo que vai bem no sentido oposto ao de toda a história do povo judeu, desde a época do Império Romano até ao final do século XX. A única história que Israel pode usar a fim de justificar a sua existência é uma história de, no mínimo, dois milénios atrás. Tudo o mais que aconteceu nesse intervalo é colocado entre parênteses, pois não justifica a fundação de Israel e as guerras travadas por este Estado. A descoberta de que o Templo estava situado em Jerusalém foi transformada num facto político moderno, como parte do argumento de que a cidade sempre havia sido o centro da religião judaica, e portanto a capital do povo judeu (além disso fazia pouco sentido falar de capitais anteriores ao Império Romano outra questão). E, isso foi usado pelos que se quer justificar a fundação de Israel e a escolha de J capital.»

preensão da história e da condição humana. Até o Papa João Paulo II, ao criticar o rumo do capitalismo, se apercebeu dessa realidade.

EH considera «muito provável que a China se torne uma grande potência, mesmo no aspecto militar. Ela é certamente o único estado que poderia aspirar a competir com os EUA no futuro».

Estabelecendo a contraposição entre a política suicida de Gorbachev e o pragmatismo chinês, o historiador coloca em causa a tese sobre a inevitabilidade do colapso soviético: «Comparando a Rússia e a China vemos que nas duas economias socialistas, pelo menos desde a década de 60, ficou claro que se quisessem continuar a existir elas teriam de introduzir elementos de uma economia de mercado e levar em conta as demandas dos consumidores. (...) Torna-se evidente não só que a China não sofreu nenhum abalo como implementou um processo sistemático de reformas económicas na direcção da economia de mercado. E obteve êxito, a despeito de enormes dificuldades económicas e sociais. Em primeiro lugar, porque o Estado e o partido não abdicaram das suas responsabilidades; eles viram o que ocorreria na URSS e fizeram todo o possível para evitar o mesmo destino.»

EH põe o dedo na questão-chave. Os chineses «tinham perfeita consciência da necessidade de organizar a transição. Ou seja, não se pode simplesmente transferir as partes ineficientes da economia para o mercado. É preciso garantir de algum modo o futuro das grandes empresas estatais e não fechá-las porque não geram lucros».

O entrevistado não emite juízos sobre o rumo político da China. Regista que «a China conseguiu manter o controlo do processo e, por isso, o Estado, bem ou mal, foi capaz de assumir a responsabilidade pelo enfrentamento dos problemas da transição».

Que amanhã?

EH reconhece que «os seres humanos não foram criados para o capitalismo». A consciência dessa realidade não se traduz hoje, entretanto, numa atitude de combate ao sistema. O antigo militante omite-se no tocante à questão fundamental da procura de uma alternativa.

Somente na União Europeia, uma área de riqueza, há no início do século 20 milhões de desempregados, 50 milhões de pobres e 5 milhões de pessoas sem casa.

EH não reflecte seriamente sobre a temática da saída do que afasta. Procura tomar o quadro menos sombrio, admite como inevitável uma redistribuição da riqueza, mas o discurso perde todo o seu poder de convicção quando esboça os desafios que a esquerda enfrenta no limiar do milénio. Aquilo a que chama esquerda é a social-democracia, cúmplice assumida da globalização neoliberal. A verdadeira esquerda, aquela que rejeita o sistema e se bate pela transformação e humanização da vida, essa é ignorada por Hobsbawm.

Não é surpreendente que o capítulo sobre a «Esquerda» e a «Nova Esquerda» seja o menos atraente do livro, para não dizer o pior. A análise, as interpretações, as conclusões, tudo nessas páginas é inconvincente. O pessimismo do autor aparece bem expresso na afirmação absurda de que o Papa seria hoje «a única pessoa de relevância global a condenar o capitalismo».

Nem por isso livro de Eric Hobsbawm deixa de ser uma obra de leitura obrigatória para os estudiosos de ciências políticas e todos quantos acompanham o debate de ideias no nosso martirizado planeta.

(*) Todas as citações de Hobsbawm foram extraídas da edição brasileira de «O Novo Século», Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

• Rui
Fernandes

Defesa Nacional e Forças Armadas O Governo um chefe e a vida

Mais um dirigente associativo está prestes a ser punido. Desta vez trata-se do Presidente da Associação Nacional de Sargentos (ANS). A punição assenta no facto de esse dirigente ter prestado declarações a uma estação televisiva. Importa registar que essas declarações incidiram sobre matéria socioprofissional e o dirigente associativo trajava à civil.

O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) considerou que tal choca com as limitações impostas pelo artigo 31 da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas e pumba – processo. Mais um para a sala de troféus de todos quantos não têm tido a coragem e a vontade política para alterar aquilo que a vida já deitou por terra. O 31 continua assim a cumprir o seu dever – amordagar! Punir!

Mas não são percalços de conjuntura que alteram o essencial: o 31 é um artigo derrotado e o empenhamento e a tenacidade de todos os militares que ao longo dos anos têm pugnado pela sua alteração saíram vitoriosos. É a vida que o mostra, por muito que tiques autoritários e passadistas apareçam a espreitar. Por isso não vale a pena, no contexto deste artigo, repetir que por toda a Europa a realidade é outra e que o PCP há 12 anos que insiste na alteração do 31, pretensão esta sempre inviabilizada pelo PSD, pelo PP e, com grandes hesitações e contradições, pelo PS. Nem vale a pena, sequer, relembrar posições do actual PR e Cdt. Supremo das Forças Armadas sobre este assunto. Sejam os claros: nesta matéria tudo está claro há muito tempo, incluindo, claro está, a pretensão dos que desejam que o 31 continue a cumprir a sua função – calar, calar e punir. O que é interessante neste caso é de onde vem e o contexto.

Desta vez vem do Gen. Vaz Afonso, nível CEMFA. Ora, a nomeação deste General é reveladora do estado a que chegámos. Tendo o Gen. Alvarenga sido nomeado para CEMGFA e sendo Vaz Afonso Vice-CEMFA, o Governo indicou-o ao PR para ocupar o cargo de Chefe. Sucede que o PR não concordou com a proposta e adiantou outro nome. O Governo não concordou com esse nome. Surge um terceiro nome, mas eis que o próprio não aceita. Impasse. O Governo insiste na sua primeira proposta. O PR aceita, mas impõe que no acto de posse não houvesse discursos. Assim foi! Papéis assinados e ala que se faz tarde. O que fica? Fica que o PR empossou um Chefe que não tem o seu apoio. Fica um Chefe que aceita o cargo nestas condições.

Ora, é este Chefe que agora se esforça em punir o dirigente associativo. Fantástico...

O contexto

Passemos então ao contexto. O ministro da Defesa no início do seu mandato começou por dizer nada ter contra, antes pelo contrário, o associativismo, mas que do Governo não partiria nenhuma iniciativa sobre esta matéria. Esta curiosa posição foi mais tarde sujeita a rectificação e, afinal, o Governo irá ter uma iniciativa sobre o assunto. Mas até agora, nada! Entretanto, em Julho do ano passado, surgem projectos e anteprojectos do RDM e do Código de Justiça Militar que suscitaram fortes reacções das associações militares, bem como de sectores ligados ao sistema judicial. Pelo meio, há a enorme polémica sobre o caso dos Pilotos em que uma das linhas de ataque é a defesa de uma alteração parcial do artigo 31, não nas partes há muito reivindicadas pelos dirigentes associativos mas fazendo do problema eleitoral a questão que nunca foi. De permeio com isto tudo, subsistem todos os problemas por resolver – de carreiras, de desvalorização funcional, de degradação remuneratória, de meios, etc. Aparece o caso do Urânio que, independentemente de outras considerações que aqui não cabem, coloca em evidência dois aspectos: a precariedade de meios e um ministro que em público decide puxar as orelhas aos militares, na sequência de outros puxões, gerando um enorme mal-estar nas fileiras e tornando muito difícil a sua continuidade como ministro. Por outro lado, este episódio revela um CEMGFA que não se ouve, embora o MDN tenha dito o que disse com ele sentado ao lado.

Ora, é neste quadro aparentemente complexo que surge esta iniciativa punitiva (e veremos se outras não vão surgir). Quadro este que tem como grande pano de fundo o facto de qualquer alteração ao artigo 31 só poder ser efectuada na base de um somatório de votos do PS com PSD, já que são precisos $\frac{2}{3}$ dos deputados.

As medidas punitivas em curso, gerando novas ondas de instabilidade e mal-estar nas fileiras, colocam ao MDN e ao Governo PS a questão de decidir entre deixar prosseguir a acção contra o dirigente associativo, cobrindo assim visões antiassociativas ou intervir sustentando tais intentos e dando um sinal claro de que esse não é o caminho. Além do mais, o MDN tem recebido as associações militares e estas à saída das audiências têm proferido declarações com conhecimento do ministro.

A atitude do Governo face a este caso será indicativa do que estará na forja quanto ao pacote legislativo da área dos direitos – art.º 31, RDM e CJM. Será desta que os militares portugueses verão contemplado um modernizado quadro de direitos ou, pelo contrário, os acordos de bastidores PS/PSD não darão mais do que a aparência de mudança, ficando no essencial tudo na mesma?

• José
Neves

Porque as nossas pinturas dispensam as vossas galerias

«Dantes, só se conspirava contra a ordem estabelecida. Hoje, conspirar a favor dela é uma nova profissão em grande desenvolvimento.»

Guy Debord

Deixando para lá o mesquinho que move Portas na questão da criminalização do graffiti, deixando para amanhã o terrorismo que a extrema-direita semeia com a sua proposta, deixando para mais tarde a desconstrução da lenda de grande retórico que aureola Portas, deixando para sempre aquele mural-graffiti com que cresci e que calorosamente saudava a AD de Sá Carneiro e de Amaro da Costa. E aproveitando o idiota para chegar ao sério.

O sério é que à direita ultraconservadora irrita tudo o que envolve os graffiti: irrita-lhe a rua – e, portanto, tudo o que seja cultura de rua – porque ela é esse lugar da gente e do povo. Irritam-lhe as mãos borradas de quem pinta porque essas querem-se limpas ao se servir o café ao senhor. Irrita-lhe que a mocidade portuguesa não vá à missa aos domingos de manhã porque se deita tarde aos sábados à noite. E irrita-lhe que andem por aí pretos e mulatos com passaporte português. Irrita-lhe ainda o uso de palavras não silabadas por Camões e que já inventam línguas mais, tal como lhe irrita que os brancos não saibam o hino mas apenas as farpas de outros raps e, finalmente, irritam-lhe os subúrbios como Amadora ou Chelas em contraponto ao anel de Cascais e de Sintra. No fundo, no fundo, irrita-lhe já (ou ainda?) não poder tão escarrapachada e orgulhosamente dizer o que pode e o que não pode, o que pode ser escrito e o que não pode ser escrito, o que pode ser pintado e o que não pode ser pintado, o que pode ser dito e o que não pode ser dito.

Não lhe irrita a arte propriamente dita. E também não lhe irrita a «cultura» propriamente dita. Pelo contrário, ela até gosta de passear os seus artistas ao fim-de-semana em sardinhas culturais para luvas de sedas brancas (João Botelho). E ela até gosta de ditar as marchas das festas santas. O que lhe faz perder as estribelas democráticas é essa pornografia da arte na rua. O que lhe irrita é essa história da cultura fora de horas e dos passeios sem autorização civil. Ela hoje pode até tolerar os partidos vários, mas não suporta o texto fora dos livros, o desenho fora das molduras, os quadros fora dos apartamentos ou os corpos fora dos trajes que ela em tempos desenhou como tradição para o povo gentinho usar.

Oportunismo

A direita irrita-se, pois, com o desvio à sua norma. E preocupa-se com a agressividade e a revolta expressa – difusa e ambiguamente e esse é outro debate – no graffiti. Não é claramente o *sujar das paredes* em si ou por si que a irrita, caso contrário teríamos visto nos slides mostrados na conferência do PP alguns dos lavreres nazis que persistem na cidade. A sua irritação é, apenas mas já, um sinal de preocupação político-ideológica detonada por oportunismo. À direita irrita-lhe, e isso permite-lhe todos os pesadelos do mundo, a hipótese das imagens do passado se tornarem memória do futuro. Preocupa-lhe que, lá, fora da sua mansão, as praças se voltem a encher de murais como sugeriram as paredes da cidade de Abril.

A irritação da direita nasce na preocupação. No temor que o espaço público se torne novamente espaço político, de reivindicação e de assalto ao poder. No medo que a cidade se democratize e que – à falta dos artistas comprometidos de ontem – os insubmissos e os delinquentes de hoje sujem a arte. A direita portuguesa teme o espírito do tal de Picasso, que em 1945 reclamava: «A pintura não foi feita para decorar apartamentos. É um instrumento para a guerra ofensiva e defensiva contra o inimigo.»

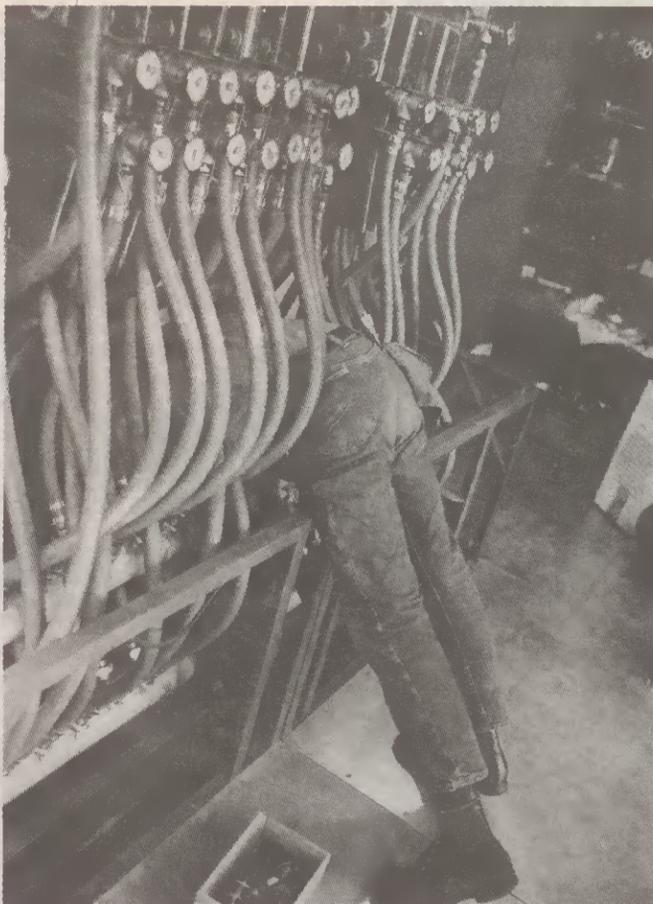
Portas foi oportunista. Oportuna seria a esquerda ao lançar-se, agora, num outro desafio: ver se ainda sabe mexer nos pincéis e poluir suas mãos sem calos com ideias, estipulando uma meta imediata de murais e de graffiti para contribuir para a construção das cidades futuras. Bom ponto inicial seria o Largo do Caldas e, caso o Comissário Portas aparecesse a perguntar, apontando para o mural, quem fez isto?, lembraríamos novamente Picasso no trágico episódio em que, interrogado pelo oficial franquista sobre se tinha sido ele que fizera aquilo (no caso a Guernica), respondeu: «Não. Não fui eu quem fez isto. Foram os senhores.»

Fotografia

• Manuel Augusto Araújo

A fotografia abrange um larguíssimo espectro, desde a mais total banalidade - todos somos fotógrafos, e registamos com maior ou menor intencionalidade acontecimentos e lugares prolongando-os na nossa e na memória de outros, tentando até uma improvável eternidade, ainda que dentro de um pequeno círculo familiar -, ao estatuto de objecto de arte, de arte com aura, que se foi progressivamente distanciando do propósito inicial da fotografia - de registo da realidade que, filtrada pela intencionalidade ideológica, explícita ou implícita, do fotógrafo, naturalmente se transformava numa outra realidade quando fixada num suporte físico - até se extremar na montagem de realidades que constroem verdades falsificadas.

De um ao outro extremo, por detrás de cada fotografia está sempre o olhar do fotógrafo. Olhar pré-definido que escolhe o tema, marca um enquadramento, recorta o jogo de luz e sombras, determina as cores mesmo as do preto e branco, desenha a intersecção dos planos e pode mesmo ser obrigado a esperar o momento imponderável em que tudo se conjuga na perfeição possível, susceptível de se corporizar numa fotografia.



Henri Cartier-Bresson – o olhar fotográfico de um humanista (I)

É este olhar configurado que selecciona a matéria objecto da fotografia e a materializa antes de a registar na película ou, actualmente também em bites, que distingue o olhar fotográfico e que dá identidade ao fotógrafo.

Nos «Europeus» de Henri Cartier-Bresson o que imediatamente sobressai é a unidade e o rigor de um olhar fotográfico ímpar. De um olhar fotográfico que, disseminado por uma grande diversidade de temas, transforma uma aparente trivialidade num momento fascinante e único.

É um olhar que percorre meio século em quase duas centenas e meia de fotografias, feitas no que encontrou por acaso nas deambulações pessoais, e no que planificou procurar por trabalho, nas reportagens que lhe eram encomendadas, sempre com a mesma alegria, com a mesma convicção de esquerda de homem revoltado, com a mesma rapidez maravilhosa que não deixava escapar o momento preciso do «reconhecimento simultâneo, numa fracção de segundo, da significação de um facto, por um lado, e, por outro, de uma organização rigorosa das formas percebidas visualmente que exprimem esse facto».

A pausa

A fotografia de Cartier-Bresson é de uma grande consciência formal. Em quase todas, se não mesmo em todas, os equilíbrios espaciais são determinados pela regra de ouro,

o que o aproxima da pintura, como o aproxima da pintura a plasticidade da luz, os ritmos lineares. É um espaço organizado que imediatamente nos emociona mas logo nos faz saber que, para o pudermos realmente apreciar, nos é exigida uma análise intelectual que nos faça entender o que Cartier-Bresson repetidamente e de diversos modos afirmava: «uma fotografia é para mim o reconhecimento na realidade de um ritmo de superfícies, de linhas de valores». E apesar de, também repetidamente, declarar que não tentava fazer arte, é impossível não deixarmos de encontrar algum paralelismo com a pintura de Ucello ou, sobretudo, Piero della Francesca, na organização dos espaços, no rigor clássico, no uso consciente que fazia da sua Leica.

Fascinante é a complexidade inteligente com que Henri Cartier-Bresson traça um mapa da Europa de 1932 até 1989, onde as últimas duas décadas estão escassamente representadas, embora se possa atribuir algum simbolismo à última fotografia «A pausa entre duas poses de desenho» (1989), em que dois corpos femininos nus, um deles «decapitado», se abandonam com tal lassidão que nos é permitido adivinhar o spleen que envolve aqueles corpos, aquele espaço, e, por que não?, esta Europa.

Alinhada por países, mas sem alinhamento cronológico, fixando alguns acontecimentos históricos marcantes deste século na Europa, mas preferindo a gente anónima e as paisagens, Europeus de Cartier-Bresson é uma extraordinária e imprescindível exposição que se pode ver, até 22 de Março, no Centro Cultural de Belém.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Pessoal e geral

Para mim
não quero nada.
Enfim...
Só uma camisa lavada.

*

O poeta disse, alto e bom som:
vi um cometa.
Ninguém mais vira. Bom,
ou se é ou se não é poeta.

*

Há poemas que não querem ter poesia
há poemas que não querem ter razão
sonham apenas ir um dia
à televisão.

*

Nada. Nada após
o exame ou a prece.
O enigma de nós
permanece.

*

Intelectual. Mente
de iluminado.
Intelectualmente
assalariado.

*

Queres a lua?
Eu dou-ta.
É tua.
Toma nota.

*

Num grão
de poesia
a Revolução
já é dia.

*

Queres que eu mude
pra me teres ao pé.
Não é virtude
é auto de fé.

*

Burguês talvez?
Talvez ou não?
Se não burguês
o quê então?

*

Recusa.
Grita.
Acusa.
Ressuscita.

*

Navegar
internetelmente.
O mar
já tem parente.

*

Uma certa forma de seiò postigo
uma certa forma de icterícia
uma certa forma de serviço
uma certa forma de notícia.

*

No Relógio, o ponteiro
mesmo quando demora
sempre encontra certo
a hora.

Cartoon

• Monginho

VALE E AZEVEDO
EX-PRESIDENTE
DO BENFICA
FOI DETIDO PARA
AVERIGUAÇÕES PELA
POLÍCIA JUDICIÁRIA...



Ó PINA MOURA...
NENHUM MEMBRO DO GOVERNO
É DO BENFICA, POIS NÃO?



mi

Religiões

• Jorge Messias

D José Policarpo foi, finalmente, promovido a cardeal. Atento à importância do acontecimento, o «Diário de Notícias» (Grupo Lusomundo) dedicou-lhe cinco páginas e mobilizou uma equipa de luxo para uma entrevista à qual o purpurado, evidentemente, não se furtou. Conhecem-se os cuidados que D. José Policarpo dedica à composição da sua imagem. Assim, mostrou-se extremamente ingénio relativamente aos «lobbies» da igreja, ao funcionamento do conclave, ao perfil do próximo Papa, à previsível evolução do processo democrático, às questões fulcrais da comunicação social, aos problemas da juventude, ao ecumenismo, etc. Pelo contrário, revelou grande rigidez de posições quando falou na fidelidade que o liga a João Paulo II, nos direitos adquiridos pela Universidade Católica, no imperativo do cumprimento integral da Concordata, no dever do Estado subsidiar não os estudantes católicos do ensino privado mas as suas famílias, etc. E completou o seu depoimento ao revelar que o episcopado português trata o problema da imigração à margem da luta reivindicativa, preferindo chamar a Portugal padres experimentados do Leste europeu, especialistas no enquadramento e sedução de povos e minorias.

Em resumo: o patronato atrai os trabalhadores



«Boa fé» e luta de classes

estrangeiros explorados ou não lhes paga os salários; as mafias brutalizam-nos; e a igreja pacifica as compreensíveis reacções dos novos escravos do grande capital. Tudo quanto D. José Policarpo afirmou poderia ter sido subscrito pelos cardeais seus antecessores. E tudo declarou envolto num beatífico sorriso, como convém à sua nova dignidade. Enquanto tais declarações se produziam, duas importantes reuniões tinham lugar, em margens opostas do Atlântico: uma, em Davos, na Suíça, a do grande capital; a outra, no Nordeste brasileiro, em Porto Alegre, juntando destacados sociólogos e políticos considerados de esquerda. Apadrinhavam os actos, respectivamente, em Davos, o Fundo Monetário Internacional; e em Porto Alegre, o jornal francês, de projecção mundial, Le Monde Diplomatique, o ATTAC (Associação pela Tributação das Transacções Financeiras para Apoio aos Cidadãos) e as ONG's (Organizações Não Governamentais).

Bem vistas as coisas...

Esta referência apenas tem um valor informativo, visto que o mesmo patrocínio poderia bem vir de outras fontes, como seria o caso da Comissão Pontifícia Justiça e Paz ou da Comunidade de Santo Egídio. Porque, bem vistas as coisas, o que foi colocado sobre a mesa, em Porto Alegre, está já contido na Economia Social de Mercado que os tecnocratas da igreja imaginaram como alternativa à luta de classes: o espírito da «boa fé», o apelo à reconciliação, a abertura ao diálogo. Nada que não tivesse já sido dito. A novidade foi mediática. Como seria de esperar aliás, se con-

siderarmos a vocação da organização promotora. Novas tecnologias. Ponte lançada sobre o oceano. Apelo à reconciliação.

Em Davos, brilharam a grande altura os pontífices do cifrão, como Soros, o especulador responsável pela desgraça de tanta gente. No Fórum Social, em Porto Alegre, luziram as vedetas políticas de esquerda, como Lula, Krivine, o do Maio de 68, ou os grandes de uma certa sociologia, liderados por Lowi, desconhecido do grande público mas especialista em relações entre a política e a religião.

Os dois lados não cometeram, como é evidente, o erro tático de caírem nos braços um do outro. Importa manter uma certa contenção, pelo menos, por enquanto. Mas avançou-se com uma primeira tentativa exploratória de introduzir, a nível mundial, utilizando tecnologias de ponta, uma ideia básica promovida pela doutrina social da igreja e pela ética cosmética do grande capital: o desenvolvimento do capitalismo não conduz, necessariamente, à luta de classes. Capital e trabalho são aspectos complementares de uma mesma totalidade. O entendimento é possível...

150 milhões de crianças, em todo o mundo, vivem abandonadas à sua sorte. Populações inteiras são exterminadas pela fome, pela doença, pela sede, pela escravização, pelo obscurantismo, pela corrupção. Porém, entre os que estiveram em Davos contam-se as maiores fortunas mundiais: Soros ou Bill Gates, por exemplo, têm, cada um deles, individualmente, mais dinheiro que o valor do produto interno da maioria dos países do terceiro mundo.

Em Davos ou em Porto Alegre imperou o mesmo pensamento: os pobres podem esperar!

Pontos Cardeais

Não há

Dizem os jornais que Portugal continua sem ter ao seu dispor duas vacinas contra a meningite C – já aprovadas desde o ano passado pela Infarmed – porque as empresas farmacêuticas que as produzem estão renitentes em a comercializar no nosso país por alegada «falta de interesse comercial», ou seja, lucro que as satisfaça.

Acontece que estamos a falar de uma doença gravíssima (pode matar rapidamente ou deixar sequelas irreparáveis) que, embora rara, está em expansão no nosso país e afecta sobretudo crianças. Acontece que os grandes laboratórios multinacionais ganham fortunas colossais todos os anos no nosso país com a comercialização de medicamentos.

É, simplesmente, criminosa a passividade do Governo perante a não menos criminosa atitude dos laboratórios em causa – a Whyeth Lederle Portugal e a Aventis Pasteur, para que conste.

Listas

Entretanto, fracassou estrondosamente o Programa de Promoção do Acesso a cirurgias promovido pelo Ministério da Saúde: das 26 mil cirurgias previstas no Programa para se realizarem no ano 2000 nos hospitais do Sistema Nacional de Saúde, apenas foram realizadas 17 mil. A ministra culpa os hospitais. Mas afinal quem é que manda: são os hospitais no Ministério da Saúde ou o Ministério da Saúde nos hospitais? E a ministra? Será que também não manda no seu próprio Ministério?

Concursos

Mas os escândalos na Saúde não se ficam por aqui. Imaginem que o hospital distrital de Santarém tornou público nos jornais um concurso para admissão de cirurgiões onde a única condição exigida aos eventuais candidatos era... o de autoproporem o vencimento mais baixo! Qualificações profissionais? Currículo? Competência técnica? Experiência cirúrgica? Bah! Pelos vistos nada disso interessa à administração do hospital distrital de Santarém – o que lhe importa é pagar pouco a quem se apresenta de bata e de bisturi em punho a dizer que é cirurgião...

Mas já entrámos na loucura total?

Regressos

Depois de anunciar a sua retirada do cargo devido às dívidas familiares para com o fisco, depois, mesmo, de se ter despedido formalmente de toda a vereação, o criativo presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas, anunciou subitamente o seu «regresso» ou seja, que não se demite do cargo e irá cumprir o mandato até ao fim. Em rigor, isto nem regresso chega a ser porque nem sequer houve partida, mas enfim...

Assinale-se, entretanto, que Judas ficou agora a dever ao desiludido presidente da Concelhia do PS de Cascais a oportunidade de ocupar de imediato o lugar da presidência da Câmara de Cascais.

Já parece uma mania, esta propensão de Judas para contrair dívidas...

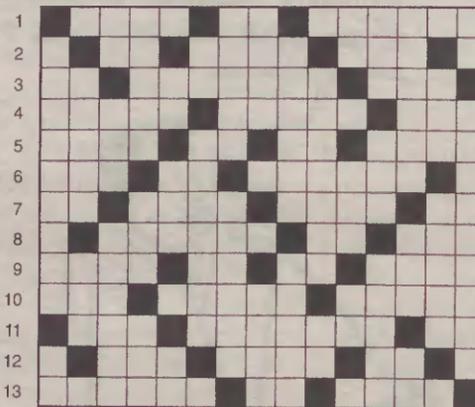
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Escumalha; interj. utilizada para chamar ou afastar animais; seta. 2 – Observei; coisa nenhuma; íntimo. 3 – Sétima nota musical; aquele que não assina o que escreve; aqui está. 4 – Pêlo comprido do pescoço e da cauda do cavalo, bem como de outros animais; boato; duas vezes. 5 – Tontura; pêlo de alguns animais, em especial do carneiro; sorri; vara flexível de vimieiro. 6 – Amarra; oferece; bramir. 7 – Prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc.; apogeu; elo de corrente, mulo. 8 – Poupança; a tua pessoa; grande massa e extensão de água salgada. 9 – Fruto da romãzeira; dirigir-se; pedra de amolar; meigo (fig.). 10 – Sulca; querida; espécie de cinzel para gravar trabalhos finos. 11 – Espécie de sapo da região do Amazonas; atordoar; designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc. (interj.). 12 – Arco; quartos traseiros dos animais; Amerício (s.q.). 13 – Aquoso; contr. da prep. a com o art. def. o; momento.

VERTICAIS: 1 – Escocamento; nome da letra l (pl.). 2 – Inflamação da íris; declama. 3 – Avenida (abrev.); fúria; navegar ao largo. 4 – Cipó, lida; espécie de boi selvagem. 5 – Sódio (s.q.); composição musical para duas vozes ou instrumentos; aqueles. 6 – Laçada; humor líquido e límpido segregado pelas glândulas lacrimais. 7 – Instrumento de percussão, em forma de disco, coberto de uma pele e em cujo centro se bate com uma maceta; indicação dos erros cometidos na impressão de uma obra. 8 – Aversão; colina de areia amontoada pelo vento à beira-mar e também no interior dos desertos. 9 – Corda; sinal de demarcação. 10 – Rancoroso; contr. da prep. de com o art. def. a. 11 – Lítio (s.q.); relativo a mim; bismuto (s.q.). 12 – Nome da letra M; infame; ser resistente. 13 – Reprimir; maior; terceira nota musical. 14 – Anuência; suave ao tacto. 15 – Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; nome de várias plantas lamiaíceas da Europa mediterrânica e muito usadas como condimento.

SOLUÇÃO: 1 – Escocamento; nome da letra l (pl.). 2 – Inflamação da íris; declama. 3 – Avenida (abrev.); fúria; navegar ao largo. 4 – Cipó, lida; espécie de boi selvagem. 5 – Sódio (s.q.); composição musical para duas vozes ou instrumentos; aqueles. 6 – Laçada; humor líquido e límpido segregado pelas glândulas lacrimais. 7 – Instrumento de percussão, em forma de disco, coberto de uma pele e em cujo centro se bate com uma maceta; indicação dos erros cometidos na impressão de uma obra. 8 – Aversão; colina de areia amontoada pelo vento à beira-mar e também no interior dos desertos. 9 – Corda; sinal de demarcação. 10 – Rancoroso; contr. da prep. de com o art. def. a. 11 – Lítio (s.q.); relativo a mim; bismuto (s.q.). 12 – Nome da letra M; infame; ser resistente. 13 – Reprimir; maior; terceira nota musical. 14 – Anuência; suave ao tacto. 15 – Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; nome de várias plantas lamiaíceas da Europa mediterrânica e muito usadas como condimento.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

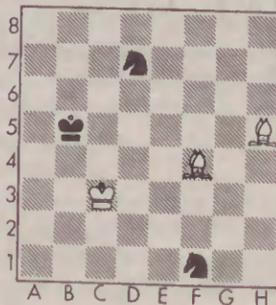


Xadrez

DCLXXXIX – 22 DE FEVEREIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X07

Por: Henri Rinek
«Magyar Sakkvilág», 1935

Pr.: [3]: Cs. d7, f1 – Rb5
Br.: [3]: Bs. f4, h5 – Rg3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO [N.º 2001X07/H. R.]

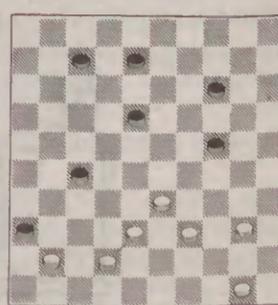
1. Bg8, Rg6; 2. Rd3, Cg3 [d2...];
3. Rg3 [d2] e g.

Damas

DCLXXXIX – 22 DE FEVEREIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D07

Por: G. de Wolff
NL, 1946

Pr.: [7]: 7-8-14-18-24-27-36
Br.: [7]: 33-38-39-40-41-42-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO [N.º 2001D07/G. de W.]

1. 39-34, (36x47=D); 2. 38-32, (27x29);
3. 34x3=D, (47x45); 4. 3x1 +
2. ..., (47x29); 3. 34x3=D, (27x29);
4. 3x47 +

PCP 1921 ▶ 2001



a fazer história a construir futuro

Comício no Porto Dia 3 de Março, às 16h

no Cinema do Terço com a participação de Carlos Carvalho e Sérgio Teixeira e espectáculo evocativo dos 80 anos do PCP

com a participação de Manuel Freire

Almoço na Quinta da Atalaia Dia 17 de Março

com a participação de Domingos Abrantes (Inscrições: Cam. Isabel Marques - CT da Socio Pereira Gomes - Tel. 217813800)

Jantar no CT Vitória, Dia 2 de Março

promovido pelo Sector de Transportes da ORL com Rosa Rabiais

Reuniões e Plenários

LISBOA

Marvila - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 24, às 15h, no Centro de Trabalho de Marvila (R. Bento Gonçalves, lote 725, loja B - Bairro do Armador)

Socorro - Plenário de militantes da freguesia sobre eleições autárquicas: sexta-feira, 23, às 18h30, no CT Vitória

Reformados Bancários - Reunião no CT Vitória, hoje, quinta-feira, às 14h30.

LOURES

Plenário de militantes da freguesia de S. João da Talha: sexta-feira, 23, às 21h no Centro de Dia.

PAREDE

Plenário de militantes da freguesia, sobre a situação política e social e questões da Autarquia, com a participação de Paulo Loya: sábado, 24, às 15h, na Cooperativa da Linha na Parede.

SEIXAL

Plenário de militantes da célula dos Trabalhadores da CM do Seixal sobre questões da organização do Partido: Balanço de Organização 2000, plano e orçamento para 2001, reestruturação do Secretariado da célula: sexta-feira, 23, às 17h30, no CT do Seixal.



TROFA

Visita dos deputados Margarida Botelho e Honório Novo à Esc. Secundária da Trofa, sábado a partir das 10h; reuniões com o Conselho Executivo da Escola, Associação de Pais e Ass. de Estudantes Debate com Margarida Botelho sobre «Discriminações sexuais» - no Largo da Igreja de Guidões, sábado às 16h, e jantar-convívio, no mesmo local, às 21h30

MATOSINHOS

Debate sob o tema «NATO para quê?» no Café Niko (Av. da República), com a participação de Ângelo Alves e José Pedro Rodrigues - sábado, 24, às 22h

BAIXA DA BANHEIRA

Almoço-convívio com António Abreu sob o lema «Portugal fora dos Balcãs» Sábado, 24, às 13h na S.R.C.U. Os Alentejanos

15 Fevereiro 1931



AVANTE! MULHERS E TRABALHADORES AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

70º aniversário do Avante!

«À conversa com... José Casanova» em

ODIVELAS Biblioteca D. Dinis, sábado, 24, às 16h

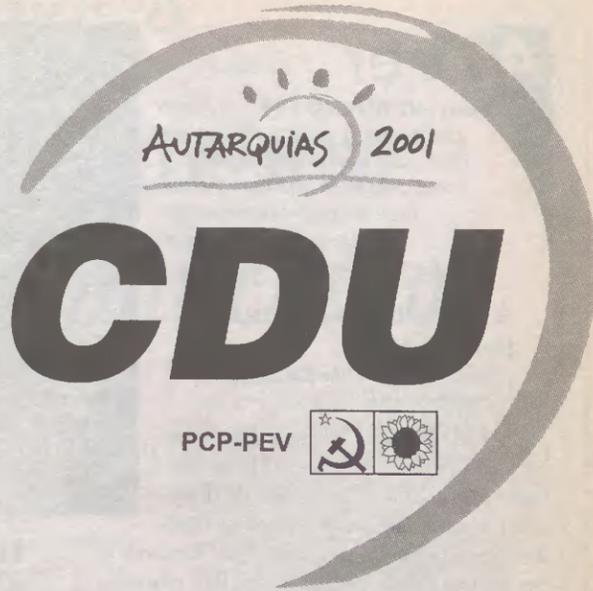
Encontro com leitores e amigos do «Avante!» em

SERPA com a participação de Domingos Mealha Cine-Teatro Municipal, sexta-feira, 23 às 19h30

«O «Avante!» e a luta do PCP» Debate com José Casanova em SANTARÉM Sala de Leitura Bernardo Santareno, quinta-feira, dia 1, às 21h

De Almada à Serra da Estrela Excursão promovida pela Comissão de Freguesia de Almada Dias 24 e 25 de Fevereiro

Exposição de Artes Plásticas do jovem artista da Guarda Menne No Centro de Trabalho da Guarda até fim de Março



AMARES Plenário de apoiantes da CDU sobre a participação da CDU local nas eleições autárquicas Amares - Sede da CDU (Rua Sá de Miranda) Domingo, 25, às 10h

BORBA Plenário concelhio da CDU sobre a preparação das eleições autárquicas Borba - CT do PCP Sábado, 24, às 15h

BRAGA Encontro Concelhio da CDU com eleitos, activistas e apoiantes da CDU sobre a situação local e preparação das eleições Braga - Hotel Turismo Sábado, 24, a partir das 15h

LOURES Encontro CDU sobre os problemas da população idosa Sacavém - Auditório do Museu de Cerâmica Hoje, 22, às 14h30

OURIQUE Almoço-convívio para apresentação do cabeça de lista da CDU às eleições autárquicas Com a presença de Jorge Cordeiro Ourique - Refeitório da Escola C+S Sábado, 24, a partir das 15h

PORTO Encontro da CDU/Paranhos com Rui Sá Porto - Casa da Cultura de Paranhos (R. Campo Lindo) Sábado, 24, às 16h

PÓVOA DE SANTO ADRIÃO Jornada Autárquica pela freguesia com a participação, entre outros, de Lourenço Batista e Francisco Pereira Ponto de encontro: junto ao Mercado, às 9h30

QUELUZ Encontro CDU da Freguesia sobre a actividade da CDU na freguesia e eleições com Carlos Chaparro Queluz - CT do PCP Sexta-feira, 23, às 21h

ATVer

Com este filme de 1941, o Reino Unido apelava claramente aos EUA para que abandonassem a «neutralidade» que mantinham face ao nazi-fascismo que devastava a Europa. Inutilmente, como se sabe...

A Cidade das Crianças Perdidas

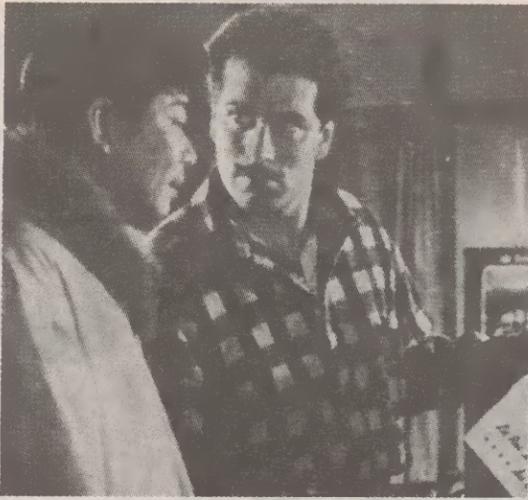
(Sexta-feira, 23 de Fevereiro, na RTP-2)

A Cidade das Crianças Perdidas (uma co-produção de França/Alemanha/Itália) não escapa ao imaginário de Hollywood, apresentando-nos o estafado tema do «cientista louco» que, neste caso, rapta crianças de uma cidade portuária para lhes roubar os sonhos. Inspirado em velhos contos infantis, A Cidade «salva-se» por isso mesmo: é que estes contos, crianças, sonhos e portos, apesar de tudo, não compraram bilhete na Disneylândia...

Invasores

(Sábado, 24 de Fevereiro, RTP-2)

Feito longe de Hollywood mas «endereço» aos norte-americanos foi este **Invasores**, um movimentado filme de guerra produzido no Reino Unido, em 1941, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública dos EUA para a necessidade destes entrarem na guerra contra o nazi-fascismo que, na altura, devastava a Europa. **Invasores** conta a fuga de cinco sobreviventes de um submarino alemão dominado na Baía de Hudson, no Canadá, que procuram fugir para os EUA, então um país «neutral» em relação à guerra que já há dois anos punha a Europa a ferro e fogo. A caça antifascista empreendida aos fugitivos procurando impedi-los de chegar aos EUA é, em si mesma, um apelo directo aos norte-americanos para deixarem de ser um refúgio seguro para nazis. Assumidamente um filme de propaganda política, este **Invasores** consegue igualmente ser uma obra



Homicídio Perfeito

(Domingo, 25 de Fevereiro, TVI)

Quarenta e quatro anos depois de Hitchcock ter realizado **Chamada para a Morte**, surge este **remake** de luxo protagonizado por Michael Douglas que, notoriamente, se especializou em personagens duras e/ou ambíguas. O resultado é satisfatório: o que este **Homicídio Perfeito** não alcança em sutileza «hitchcockiana» (o mestre é o mestre) colmata com suspense de punhal à vista mas bem manuseado. A história é a de um marido (Douglas) que encomenda o «assassínio perfeito» da esposa ao próprio amante e aparente rival, mas as aparências não se ficarão por aí: a surpresa é um dos pontos fortes deste **thriller** com residência na sofisticada Manhattan.

Entrevista com o Vampiro

(Domingo, 25 de Fevereiro, SIC)

O erotismo latente nas ficções cinematográficas do vampirismo é quase explícito neste original e bem carpinteirado **Entrevista com o Vampiro**, onde pontificam «estrelas» de Hollywood como **Tom Cruise** (diabolicamente ambíguo na sua voracidade erótico-sanguinária de «vampiro-mor»), **Brad Pitt** (um insólito vampiro com «moral») ou **António Banderas** (um



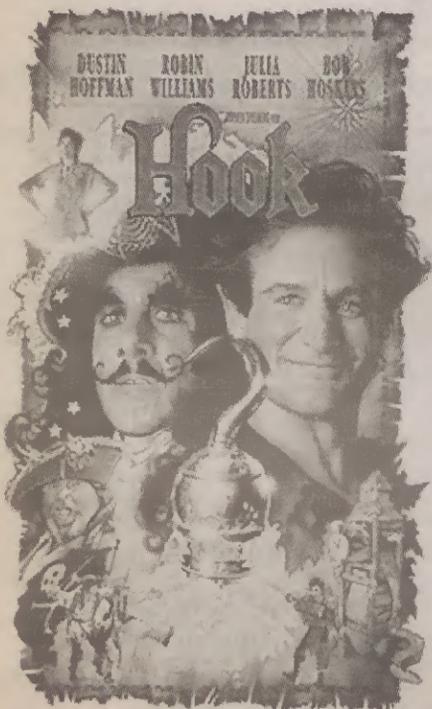
Em **Homicídio Perfeito** Michael Douglas encomenda o assassinio da esposa num thriller onde nada é o que parece



Os vampiros europeus viajam para o «Novo Mundo», nesta insólita e original viagem ao universo dos «mortos-vivos»

de grande qualidade, realizada pela lendária dupla britânica **Michael** e **Emeric Pressburger** e apresentando no elenco os não menos lendários **Laurence Olivier** e **Leslie Howard**.

Peter Pan em «carne e osso», mais o «Capitão Gancho» e a «Fada Sininho»



mortífero aristocrata do velho continente). Esplendorosa, a cenografia viajando no tempo entre a Europa e S. Francisco e ao serviço do universo sufocante e decadente dos vampiros. Brrrrr!!!!

Cyrano de Bergerac

(Segunda-feira, 26 de Fevereiro, na RTP-1)

Fazer de um longo e belo poema, dito na íntegra e encenado e representado de tal forma que ninguém estranha que os actores estejam a declamar verso rimado, eis o prodígio conseguido pelo realizador francês **Jean-Paul Rappeneau** em mais esta versão cinematográfica do clássico da literatura francesa **Cyrano de Bergerac**, de Edmond Rostand, onde **Gérard Depardieu** dá, pura e simplesmente, um festival de representação. Imperdível.

Hook

(Terça-feira, 28 de Fevereiro, TVI)

Esta revisitação – também «em carne e osso» – ao Peter Pan que Walt Disney celebrou em desenho animado não claudica porque tem lá a mão de Steven Spielberg, embora não seja das melhores coisas que lhe saíram das mãos. A carpintaria ficcional está um bocado à vista (coisa quase «impossível» em Spielberg) e tanto **Dustin Hoffman** (no «Capitão Gancho») como **Robin Williams** (em Peter Pan) esbracejam um bocadinho de mais para o talento que os responsabiliza. Mas atenção: não deixa, por isso, de ser um bom divertimento.

Quinta, 22

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.00 Rosalinda
17.00 Milionários à Força
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra-Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina
22.05 Grande Informação
23.45 Turnos de Risco
24.45 24 Horas
01.15 «Pequenos Crimes» (de Morgan J. Freeman, EUA/1997, com Brendan Sexton III, Lynn Cohen, Shawn Elliot. *Drama*)

VRTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Zapping
14.00 Gente Remota (Último)
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.45 História do Cinema Português
20.10 Viver no Campo
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «No Coração da Mentira» Longa Metragem

SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquinha Gonzaga
16.30 Acorrentados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
19.45 Grande Jogo Nantes/F.C.Porto
21.45 Jornal da Noite
22.15 Acorrentados
22.35 Laços de Família
23.30 Noites Marcianas
02.10 Noites Longas Marguerite Yourcenar
03.20 Portugal Radical

TVI

08.30 Animação
09.30 Concelebração da Entrega dos Anéis aos Cardeais
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Tiro e Queda
15.00 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Jardins Proibidos
23.05 As Pupilas do Sr. Doutor
23.55 A Bola É Nossa
01.55 Última Edição
02.45 Os Segredos de Verónica
03.15 Pensacola

Sexta, 23

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.00 Rosalinda
17.00 Milionários à Força
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra-Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alves dos Reis
22.45 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
24.30 «Silêncio de Morte» (de Daniel Petrie Jr, EUA/1997, com James Garner, Kim Coates, Marlee Matlin. *Policia*)

VRTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 A Caça e a Conservação da Fauna
13.00 Livres e Iguais
14.00 Gente Remota
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês
19.45 História do Cinema Português
20.15 Viver no Campo
20.45 O Tal Canal
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
24.00 A Outra Face da lua
01.30 «Cidade das Crianças Perdidas» (de Jean-Pierre Jeunet e Marc Caro, Fran/Espa/Alem/1995, com Ron Perlman, Daniel Emilfork, Judith Vittel. *Ver Destaque*)

SIC

08.00 Rali da Suécia
08.30 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquinha Gonzaga
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Acorrentados
22.00 Laços de Família
23.30 Noites Marcianas
02.00 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical

TVI

08.30 Animação
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Jardins Proibidos
23.05 «Perversão e Desejo» (de Jennifer Marchese, EUA/1995, com Anthony Addabbo, Kimber Sisson, Scott Atkins. *Sensual*)
01.05 Última Edição
01.55 «Crime a Dois» (de Dick Lowry, EUA, com Lori Loughlin, Bruce Campbell, Brad Whitford. *Suspense*)
03.55 Os Segredos de Verónica
04.25 Pensacola

Sábado, 24

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 Felicity
16.00 Conboio Atómico
17.00 «O Correo do Czar» Longa Metragem
20.00 Telejornal
21.00 Sábado à Noite
23.00 Lei Marcial
24.00 24 Horas
24.20 Máquinas
01.30 «Você Tem Sex Appeal?» (de Dale Launer, EUA/1992, com Tate Donovan, Sandra Bullock, Mary Mara. *Comédia*)

VRTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «E Viva a Liberdade» (de Serge Korber, França/1977, com Gérard Rinaldi, Jean Sarrus, Gérard Philipelli. *Comédia*)
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombarjo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom («A Ilustre Casa de Blackadder III»)
01.30 «Invasores» (de Michael Powell, Reino Unido/1941, com Laurence Olivier, Eric Portman, Leslie Howard. *Ver Destaque*)
03.30 Prazeres

SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Malucos do Riso
14.30 «Cão Rico, Cão Pobre» (de Alex Zamm, EUA/1999, com Richard Karn, Fred Willard, Vincent Schiavelli. *Comédia*)
16.30 «Terramoto em Nova Torque» (de Terry Ingram, EUA/1998, com Greg Evigan, Cynthia Gibb, Michael Moriarty. *Ação*)

SIC

18.30 Mundo Vip
19.10 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
23.00 Herman Sic
01.00 Sexappeal
02.00 «A Cortesã» (de Marshall Herskovitz, EUA/1998, com Catherine McCormack, Moira Kelly, Fred Ward. *Drama*)
04.20 Portugal Radical

TVI

08.30 Animação
11.15 Top Rock
12.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
15.00 4ª a Fundo
15.15 Caras Lindas
16.15 «Força de Assalto» (de Michael Kennedy, EUA/1997, com Andrew McCarthy, Cynthia Geary, Wolf Larson. *Ação*)
18.15 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Jardins Proibidos
23.00 Bora Lá Marina
23.50 Lux
24.40 «Diferentes» (de Paul Wendkos, EUA/1999, com Cecilley Carroll, Ben Stigler, Nigel Bennett. *Drama*)
02.40 «Projecto Final» (de William Malone, EUA/1995, com Dana Ashbrook, Marshall Bell. *Suspense*)
04.20 «Torre do Amor» (de Alan Grint, Inglaterra/1998, com Emilia Fox, Keith Barron, Jan Harvey. *Drama*)

«Super Pai» série humorística portuguesa na TVI



Domingo, 25

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 12.10 Jet 7
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Made in Portugal
- 15.15 Providence
- 16.15 «Saías Acima» (de Gerald Thomas, Reino Unido/1968, com Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey. *Comédia*)
- 18.00 Agora é Que São Eles
- 20.00 Telejornal
- 20.55 Futebol
- Marítimo/F.C.Porto
- 22.55 Domingo Desportivo
- 24.30 Magazine Liga dos Campeões
- 01.20 24 Horas
- 01.40 «Assaltantes de Primeira» (de Yves Simoneau, Canadá/1998, com Charlie Sheen, Mira Sorvino, Marlon Brando. *Comédia*)

▼ RTP2

- 07.00 Euronews
- 09.30 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 11.15 Horizontes da Memória
- 11.55 Sobrevivência
- 12.30 Palácio de Cristal
- 13.30 Com a Criança nos Braços
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Uma Gota para a Vida
- 19.30 Uma Mulher de Branco
- 20.30 Onda Curta
- «O Conto do Rato que Escreveu» Reino Unido/1999, com Zizi Jeanmaire, Jean Claude Pascal, Paul Meurisse. *Comédia*

Segunda, 26

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 08.35 Guia Dia a Dia
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.30 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 Marcas da Paixão
- 16.30 Ramona
- 17.35 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.10 Quebra-Cabeças
- 18.45 Ajuste de Contas
- 19.40 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Quem Quer Ser Milionário?
- 21.40 A Febre do Ouro Negro
- 22.35 Jogo Falado
- 24.20 24 Horas
- 24.45 «Cyranos de Bergerac» (de Jean-Paul Rappeneau, França/1990, com Gérard Depardieu, Jacques Weber, Anne Brochet. *Ver Destaque*)

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.00 Euronews
- 12.30 100.000 Porquês
- 13.05 2001 (R)
- 14.00 Portugal sem Fim
- 15.30 Parlamento
- 16.00 Euronews
- 16.30 Informação Gestual
- 17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Rotações

Terça, 27

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 08.40 Guia Dia a Dia
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.25 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 «O Agnus» (de Frank Coraci, EUA/1998, com Adam Sandler, Kathy Bates, Henry Winkler. *Comédia*)
- 17.00 Ramona
- 18.00 Quebra-Cabeças
- 18.30 Ajuste de Contas
- 19.40 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Quem Quer Ser Milionário?
- 21.35 «Mãe Galinha» (de John Waters, EUA/1994, com Kathleen Turner, Sam Waterston, Ricki Lake. *Comédia*)
- 23.15 «Jaguar» (de Francis Veber, França/1996, com Jean Reno, Patrick Bruel, Harrison Low. *Comédia*)
- 01.05 24 Horas
- 01.35 «O Caçador de Esmeraldas» (de Oswaldo de Oliveira, Brasil/1979, com Jofre Soares, Glória Menezes, Roberto Bonfim. *Drama Histórico*)

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.00 Euronews
- 13.00 O Lugar Da História
- 14.00 Portugal sem Fim
- 15.00 Artigo 37
- 16.30 Informação Gestual

Quarta, 28

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 08.40 Guia Dia a Dia
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.25 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 «O Agnus» (de Frank Coraci, EUA/1998, com Adam Sandler, Kathy Bates, Henry Winkler. *Comédia*)
- 17.00 Ramona
- 18.00 Quebra-Cabeças
- 18.30 Ajuste de Contas
- 19.40 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Quem Quer Ser Milionário?
- 23.00 Turnos de Risco
- 24.30 24 Horas
- 01.00 «O Último Marshall» (de Mike Kirton, EUA/1999, com Scott Glenn, Constance Marie, Randall Batinkoff. *Ação*)

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 12.00 Euronews
- 12.30 Andamentos
- 13.00 O triunfo dos Porcos
- 14.00 Portugal sem Fim
- 15.00 Travessa do Cotovelo
- 16.00 Euronews
- 16.30 Informação Gestual
- 17.45 Querida, Encolhi Os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta

TVisto

Correia da Fonseca

A factura anunciada

Também li a notícia na imprensa mas, antes, vira as imagens na TV, e é diferente olhar os rostos marcados pelas longas fomes e angústias, os corpos como que à beira de se desmoronarem, o desespero pela final falência da tentativa. Eram alguns dos 908 emigrantes clandestinos curdos, de origem iraquiana e turca, embarcados nos porões de um navio que acabou encachado ao largo da costa sul de França. Foi este caso, só particularizado pelo excepcionalmente elevado número dos que de uma só vez tentaram a

européias, mas isso não quer dizer que não exista. De longe em longe, lá vem uma minúscula notícia de clandestinos latino-americanos apanhados nas fronteiras dos Estados Unidos, e é tudo. Mas no Estado norte-americano da Califórnia até já acabou o ensino da língua castelhana, que se estava a tornar maioritária.

Quando a fome empurra as vagas

Falemos, porém, apenas da Europa, onde a imigração vem dando argumentos à xenofobia que se tornou o principal alimento da extrema-direita fascista ou neonazi. O caso é que a Europa capitalista e neoliberal precisa de imigrantes, isto é, precisa de mão-de-obra semi-escrava: nem todas as indústrias podem ser exportadas para os lugares paradisíacos onde os trabalhadores não têm direitos nenhuns e quase não têm salários. Só que a oferta representada pela mão-de-obra imigrada não tem todas as qualificações desejadas e, mais grave ainda, já começa a ser de mais e tende a crescer incontrolavelmente. Pode-se reforçar a guarda nas fronteiras terrestres e marítimas, pode-se mesmo intensificar a violência racista contra os que conseguiram entrar, mas é fácil entender que se está perante colossais vagas migratórias de gente que tem de emigrar para não morrer de fome nos diversos lugares do chamado Terceiro Mundo. Está à vista que nenhuma muralha nem numerosas brutalidades podem estancá-la porque o sentimento dos que querem entrar é o de que não têm alternativa salvo a morte de fome e doenças.

O que já começa a pôr-se para os países ditos ricos da Europa põe-se de facto para todo o conjunto desenvolvido por vezes designado sumariamente por Hemisfério Norte: a médio/longo prazo, ou é submerso pelas vagas de gente que sobe do Sul acoçada pela penúria extrema ou, como única forma de estancar a inundação, faz o que sempre devia ter feito e pode fazer: promove o desenvolvimento do sul na base de uma mínima justiça social. Basta ser atento espectador de algumas reportagens e notícias que a televisão nos traz para ir percebendo isso. A questão, porém, é que não está na natureza do capitalismo, e menos ainda desta sua fase neoliberal, a generosidade só aparente e mesmo mínima. Há dias, em entrevista à GNT, ouvi Saramago expor um convencimento seu acerca da situação da África e da atitude norte-americana: era uma explicação atroz mas bem mais plausível que a hipótese otimista de um efectivo apoio dos países desenvolvidos aos que têm populações a optar pela emigração a fim de recusar a fome. Por isso, o que vejo na TV acerca de imigrações clandestinas, além de pungentíssimo, parece-me alarmante. E fico a pensar, ingénuo: - Mas eles, os que agem como senhores do mundo, não percebem, não se importam? Ou não têm filhos que estarão vivos na hora de pagar a factura que já claramente se anuncia?



«Conversa Privada» Conversa a três vozes

- Metragens)
- 21.00 Futurama
- 21.30 Artes e Letras - «Zizi je T'Aínes»
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Travessa do Cotovelo
- 00.15 «Guinguettes» (de Jean Delannoy, França/Itália/1958, com Zizi Jeanmaire, Jean Claude Pascal, Paul Meurisse. *Comédia*)

▼ SIC

- 07.00 Zip Zap
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Acorrentados
- 15.30 Big Show SIC
- 18.00 «Astérix e Obélix Contra César» (de Claude Zidi, França/1999, com Gérard Depardieu, Lucretia Casta, Roberto Benigni. *Ver Destaque*)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Grande Jogo
- Benfica/Boavista
- 23.00 Esta Semana
- 24.30 «Entrevista com o Vampiro» (de Neil Jordan, EUA/1994, com Tom Cruise, Brad Pitt, Antonio Banderas. *Ver Destaque*)
- 03.50 Portugal Radical
- 04.20 Vibrações

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 11.00 Espaço Religioso
- 11.15 Missa
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Aquanautas
- 14.00 «Uma Mãe Perfeita» (de Peter Levin, EUA/1997, com Tyne Daly, Ione Skye, Dee Wallace. *Drama*)
- 16.00 «Uma Cama para Dois» (de Mel Damski, EUA/1990, com Patrick Dempsey, Helen Slater, Dan Schneider. *Aventura*)
- 18.00 Big Brother II
- 18.30 Erro é Humano
- 19.00 Super Pai
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Super Pai
- 22.05 «Um Homicídio Perfeito» (de Andrew Davis, EUA/1998, com Michael Douglas, Gwyneth Paltrow, Viggo Mortensen. *Ver Destaque*)
- 24.05 «Tushuga» (de Nils Gaup, França/Inglaterra/1995, com James Caan, Christopher Lambert, Catherine McCormack. *Drama*)
- 02.10 O Segredo do Amor (de Sarah Hellings, Inglaterra/1998, com Nigel Havers, Emily Mortimer, Brendan Coyle. *Drama*)

- 19.30 História de Cinema Português
- 20.25 Viver no Campo
- 20.50 Por Outro Lado
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Os Sopranos
- 24.00 Artes de Palco (Zizi Jeanmaire em Concerto)
- 01.40 Andamentos

▼ SIC

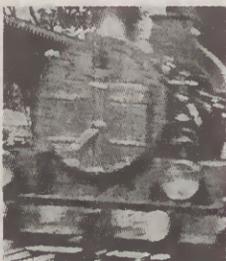
- 08.00 Buêrére
- 12.00 Especial BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «O Cão Zorlho» (de Mick Jackson, EUA/1994, com Dana Carvey, Valeria Golino, James Earl Jones. *Comédia*)
- 16.00 «Não Mexas no Meu Periscópio» (de David S. Ward, EUA/1996, com Kelsey Grammar, Lauren Holly, Rob Schneider. *Comédia*)
- 18.00 Uga Uga
- 18.50 Acorrentados
- 19.00 O Cravo e a Rosa
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Carnaval «Herman no Rio»
- 22.30 Laços de Família
- 23.30 Noites Marcianas
- 01.30 «O Homem do Silício» (de Lawrence O'Neil, EUA/1997, com David Schwimmer, Chris Cooper, Louise Fletcher. *Humor*)
- 03.30 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 11.30 Big Brother II
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Big Brother II
- 15.00 Batatoon
- 17.15 «A Arma Secreta» (de Charles Martin Smith, EUA/1997, com Michael Jeter, Kevin Zegers, Wendy Makkena. *Aventura*)
- 19.15 Big Brother II Extra
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Super Pai
- 22.00 Olhos de Água
- 23.00 Big Brother
- 24.10 Pretender
- 01.10 Até que a Lei os Separe
- 02.10 Última Edição
- 03.00 Mercy Point
- 04.00 Os Segredos de Verónica
- 04.30 Pensacola I



«Artigo 37» A esquizofrenia



«História de Cinema Português» O início do cinema

- 17.45 Querida Encolhi os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Bombordo
- 19.30 História de Cinema Português
- 20.10 Viver no Campo
- 20.40 O Triunfo dos Porcos
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Conversa Privada
- 24.00 «Lulu On The Bridge» Longa Metragem
- 01.45 Rotações

▼ SIC

- 08.00 Buêrére
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.10 «Cabeças Ocas» (de Michael Lehmann, EUA/1994, com Brendan Fraser, Steve Buscemi, Joe Mantegna. *Comédia*)
- 16.00 Carnaval «Herman no Rio»
- 17.30 Uga Uga
- 18.40 Acorrentados
- 18.50 O Cravo e a Rosa
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Carnaval «Herman no Rio»
- 22.30 Laços de Família
- 23.30 Noites Marcianas
- 01.30 Noites Longas: Depardon: Les Années Éclie
- 02.40 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 12.10 Big Brother II
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Big Brother II Extra
- 14.30 «As Novas Aventuras das Gémeas» (de Jeff Franklin, EUA/1993, com Ashley Olsen, Mary-Kate Olsen, Rhea Perlman. *Comédia*)
- 16.30 «Hook» (de Steven Spielberg, EUA/1993, com Dustin Hoffman, Robin Williams, Julia Roberts. *Ver Destaque*)
- 19.15 Big Brother II Extra
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Big Brother II Directo
- 24.35 Ally McBeal
- 01.30 Última Edição
- 02.25 Os Segredos de Verónica
- 02.55 Pensacola



- 19.30 História de Cinema Português
- 20.10 Viver no Campo
- 21.40 Livres e Iguais
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Zapping
- 24.00 Sinais do Tempo
- 01.00 Os Limites do Terror III (Estreia)

▼ SIC

- 08.00 Buêrére
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.10 História de Amor
- 15.30 Engraçadinha... Seus Amores e Pecados
- 16.30 Acorrentados
- 16.40 Malhação
- 17.40 Uga Uga
- 18.40 Acorrentados
- 18.50 O Cravo e a Rosa
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Acorrentados
- 22.00 Laços de Família
- 23.30 Noites Marcianas
- 02.00 Noites Longas: Depardon: Urgences
- 03.45 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 11.30 Big Brother II
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Big Brother II
- 14.30 Tiro e Queda
- 15.30 Batatoon
- 16.30 Big Brother II
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Olhos de Água
- 22.00 Jardins Proibidos
- 23.00 Big Brother
- 23.40 Tic Tac Milionário
- 01.30 Última Edição
- 02.20 «Laços de Irmãos» (de Glenn Jordan, EUA, com John Lithgow, Daniel Hugh Kelly. *Drama*)
- 04.20 Os Segredos de Verónica
- 04.50 S.O.F Força Especial

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

salvação e falharam. Na verdade, as TV's trazem-nos em grande abundância casos destes, bem como de outras pungentes situações decorrentes da emigração clandestina. E é claro que não trazem os que, em número incalculável, tentam e morrem ignorados, em situações que facilmente se adivinham atroz. Vêm de África, do Médio Oriente mediterrânico, do outro Oriente mais distante, agora também do Leste europeu que um dia justificadamente alimentou esperanças mas foi vencido. A imigração em Portugal, que é apenas uma parte da tragédia mundial que já ocorre e só tem tendência para se agravar, tem merecido algumas reportagens na TV portuguesa, ou mesmo notícias avulsas que se revestem de especial relevância. Foi o caso dos protestos havidos pela retirada de apoios médico-medicamentosos aos doentes de tuberculose que entre nós trabalham e vivem em regime de clandestinidade ou perto dele. Este problema, para o qual nunca vi na TV que tenha havido solução apesar do óbvio risco que representa para a população em geral, também é apenas um entre muitos que a imigração suscita no nosso país, independentemente de nos ser útil, indispensável mesmo para que o sector da construção civil possa construir estradas e viadutos, CCB's e equiparáveis, urbanizações de luxo e meio-luxo, tudo com mãos importadas que ao fim do dia vão descansar em miseráveis casebres das periferias. Mas a questão das imigrações não é um problema português, mas planetário. Na verdade, se Áfricas, Ásias e Lestes emigram para a Europa Ocidental, América Latina e também parte da Ásia emigra ou tenta emigrar para a América do Norte. Deste movimento pouco ou nada nos falam as TV's

A talhe de foice

• Anabela Fino

Coincidências

Quase dois meses depois de o primeiro-ministro António Guterres ter afirmado, referindo-se à NATO, que «chegou o momento de deixarmos de confiar inteiramente nos outros», e de o Governo ter decidido levar a cabo uma operação de rastreio a civis e militares que passaram pelos Balcãs, da polémica sobre o urânio empobrecido pouco ou nada resta. A desorientação inicial dos países da Aliança seguiu-se, como se previa, o mais profundo silêncio.

Os resultados definitivos da missão científica portuguesa que se deslocou aos Balcãs, anunciados para Março, foram muito oportunamente antecipados pelo ministro Mariano Gago, em tranquilizantes declarações. Contaminação radioactiva, se a houver, será «necessariamente muito baixa», garantiu o ministro. Sobre a toxicidade não falou, nem era preciso, não fosse o chefe de Estado-Maior do Exército, general Martins Barrento, acusá-lo também a ele de ser um perigoso agente das «forças antidemocráticas».

A confiança e contenção do ministro – também há quem lhe chame manobra de diversão, mas isso é outra história – produziu efeito.

O Conselho Permanente da NATO, que não se incomoda sequer a informar Portugal das operações que realiza e dos meios que utiliza, desta vez deu pela existência do executivo de Lisboa e, a 13 de Janeiro, classificou as conclusões (que só não-de estar prontas em Março) de «sólidas» e «crédíveis». Mariano Gago há-de ter mandado emoldurar o recorte de imprensa...

Do rastreio aos militares, por seu lado, não há notícias, e quanto aos civis, pelo menos no que toca aos jornalistas, o mais que se pode dizer é que estão em lista de espera. De resto, também não há pressa, já que de acordo com diversos estudos de organizações internacionais, que a NATO não costuma citar nem louvar, os efeitos da toxicidade só se farão sentir com toda a sua intensidade dentro de dez anos. Até lá, dirá Mariano Gago à boa maneira portuguesa, não nos doa a nós a cabeça.

Sucedem, porém, que nem foi necessário esperar tanto para detectar a «síndrome do Golfo» – em tudo idêntico à «síndrome dos Balcãs» – de que padecem milhares e milhares de soldados norte-americanos, que já provocou a morte a muitos deles, que está diariamente a ceifar a vida de civis iraquianos e continua a revelar-se no persistente nascimento de bebés com malformações e no aumento «inexplicável» de doenças cancerígenas. Mas isso, já se sabe, por marianos gagos e afins, são coincidências, coisas que acontecem, não está provado cientificamente que... enfim... paranóias e inventonas... Afinal todos temos de morrer.

Esta parece ser, de resto, a opinião da Organização Mundial da Saúde (OMS), que no início do ano reduziu a quatro míseras páginas o que tinha a dizer sobre o assunto.

No memorando pode ler-se que «a ciência aponta para a improbabilidade da detecção de um aumento do risco de leucemia entre os militares nos Balcãs decorrente da exposição ao urânio empobrecido». Uma opinião tranquilizadora? Seria, não fora dar-se o caso de a OMS ter aceite, em 1959, um acordo com a Agência Internacional para a Energia Atómica (AIEA) – uma organização da ONU «por acaso» impulsionada pelos EUA – que a impede de tratar de questões de radiação e saúde pública sem o acordo prévio da AIEA. Sem acordo não há investigação, há memorandos de quatro páginas. Podemos chamar-lhe coincidências.

Os trabalhadores dos têxteis lutam por aumentos de oito mil escudos

Na rua por salários mais justos

Contra o boicote do patronato às negociações dos contratos para 2001, os trabalhadores dos têxteis e vestuário concentram-se hoje em Santo Tirso e amanhã na Covilhã.

Os trabalhadores dos têxteis e vestuário concentram-se hoje junto à Câmara Municipal de Santo Tirso e amanhã na Covilhã, prosseguindo a luta pelo aumento dos salários em 8 mil escudos, pela defesa dos direitos contratuais e contra o

boicote negocial das associações patronais dos sectores dos têxteis, lanifícios, malhas, vestuários, têxteis-lar, cordoaria e redes.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis (Fesete) acusa o Governo de cruzar os braços perante um conflito que se arrasta há mais de dois meses, com milhares de funcionários a fazerem greve.

A Fesete afirma que é um atentado à dignidade de quem trabalha impor a moderação salarial quando só 3 empresas do sector tiveram lucros nos últimos três anos de 8,3 milhões de contos. Estes lucros permitiria aumentar 250 mil trabalhadores em cerca de 40 por cento.

Nestes dois meses de luta apenas foram negociados os

contratos das áreas das Lavandarias e Tinturarias e do Calçado, com aumentos

Os salários-base dos trabalhadores variam entre 70 e 85 mil escudos

salariais superiores a 6,5 por cento e compromissos de novos direitos. As restantes associações continuam a recusar-se negociar, procurando impor salários na

ordem dos quatro por cento, valor acordado com o Sindetex/UGT.

Nas cerca de 40 empresas que fizeram greve no passado dia 26, uma parte já fez acordo com os funcionários, com valores superiores aos quatro por cento propostos pelas associações patronais.

Os sindicatos consideram que esta situação dá razão à luta pelos 8 mil escudos de aumento. E acusam: «Este balanço põe a nu o papel e a actuação do Sindetex/UGT como aliado das associações patronais na manutenção da matriz dos baixos salários, cuja consequência imediata é a desmotivação e a fuga de trabalhadores para outras actividades e a não atracção de jovens com formação.»

Números

Em 103 empresas dos têxteis, lanifícios, malhas, vestuários e têxteis-lar são praticados salários-base entre 70 e 85 mil escudos para os trabalhadores da produção. Se aos salários-base juntarmos os diversos prémios e o subsídio de alimentação, a massa salarial varia entre 80 e 140 mil escudos.

Face a estes números, a Fesete pede aos trabalhadores que não se deixem enganar. «Os ministros falam em moderação salarial, com gestores a ganhar 15 mil contos por mês. Os patrões recebem milhões de contos de apoio, aumentam os lucros mas não querem pagar salários justos», sustenta.

E dá exemplos: a empresa Paulo de Oliveira, na Covilhã, teve lucros de mais de três milhões de contos, em três anos. No mesmo período, os lucros oficiais da Maconde e da Riopelle ascenderam a quase dois milhões e meio de contos, respectivamente.

Lembrando que o boicote do patronato às negociações é ilegal, a Federação reafirma que é necessário denunciar a situação, esclarecer e mobilizar os trabalhadores semana a semana, fábrica a fábrica. Porque «é justo e urgente atingir uma distribuição mais equitativa dos resultados obtidos nas empresas».



Secundário amanhã no Parlamento

Amanhã, os alunos do ensino secundário manifestam-se em Lisboa, junto à Assembleia da República, numa iniciativa nacional que promete trazer alunos de todos os pontos do País.

Os estudantes partem do Largo do Marquês do Pombal às 10 horas e concentram-se em frente ao Parlamento a partir das 11 horas. Amanhã os deputados debatem a revisão curricular por proposta do grupo parlamentar do PCP.

Os estudantes exigem a suspensão da revisão curricu-

lar imposta pelo Ministério da Educação, sem que tivessem sido consultados representantes dos alunos ou dos professores. A implementação da lei da educação sexual, a melhoria das condições materiais e humanas das escolas e a alteração do regime de acesso ao ensino superior são as outras reivindicações dos estudantes.

Entretanto, as associações de estudantes do ensino superior, reunidas no sábado em Évora, marcaram uma semana de luta a realizar

entre 19 e 23 de Março, «para demonstrar os problemas de cada instituição à opinião pública e ao País».

Os estudantes exigem que os reitores esclareçam de que lado estão. «Ou estão ao lado dos estudantes e tomam uma posição pública ou estão em conivência com o Ministério da Educação e com a política de educação imprópria e insuficiente que o Estado pratica em Portugal», afirmou Nuno Bastos, da Associação Académica da Universidade do Minho.

Salários e lucros

O dia 26 de Janeiro foi marcado pela greve dos trabalhadores dos têxteis por aumentos salariais de oito mil escudos. Nesse mesmo dia, Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, afirmou que era preciso moderar os salários.

Entretanto, foi noticiado que no ano passado cinco bancos tiveram lucros superiores a 300 milhões de contos. A proposta de aumentos da Fesete é apenas oito por cento dos lucros desses cinco bancos.

É por isso que os sindicatos afirmam: «Se o Banco de Portugal estivesse ao serviço do desenvolvimento do País, deveria apelar aos banqueiros e patrões para moderarem os lucros.»

Que futuro para os EFFAs?

Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas concentram-se hoje, entre as 12 e as 15 horas, frente ao Ministério da Defesa, para exigir que o Governo clarifique o futuro do sector.

Celeste Soeiro, dirigente do STEFFAs/CGTP, explicou ao «Avante!» que já está em curso um processo de reorganização, que causa inquietação entre os trabalhadores, mas sobre o qual o Governo e o Ministério da Defesa não prestam qualquer informação. Tudo o que chega ao conhecimento do sindicato e dos trabalhadores, designadamente sobre a realização ou encomenda de estudos, aponta no sentido da entrega do sector a empresas privadas.

Além de contestarem o caminho do desmantelamento e privatização, os trabalhadores e o STEFFAs reclamam ainda que seja aplicada no sector a actualização salarial que o Governo decretou para a restante Administração Pública, e que seja resolvido o problema da revisão de carreiras profissionais nos estabelecimentos fabris do Exército (matéria que se arrasta há 10 anos).

